Jornal O DIA SP

Edição Digital Certificada*Sexta-feira, 17 de maio de 2024

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS.PROCESSO Nº 1065876-17.2016.8.26.0100O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 35ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Daniel D Emidio Martins, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a MR EMPREENDIMENTOS S/A (CNPJ 04.031.314/0001-02) na pessoa de seu representante legal, que BRAZILIAN SECURITIES COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO lhe ajuizou uma AÇÃO DE COBRANÇA, PELO PROCEDIMENTO COMUM, visando o recebimento do débito na quantia de R$ 251.034,95, atualizado até (maio/2016) do qual deverá ser devidamente atualizado até a data do efetivo pagamento, representado pelas notas fiscais de serviços nos valores de R$ 232.429,44, e R$ 18.605,51, ambas as notas, decorrentes do termo de securitização de créditos imobiliários, firmado entre as partes em 08/10/2014 e não honrado. Encontrando-se a ré em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, a ré será considerada revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS

Processo Digital nº: 0140444-80.2007.8.26.0053 Classe: Assunto: Desapropriação – **Desapropriação Requerente: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO Requerido: Domingos Rodrigues Filho e outros EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS INTERESSADOS, COM PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS, expedido nos autos do PROC. Nº 0140444-80.2007.8.26.0053- Controle nº 146/08.** O(A) Doutor(a) Maria Gabriella Pavlópoulos Spaolonzi, MM. Juiz(a) de Direito da 13ª Vara de Fazenda Pública, do Estado de São Paulo, na forma da Lei, etc. **FAZ SABER A TERCEIROS INTERESSADOS NA LIDE que o(a) MUNICIPALIDADE DE SÃO PAULO move uma ação de Desapropriação contra WILSON SILVA,** visando o apto. nº 226, localizado no 22º andar, do Edifício Mercúrio, sito a Av. do Estado, nº 3.163, com a área de 30,85m2, objeto da matricula nº 118.447 do 3º CRI/SP**,** contribuinte nº 002.034.0766-0. E, para levantamento do depósito efetuado foi determinada à expedição do edital, com o prazo de 10 dias, nos termos do art. 34 do Dec. Lei nº 3.365/41, contando o prazo a partir da primeira publicação no Diário Oficial Eletrônico, após o que, sem impugnação, referida quantia será levantada. Será o edital, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 06 de fevereiro de 2023.

GAIA IMPACTO SECURITIZADORA S.A.

CNPJ nº 14.876.090/0001-93

EDITAL DE SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO DAS 1ª SÉRIE DA 13ª EMISSÃO DA GAIA IMPACTO SECURITIZADORA S.A.

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio da 1ª Série da 13ª Emissão da Gaia Impacto Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 14.876.090/0001-93 ("Titulares dos CRA", "CRA" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio, das 1ª Série da 13ª Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Gaia Impacto Securitizadora S.A, celebrado em 22 de dezembro de 2014 ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Geral de Titulares dos CRA ("Assembleia"), em segunda convocação, a realizar-se no dia 03 de junho de 2024, às 15:00 horas, de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Google Meet*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRA devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Segunda Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.grupogaia.com.br), as quais foram emitidas sem opinião modificada; e **(ii)** A autorização para a Emissora, em conjunto com o Agente Fiduciário, realizarem todos os atos e celebrarem todos e quaisquer documentos necessários para a implementação das deliberações da Assembleia. As matérias acima indicadas deverão ser consideradas pelos Titulares dos CRA de forma independente no âmbito da Assembleia, de modo que a não deliberação ou a não aprovação a respeito de qualquer uma delas, não implicará automaticamente a não deliberação ou não aprovação de qualquer das demais matérias constantes da ordem do dia. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Google Meet* e seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRA que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para assembleia@grupogaia.com.br e af.assembleias@oliveiratrust.com.br, a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos) até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRA; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRA (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Os Titulares dos CRA poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos assembleia@grupogaia.com.br e af.assembleias@oliveiratrust.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.grupogaia.com.br) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRA ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Instrução de Voto serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRA ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRA, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação.

São Paulo,15 de maio de 2024.

GAIA IMPACTO SECURITIZADORA S.A.

Nome: João Paulo dos Santos Pacífico - Cargo: Diretor de Relações com Investidores

GAIA IMPACTO SECURITIZADORA S.A.

CNPJ nº 14.876.090/0001-93

EDITAL DE SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO SÉRIE ÚNICA DA 27ª EMISSÃO DA GAIA IMPACTO SECURITIZADORA S.A.

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio Série Única da 27ª Emissão da Gaia Impacto Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 14.876.090/0001-93 ("Titulares dos CRA", "CRA" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio para Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio Série Única da 27ª Emissão da Gaia Impacto Securitizadora S.A, celebrado em 05 de maio de 2020, conforme aditado ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRA ("Assembleia"), a realizar-se no dia 03 de junho de 2024, às 11:00 horas, de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Google Meet*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRA devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.grupogaia.com.br), as quais foram emitidas sem opinião modificada; e **(ii)** A autorização para a Emissora, em conjunto com o Agente Fiduciário, realizarem todos os atos e celebrarem todos e quaisquer documentos necessários para a implementação das deliberações da Assembleia. As matérias acima indicadas deverão ser consideradas pelos Titulares dos CRA de forma independente no âmbito da Assembleia, de modo que a não deliberação ou a não aprovação a respeito de qualquer uma delas, não implicará automaticamente a não deliberação ou não aprovação de qualquer das demais matérias constantes da ordem do dia. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Google Meet* e seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRA que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para assembleia@grupogaia.com.br, a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos) até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRA (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Os Titulares dos CRA poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos assembleia@grupogaia.com.br, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.grupogaia.com.br) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRA ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Instrução de Voto serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRA ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRA, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação.

São Paulo, 15 de maio de 2024.

GAIA IMPACTO SECURITIZADORA S.A.

Nome: João Paulo dos Santos Pacifico - Cargo: Diretor de Relações com Investidores

GAIA IMPACTO SECURITIZADORA S.A.

CNPJ nº 14.876.090/0001-93

EDITAL DE SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO DA 1ª SÉRIE DA 33ª EMISSÃO DA GAIA IMPACTO SECURITIZADORA S.A.

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 1ª Série da 33ª Emissão da Gaia Impacto Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 14.876.090/0001-93 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários da 1ª Série da 33ª Emissão de Certificado de Recebíveis Imobiliários da Gaia Impacto Securitizadora S.A, celebrado em 15 de setembro de 2021 ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se no dia 03 de junho de 2024 às 14:00 horas, de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Google Meet*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Segunda Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.grupogaia.com.br), as quais foram emitidas sem opinião modificada; e **(ii)** A autorização para a Emissora, em conjunto com o Agente Fiduciário, realizarem todos os atos e celebrarem todos e quaisquer documentos necessários para a implementação das deliberações da Assembleia. As matérias acima indicadas deverão ser consideradas pelos Titulares dos CRA de forma independente no âmbito da Assembleia, de modo que a não deliberação ou a não aprovação a respeito de qualquer uma delas, não implicará automaticamente a não deliberação ou não aprovação de qualquer das demais matérias constantes da ordem do dia. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRA que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para assembleia@grupogaia.com.br e assembleias@pentagonotrustee.com.br, a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos) até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRA (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Os Titulares dos CRA poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos assembleia@grupogaia.com.br e assembleias@pentagonotrustee.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.grupogaia.com.br) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRA ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Instrução de Voto serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRA ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRA, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação.

São Paulo, 15 de maio de 2024

GAIA IMPACTO SECURITIZADORA S.A.

Nome: João Paulo dos Santos Pacífico - Cargo: Diretor de Relações com Investidores

SAN GIOVANNI PARTICIPAÇÕES S.A.

NIRE 35.300.542.68-1 - CNPJ/MF nº 20.845.448/0001-13

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 28 DE MARÇO DE 2024

1. Data, Horário e Local: Aos 29/03/2024, às 10h, na sede da Companhia, localizada na Rua Geraldo Flausino Gomes, nº. 61, 14º andar, conjunto 141, Edifício Brooklin, CEP 04575-060, São Paulo/SP ("Companhia"). **2. Convocação e Presença:** Convocação dispensada, de acordo com o artigo 124, § 4º da Lei 6.404/76, face à presença dos acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas, nos termos do Artigo 124, §4º da Lei 6.404/76, conforme alterada ("Lei das S.A"). **3. Mesa:** Presidente: João Guilherme Sabino Ometto. Secretário: Guilherme Fontes Ribeiro. **4. Ordem do dia:** Deliberar sobre o pagamento de pagamento de juros sobre capital próprio ("JCP"). **5. Deliberações:** Dando início aos trabalhos, foram discutidas as matérias constantes da ordem do dia, tendo sido aprovado, por unanimidade, o pagamento de JCP apurados com base no balanço levantado em 31/12/2023, nos termos §único do artigo 21 do estatuto social, no valor total de R$ 5.000.000,00. O montante de JCP será pago aos acionistas detentores de ações preferenciais, sem atualização monetária e será deduzido dos dividendos do exercício social em curso, líquido de Imposto de Renda Retido na Fonte. Os diretores ficam desde já autorizados a praticarem todos os atos necessários à efetivação da deliberação ora aprovada. **Encerramento:** Nada mais a tratar, deu o Presidente por encerrada a Assembleia, lavrando-se a presente ata, a qual, depois de lida, foi aprovada em todos os seus termos, sendo assinada e rubricada pelos membros da mesa e assinada por todos. Mesa: Presidente: João Guilherme Sabino Ometto. Secretário: Guilherme Fontes Ribeiro. Acionistas presentes: João Guilherme Sabino Ometto, Giovanna Mirone Ometto, Adriana Mirone Ometto, José Carlos Mirone Ometto, Daniela Ometto Ribeiro, Guilherme Fontes Ribeiro São Paulo, 28/03/2024. Certifico que a presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio. **Mesa: João Guilherme Sabino Ometto -** Presidente; **Jorge Paulo César da Silva -** Secretário. **Jucesp** nº 194.803/24-7 em sessão de 03/05/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Grupo SBF S.A.

Companhia aberta - CNPJ/MF n° 13.217.485/0001-11 - NIRE 35.300.390.458

Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária (Segunda Convocação)

São Paulo, 16 de maio de 2024. Convocamos os senhores acionistas do **Grupo SBF S.A.** ("Companhia" ou "Grupo SBF") a se reunirem, **de modo exclusivamente digital**, em Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada em segunda convocação, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") e da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM 81"). A Assembleia Geral Extraordinária será realizada no dia 24 de maio 2024, às 09:30h, por meio da plataforma Ten Meetings ("Plataforma"), de acordo com os procedimentos previstos no Manual de Participação e Proposta da Administração da Companhia ("AGE" e "Manual", respectivamente), a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **(i)** a alteração e consolidação do Estatuto Social da Companhia para **(a)** atualizar o capital social da Companhia, refletindo no mesmo o aumento de capital que foi aprovado pelo Conselho de Administração dentro do limite do capital autorizado da Companhia; e **(b)** alterar o endereço da sede da Companhia, que passará a estar localizada na Avenida Doutora Ruth Cardoso, Edifício Birmann, n° 7.221, 3° andar, sala Paris, Pinheiros, CEP 05425-902, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. Observada a adoção **da modalidade exclusivamente digital**, os acionistas poderão participar e votar na AGE a distância por meio **(i)** do envio do boletim de voto a distância, para aqueles que já tenham manifestado os seus votos desta forma quando da realização da primeira convocação da AGE (conforme indicado no item II.1 abaixo), e/ou **(ii)** do sistema eletrônico (conforme indicado no item II.2 abaixo). **Maiores informações sobre a participação na AGE poderão ser obtidas no Manual.** Os acionistas da Companhia estão sendo convocados em segunda convocação, tendo em vista que a matéria referida acima foi incluída na ordem do dia da AGE inicialmente convocada para realizar-se, em primeira convocação, em 26 de abril de 2024, mas não foi deliberada por falta do quórum mínimo de acionistas presentes, qual seja, de 2/3, no mínimo, do capital com direito a voto, nos termos do artigo 135 da Lei das Sociedades por Ações. Conforme disposto no Termo de Não Instalação divulgado pela Companhia em 26 de abril de 2024, a AGE a ser realizada em segunda convocação poderá instalar-se com qualquer número de acionistas. **Informações Gerais: (I) Documentos à disposição dos Acionistas.** Nos termos do artigo 124, §6º, e do artigo 135, §3º, da Lei das Sociedades por Ações, encontram-se à disposição dos acionistas, na sede social da Companhia, na página de relação com investidores da Companhia (ri.gruposbf.com.br), no site da CVM (https://www.gov.br/cvm/pt-br) e no site da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") (www.b3.com.br) as informações e documentos pertinentes à matéria a ser examinada e deliberada na AGE, incluindo este Edital, o Manual (o qual inclui, *inter alia,* a Proposta da Administração), bem como aqueles exigidos pela Resolução CVM 81. **(II) Participação dos Acionistas na AGE.** Conforme autorizado pelo §3º do Artigo 28 da Resolução CVM 81, a AGE será realizada de **modo exclusivamente digital**, de forma que os acionistas poderão participar da AGE das seguintes formas: **II.1.** Boletim de Voto a Distância: nos termos do artigo 49, inciso I e § único, da Resolução CVM 81, as instruções de voto recebidas por meio de boletins de voto a distância no âmbito da AGE incialmente convocada para se realizar em primeira convocação no dia 26 de abril de 2024 serão consideradas normalmente para fins da AGE ora convocada, uma vez que a AGE será realizada em segunda convocação em prazo que não será superior a 30 (trinta) dias, a contar da data em que originalmente a matéria da ordem do dia seria objeto de apreciação em primeira convocação. Dessa forma, caso o acionista deseje alterar as instruções de voto previamente enviadas através de boletim de voto a distância no âmbito da primeira convocação da AGE, este deverá participar da AGE ora convocada, via sistema eletrônico (conforme indicado no item II.2 abaixo) e solicitar que os votos enviados através de boletim de voto a distância sejam desconsiderados. **II.2.** Sistema Eletrônico: a Companhia adotará o sistema de participação à distância, permitindo que seus acionistas participem da AGE ao acessarem a Plataforma, desde que observadas as condições abaixo resumidas. **Sem prejuízo do quanto previsto neste Edital, as informações detalhadas relativas à participação na AGE por meio do sistema eletrônico estão disponíveis no Manual.** Para participarem da AGE, os acionistas deverão se credenciar na Plataforma, nos termos previstos no Manual, até o dia 22 de maio de 2024, inclusive, devendo apresentar toda a documentação necessária (conforme indicada no item III abaixo e no Manual) para permitir a participação do acionista na AGE, conforme detalhado no Manual. O credenciamento deverá ser realizado por meio do acesso ao link https://assembleia.ten.com.br/561731972, onde constará formulário para preenchimento e indicação do e-mail/endereço eletrônico do acionista que será utilizado para acessar o sistema eletrônico no dia da AGE. **Os acionistas que não se credenciarem e não realizarem o envio dos documentos necessários no prazo acima referido (ou seja, até o dia 22 de maio de 2024), não poderão participar da AGE por meio da Plataforma, nos termos do artigo 6º, §3º, da Resolução CVM 81.** Tendo em vista a necessidade de adoção de medidas de segurança na participação à distância, o acionista deverá acessar a Plataforma por meio do link https://assembleia.ten.com.br/561731972 com o login e senha utilizados no credenciamento, sendo que somente poderão participar da AGE os acionistas que tiverem apresentado corretamente sua solicitação no prazo e nas condições apresentadas no Manual, e após ter verificado, de forma satisfatória, os documentos de sua identificação e representação (conforme indicados no item III abaixo e no Manual). O login e senha são pessoais e intransferíveis, e não poderão ser compartilhados, sob pena de responsabilização do acionista. Caso o acionista que tenha solicitado devidamente sua participação, não receba o e-mail confirmando o seu credenciamento para acesso e participação na AGE com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas da sua realização (ou seja, até às 09h30 do dia 23 de maio de 2024), deverá entrar em contato com a Companhia pelo e-mail ri@gruposbf.com.br, antes das 18h00 do dia 23 de maio de 2024, a fim de que lhe sejam reenviadas as suas respectivas instruções para acesso. Os acionistas que solicitem sua participação por meio eletrônico deverão se familiarizar previamente com o uso da Plataforma, bem como garantir a compatibilidade de seus respectivos dispositivos eletrônicos com a utilização da Plataforma (por vídeo e áudio). Neste sentido, a Companhia solicita aos acionistas que acessem a Plataforma com, no mínimo, 30 minutos de antecedência em relação ao horário previsto para início da AGE, a fim de permitir a validação do acesso e participação de todos os acionistas que dela se utilizem. **(III) Informações adicionais: III.1.** Sem prejuízo das informações dispostas no Manual, os acionistas deverão apresentar, no ato de seu credenciamento na Plataforma e até o dia 22 de maio de 2024, além do comprovante atualizado da titularidade das ações de emissão da Companhia, expedidos por instituição financeira prestadora dos serviços de ações escriturais e/ou agente de custódia, conforme o caso: **(a) Pessoas Físicas:** documento de identidade com foto (RG, RNE, CNH, Carteira de Órgão de Classe válida como identidade civil para os fins legais, expedida por órgão autorizado (OAB, CRM, CRC, CREA) ou passaporte) do acionista ou de seu representante legal; observado, conforme aplicável, que o documento apresentado deverá, em qualquer hipótese, encontrar-se dentro do seu respectivo prazo de validade. E, quando representado por procurador, cópia do documento que comprove os poderes do signatário, outorgado há menos de 1 (um) ano, que seja (a.1) acionista, (a.2) advogado, (a.3) instituição financeira, ou (a.4) administrador da Companhia; **(b) Pessoas Jurídicas:** documento(s) de identidade com foto (RG, RNE, CNH, Carteira de Órgão de Classe válida como identidade civil para os fins legais, expedida por órgão autorizado (OAB, CRM, CRC, CREA) ou passaporte) do(s) representante(s) legal(is) e último estatuto/contrato social consolidado em conjunto com os documentos societários que comprovem os poderes de representação do acionista; **(c) Fundos de Investimento:** documento de identidade com foto (RG, RNE, CNH, Carteira de Órgão de Classe válida como identidade civil para os fins legais, expedida por órgão autorizado (OAB, CRM, CRC, CREA) ou passaporte) do representante legal, último regulamento consolidado do fundo e estatuto/contrato social vigente do administrador ou gestor do fundo, conforme o caso, observada a política de voto do fundo em conjunto com os documentos societários que comprovem os poderes de representação. **III.2.** A Companhia não se responsabiliza por qualquer erro ou problema operacional ou de conexão que o acionista venha a enfrentar, bem como por qualquer outra eventual questão que não esteja sob o controle da Companhia e que venha a dificultar ou impossibilitar a participação do acionista na AGE por meio da Plataforma. Os acionistas interessados em sanar dúvidas relativas às disposições acima deverão contatar a área de Relações com Investidores da Companhia, por meio do e-mail: ri@gruposbf.com.br. **Sebastião Vicente Bomfim Filho -** Presidente do Conselho de Administração.

BRK Ambiental – Centro Norte Participações S.A.

CNPJ/MF nº 14.435.130/0001-61 – NIRE 35.300.414.250

Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 15 de abril de 2024, às 10:00 horas

Dia, Hora e Local: Realizada de forma virtual aos 15 (quinze) dias do mês de abril de 2024 (dois e vinte e quatro), às 10:00 horas, portanto, realizada na sede social da BRK Ambiental – Centro Norte Participações S.A., localizada na Avenida das Nações Unidas, nº 14.401, 7º andar – parte, Torre Corporativa B2 – Paineira, Setor B, Vila Gertrudes, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04.794-000 ("Companhia"). **Convocação:** Dispensada a publicação de Edital de Convocação, conforme disposto no artigo 124, § 4º, da Lei nº 6.404/76, conforme alterada ("Lei das S.A."). **Publicações:** Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, publicados, de forma digital e físico, no Jornal o Dia SP, na página 8, da edição de 11 de abril de 2024, e na página de relação com investidores da Companhia (www.ri.brkambiental.com.br). **Presenças:** (i) Acionista representando a totalidade do capital social, conforme assinaturas constantes no Livro de Presença de Acionistas; e (ii) do Sr. José Mario Ribeiro do Espírito Santo, representante da administração da Companhia ("representante da administração"), tendo sido dispensada a presença do representante da Ernst & Young Auditores Independentes S.S. ("Auditores Independentes"), em face da inexistência de quaisquer dúvidas em relação às Demonstrações Financeiras. **Mesa:** José Mario Ribeiro do Espírito Santo, *Presidente;* e Rodolfo Duarte Bruscain, *Secretário*. **Ordem do Dia:** Deliberar sobre: **(I)** Em **Assembleia Geral Ordinária – (1)** as contas dos administradores, as demonstrações financeiras da Companhia e o parecer dos auditores independentes referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; **(2)** a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; **(3)** remuneração global dos administradores da Companhia para o exercício de 2024; **(II)** Em **Assembleia Geral Extraordinária – (4)** a substituição do auditor independente da Companhia; **(5)** a destituição de Diretor da Companhia; e **(6)** o aumento de capital social da Companhia, mediante a emissão de novas ações ordinárias e a consequente alteração do artigo 4º do Estatuto Social. **Deliberações:** Instalada a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("Assembleia"), após apresentação das matérias, os acionistas detentores da totalidade do capital social da Companhia, sem quaisquer restrições, resolvem, autorizar a lavratura da presente ata na forma de sumário dos fatos ocorridos, conforme faculta o artigo 130, § 1º da Lei das S.A., e: **(I)** Em **Assembleia Geral Ordinária – (1)** aprovar, após esclarecimentos dos representantes da administração da Companhia sobre os principais pontos relacionados ao desempenho da Companhia no último exercício social, as demonstrações financeiras, contendo as Notas Explicativas e o Parecer dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023; **(2)** aprovar a destinação do lucro líquido da Companhia, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, no valor total de R$ 14.699.848,13 (quatorze milhões, seiscentos e noventa e nove mil, oitocentos e quarenta e oito reais e treze centavos), a compensação de prejuízo acumulado, remanescendo um saldo nesta conta no montante de R$ 38.438.629,86 (trinta e oito milhões, quatrocentos e trinta e oito mil, seiscentos e vinte e nove reais e oitenta e seis centavos); **(3)** aprovar o montante global de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), como limite da remuneração dos administradores da Companhia, para o exercício social de 2024, em observância ao disposto no artigo 152 da Lei das S.A. Os Diretores renunciam ao recebimento de toda e qualquer remuneração que possa ser atribuída, inclusive a título de "pro labore", tendo em vista que são remunerados pela Sociedade que indicou, na qualidade de empregados desta Sociedade; e **(II)** Em **Assembleia Geral Extraordinária** – **(4)** aprovar a destituição do Sr. **Leandro Nunes Peixoto Andrade**, brasileiro, casado, contador, portador da Cédula de Identidade RG nº 09808394-59-SSP/BA, inscrito no CPF/MF sob nº 011.743.485-00, do cargo de Diretor sem designação específica da Companhia. A Companhia agradece ao Sr. Leandro pelo relevante serviço prestado. Como consequência, a composição da Diretoria Estatutária da Companhia com prazo de gestão até a Assembleia Geral Ordinária da Companhia a ser realizada em 2025, passa a ser a seguinte: **(i)** *Diretor sem designação específica* – **José Mario Ribeiro do Espírito Santo**, brasileiro, casado, geólogo, portador da Cédula de Identidade nº 0434110531-SSP/BA, inscrito no CPF/MF sob o nº 682.726.935-34; e **(ii)** *Diretor sem designação específica* – **Jorge Augusto Regis Gomes**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº MG-18.735.048, inscrito no CPF/MF sob o nº 928.014.395-68; **(5)** a substituição do atual auditor independente da Companhia, qual seja a Ernst & Young Auditores Independentes S.S., pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 49.928.567/0001-11 e na CVM sob o nº 3859, com início das suas atividades em abril/2024; e **(6)** aprovar o aumento de capital social da Companhia no montante de R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), mediante a emissão de 14.453.402 (quatorze milhões, quatrocentas e cinquenta e três mil e quatrocentas e duas) novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, pelo preço de emissão de R$ 0,69188 (sessenta e nove centavos e fração) por ação, fixado nos termos do art. 170, § 1º, II, da Lei das S.A., passando este dos atuais R$ R$ 458.547.959,18 (quatrocentos e cinquenta e oito milhões, quinhentos e quarenta e sete mil, novecentos e cinquenta e nove reais e dezoito centavos) dividido em 607.901.737 (seiscentas e sete milhões, novecentas e uma mil, setecentas e trinta e sete) ações ordinária, nominativas e sem valor nominal, para R$ 468.547.959,18 (quatrocentos e sessenta e oito milhões, quinhentos e quarenta e sete mil, novecentos e cinquenta e nove reais e dezoito centavos), dividido em 622.355.139 (seiscentas e vinte e duas milhões, trezentas e cinquenta e cinco mil e cento e trinta e nove) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal. As ações emitidas em função do presente aumento são totalmente subscritas e integralizadas nesta data pela acionista BRK Ambiental Participações S.A., conforme Boletim de Subscrição que integra a presente ata como **Anexo I**. Como consequência, a redação do Artigo 4º do Estatuto Social da Companhia, passa a vigorar com a seguinte redação: "***Art. 4º.*** *O capital social é de R$ 468.547.959,18 (quatrocentos e sessenta e oito milhões, quinhentos e quarenta e sete mil, novecentos e cinquenta e nove reais e dezoito centavos), dividido em 622.355.139 (seiscentas e vinte e duas milhões, trezentas e cinquenta e cinco mil e cento e trinta e nove) ações ordinárias nominativas, totalmente subscritas e integralizadas em moeda corrente nacional, bens ou em direitos.*". **Conselho Fiscal**: Não há Conselho Fiscal permanente, nem foi instalado no presente exercício. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Assembleia da qual se lavrou a presente ata que, lida e aprovada, foi assinada por todos os presentes. São Paulo/SP, 15 de abril de 2024. **Mesa:** José Mario Ribeiro do Espírito Santo, *Presidente;* e Rodolfo Duarte Bruscain, *Secretário*. **Acionista:** BRK Ambiental Participações S.A. (representada nos termos do seu Estatuto Social). Certifico que a presente ata é cópia fiel da ata original, lavrada no Livro de Atas de Assembleias Gerais da Companhia. Rodolfo Duarte Bruscain – *Secretário*. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 195.941/24-0 em 06/05/2024. Maria Cristina Frei – Secretária Geral.

CONCESSIONÁRIA DA LINHA 15 DO METRÔ DE SÃO PAULO S.A.

CNPJ/MF Nº. 33.458.409/0001-05 - NIRE Nº. 35300535111 - COMPANHIA FECHADA

Carta de Renúncia

São Paulo/SP, 29 de abril de 2024. À **CONCESSIONÁRIA DA LINHA 15 DO METRÔ DE SÃO PAULO S.A.** ("Companhia"). Aos cuidados do Conselho de Administração, Avenida Chedid Jafet, 222, Bloco B, 4º Andar, Sala 04, bairro Vila Olímpia, São Paulo/SP, CEP 04.551-065. **Ref.:** Renúncia ao cargo de membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia. Prezados Senhores: Pela presente e para todos os fins e efeitos do artigo 151 da Lei 6.404/76, eu, **ROBERTO VOLLMER LABARTHE**, brasileiro, casado, matemático, portador da Cédula de Identidade RG nº. 53.527.699-0/SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº. 468.919.357-68, com endereço profissional na Avenida Chedid Jafet, 222, Bloco B, 4º Andar, Sala 04, bairro Vila Olímpia, São Paulo/SP, apresento minha **RENÚNCIA**, em caráter irrevogável e irretratável, ao cargo de **membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia**, para o qual fui eleito na Assembleia Geral Ordinária realizada em 20/04/2023 às 12h00, comprometendo-me a manter em sigilo todas as informações que me tenham sido adquiridas no respectivo período. Atenciosamente, **ROBERTO VOLLMER LABARTHE** - Ciente em: 29/04/2024. **CONCESSIONÁRIA DA LINHA 15 DO METRÔ DE SÃO PAULO S.A.** Marcio Magalhães Hannas - Presidente do Conselho de Administração. JUCESP nº 196.823/24-9 em 07.05.2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

CONCESSIONÁRIA DA LINHA 15 DO METRÔ DE SÃO PAULO S.A.

CNPJ/MF Nº. 33.458.409/0001-05 - NIRE Nº. 35300535111 - COMPANHIA FECHADA

Carta de Renúncia

São Paulo/SP, 29 de abril de 2024. À **CONCESSIONÁRIA DA LINHA 15 DO METRÔ DE SÃO PAULO S.A.** ("Companhia"). Aos cuidados do Conselho de Administração, Avenida Chedid Jafet, 222, Bloco B, 4º Andar, Sala 04, bairro Vila Olímpia, São Paulo/SP, CEP 04.551-065. **Ref.:** Renúncia ao cargo de membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia. Prezados Senhores: Pela presente e para todos os fins e efeitos do artigo 151 da Lei 6.404/76, eu, **ROBERTO PENNA CHAVES NETO**, brasileiro, casado, advogado, portador da Cédula de Identidade RG nº. 59.478.664-2/SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº. 070.803.997-93, com endereço profissional na Avenida Chedid Jafet, 222, Bloco B, 4º Andar, Sala 04, bairro Vila Olímpia, São Paulo/SP, apresento minha **RENÚNCIA**, em caráter irrevogável e irretratável, ao cargo de **membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia**, para o qual fui eleito na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 20/07/2023 às 09h00, comprometendo-me a manter em sigilo todas as informações que me tenham sido adquiridas no respectivo período. Atenciosamente, **ROBERTO PENNA CHAVES NETO** - Ciente em: 29/04/2024. **CONCESSIONÁRIA DA LINHA 15 DO METRÔ DE SÃO PAULO S.A.** Marcio Magalhães Hannas - Presidente do Conselho de Administração. JUCESP nº 199.024/24-8 em 09.05.2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

BNT S.A.

CNPJ/MF nº 60.780.038/0001-56 – NIRE 35.300.021.436

Ata da Assembleia Geral Ordinária realizada em 16 de abril de 2024

1. Data, hora e local: 16 de abril de 2024, às 10:00 horas, na sede social da companhia, situada na Capital do Estado de São Paulo, na Rua Estados Unidos, nº 1140, sala 1, Jardim América, CEP 01427-001 (a "Companhia"). **2. Presença**: Acionistas representando 68,50% do capital social votante e total da Companhia, conforme assinaturas apostas no Livro de Presença de Acionistas. Presente, em atendimento ao disposto no art. 134, § 1º, da Lei nº 6.404/76, o Diretor Presidente da Companhia, Sr. Carlos Eduardo Jabra. **3. Publicações**: Edital de Convocação e Aviso aos Acionistas disponibilizados em 12.03.2024 de 2024, em formato eletrônico, na Central de Balanços do Sistema Público de Escrituração Digital – SPED (a "Central de Balanços"), em conformidade com o disposto no art. 294, III, da Lei nº 6.404/76, na Portaria ME nº 12.071, de 07 de outubro de 2021, conforme alterada pela Portaria ME nº 10.031, de 22 de novembro de 2022 e no Ofício Circular SEI nº 1121/2022/ME, de 21 de março de 2022. Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia relativos ao exercício social encerrado em 31.12.2023, disponibilizados em 12.03.2024, em formato eletrônico, na Central de Balanços, em conformidade com o disposto no art. 133, § 3º, e 294, III, da Lei nº 6.404/76 e na Portaria ME nº 12.071, de 07 de outubro de 2021, conforme alterada pela Portaria ME nº 10.031, de 22 de novembro de 2022 e no Ofício Circular SEI nº 1121/2022/ME, de 21 de março de 2022. Cópias de tais publicações encontram-se sobre a mesa diretora dos trabalhos, à disposição dos acionistas. **4. Composição da Mesa**: Carlos Eduardo Jabra – Presidente da Mesa; e Mônica Figueiredo de Camargo Arruda – Secretária. **5. Ordem do Dia**: (i) análise, discussão e votação do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2023; e (ii) destinação do resultado do exercício. **6. Deliberações**: Os acionistas, por unanimidade de votos: 6.1. aprovaram, sem restrições ou ressalvas, com abstenção dos legalmente impedidos, o Relatório da Diretoria e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; e 6.2. aprovaram a destinação do prejuízo apurado no exercício de 2023, no valor de R$ 68.911,15 (sessenta e oito mil, novecentos e onze reais e quinze centavos), para a conta de Prejuízos Acumulados da Companhia. **7. Documentos arquivados na Sede Social da Companhia**: Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. Publicações. Procurações. **8. Encerramento**: Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos e suspensa a assembleia pelo tempo necessário para lavratura desta ata no Livro de Registro de Atas de Assembleias Gerais da Companhia, em forma de sumário, nos termos do art. 130, § 1º, da Lei 6.404/76, a qual, após ter sido reaberta a sessão, foi lida, achada conforme, aprovada e assinada por todos os acionistas presentes. São Paulo, 16 de abril de 2024. Mesa: **Carlos Eduardo Jabra** – Presidente da Mesa; **Mônica Figueiredo de Camargo Arruda** – Secretária. Acionistas Presentes: **Flávio Elias Jabra** p.p. Mônica Figueiredo de Camargo Arruda, **Marina Dabus Jabra** p.p. Mônica Figueiredo de Camargo Arruda, **Comercial E.M.A. Administração de Bens Imóveis Ltda.** p.p. João Augusto Pires Guariento. Diretor: **Carlos Eduardo Jabra**. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 199.802/24-5 em 10/05/2024. Maria Cristina Frei – Secretária Geral.

BRK Ambiental – Capivari S.A.

CNPJ/MF nº 08.583.774/0001-02 – NIRE 35.300.337.921

Ata da Assembleia Geral Ordinária realizada em 22 de abril de 2024, às 16:00 horas

Data, Hora e Local: Realizada de forma virtual aos 22 (vinte e dois) dias do mês de abril de 2024 (dois mil e vinte e quatro), às 16:00 horas, considerando-se, portanto, realizada na sede da BRK Ambiental – Capivari S.A., localizada na Avenida das Nações Unidas, nº 14.401, 7º andar – parte, Torre Corporativa B2 – Paineira, Setor B, Vila Gertrudes, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04.794-000 ("Companhia"). **Convocação:** Dispensada a publicação de Editais de Convocação, na forma do artigo 124, § 4º da Lei nº 6.404/76, conforme alterada ("Lei das S.A."). **Publicações:** Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, anexas à presente Ata como Anexo I ("Demonstrações Financeiras"), nos termos do Art. 294 da Lei das S.A. e publicados, de forma digital na página de relação com investidores da Companhia (www.ri.brkambiental.com.br). **Presenças:** (i) Acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme assinaturas constantes no Livro de Presença de Acionistas; e do (ii) Sr. Fernando Ariani Mangabeira Albernaz, representante da administração da Companhia ("representante da administração"), tendo sido dispensada a presença do representante da Ernst & Young Auditores Independentes S.S. ("Auditores Independentes"), em face da inexistência de quaisquer dúvidas em relação às Demonstrações Financeiras. **Mesa:** Fernando Ariani Mangabeira Albernaz, *Presidente;* e Rodolfo Duarte Bruscain, *Secretário.* **Ordem do Dia**: Deliberar sobre – **(1)** as contas dos administradores, as demonstrações financeiras da Companhia e o parecer dos auditores independentes referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; **(2)** a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; **(3)** remuneração global dos administradores da Companhia para o exercício de 2024; e **(4)** a substituição de auditor independente da Companhia. **Deliberações:** instalada a Assembleia Geral Ordinária da Companhia ("Assembleia"), após apresentação das matérias, os acionistas detentores da totalidade do capital social da Companhia, sem quaisquer restrições, resolvem, autorizar a lavratura da presente ata na forma de sumário dos fatos ocorridos, conforme faculta o artigo 130, § 1º da Lei das S.A., e: **(1)** aprovar, após esclarecimentos do representante da administração da Companhia sobre os principais pontos relacionados ao desempenho da Companhia no último exercício social, as demonstrações financeiras, contendo as Notas Explicativas e o Parecer dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023; **(2)** aprovar a destinação do lucro líquido no valor total de R$ 10.782.152,12 (dez milhões, setecentos e oitenta e dois mil, cento e cinquenta e dois reais e doze centavos), da seguinte forma: (i) R$ 1.911.458,38 (um milhão, novecentos e onze mil, quatrocentos e cinquenta e oito reais e trinta e oito centavos), para distribuição de dividendos mínimos obrigatórios nos termos do Art. 202 da Lei das S.A.; (ii) R$ 784.079,65 (setecentos e oitenta e quatro mil, setenta e nove reais e sessenta e cinco centavos), distribuídos no exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, a título de dividendos intermediários; (iii) R$ 8.086.614,09 (oito milhões, oitenta e seis mil e seiscentos e quatorze reais e nove centavos), retidos e destinados para a conta de reserva de retenção de lucros, nos termos do § 3º do Art. 202 da Lei das S.A. A administração da Companhia esclarece que os 5% (cinco por cento) do lucro líquido apurado, correspondente a R$ 539.107,61 (quinhentos e trinta e nove mil, cento e sete reais e sessenta e um centavos) destinado a Reserva Legal, prevista no artigo 193 da Lei das S.A. não foram retidos, tendo em vista que o saldo dessa reserva excede 20% (vinte por cento) do capital social; **(3)** aprovar o montante global de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), como limite da remuneração dos administradores da Companhia, para o exercício social de 2024, em observância ao disposto no artigo 152 da Lei das S.A. Os administradores renunciam ao recebimento de toda e qualquer remuneração que possa ser atribuída, inclusive a título de "pro labore", tendo em vista que são remunerados pela Sociedade que os indicaram, na qualidade de empregados desta Sociedade; e **(4)** a substituição do atual auditor independente da Companhia, qual seja a Ernst & Young Auditores Independentes S.S., pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 49.928.567/0001-11 e na CVM sob o nº 3859, com início das suas atividades em abril/2024. **Conselho Fiscal:** Não há Conselho Fiscal permanente, nem foi instalado no presente exercício. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata, que foi lida, aprovada e assinada pelos presentes. São Paulo/SP, 22 de abril de 2024. **Mesa:** Fernando Ariani Mangabeira Albernaz, *Presidente;* e Rodolfo Duarte Bruscain, *Secretário.* **Acionista:** BRK Ambiental Participações S.A. e BRK Ambiental – Projetos Ambientais S.A. (representadas nos termos do Estatuto Social). Certifico e dou fé que a presente Ata é cópia fiel da Ata lavrada no Livro de Atas de Assembleias Gerais da Companhia. Rodolfo Duarte Bruscain – *Secretário.* Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 196.208/24-5 em 06/05/2024. Maria Cristina Frei – Secretária Geral.

XS6 Assistência S.A.

CNPJ nº 39.565.194/0001-08 - NIRE 35.300.5752-11

Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária Realizada em 30 de Abril de 2024

1. Data, hora e local: Assembleia realizada no dia 30 do mês de abril de 2024, às 18:30hs, por votação eletrônica. **2. Convocação:** Dispensada a convocação em razão da presença de acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, nos termos do art. 124, §4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das S.A."), conforme assinatura constante do Livro de Presença de Acionistas. **3. Presença:** Manifestaram-se os representantes das acionistas Caixa Seguridade Participações S.A. e USS Soluções Gerenciadas S.A., detentoras de ações representativas da totalidade do capital social votante da Companhia. **4. Mesa:** Os trabalhos foram presididos pelo Sr. Bruno Rodrigo Valença de Araújo, Diretor Presidente da Companhia e secretariados pela Sr.ª Patrícia Santana. **5. Ordem do Dia:** Em Assembleia Geral Ordinária: (i) Deliberar sobre as contas dos Administradores e as Demonstrações Financeiras da Companhia, relativas ao exercício 2023, as quais foram publicadas em edição impressa do Jornal O Dia, de 27, 28 e 29 de abril de 2024, páginas 07 e 08, e com a divulgação na íntegra do documento na página do mesmo jornal na internet, páginas 01 e 02, nos termos do artigo 289, I, da Lei das S.A.; (ii) Deliberar sobre a proposta de Distribuição de Lucros relativos ao exercício de 2023; (iii) Deliberar sobre (a) a reeleição dos membros do Conselho Fiscal indicados pela USS Soluções Gerenciadas S.A. (Tempo); (b) a ratificação da extensão dos mandatos dos membros do Conselho Fiscal indicados pela Caixa Seguridade; e (c) a indicação para a presidência do Conselho Fiscal; Em Assembleia Geral Extraordinária: (iv) Deliberar sobre a Remuneração Global Individual, para o exercício 2024, dos membros do Conselho de Administração, do Comitê de Auditoria e da Diretoria Executiva da Companhia; (v) Deliberar sobre a remuneração, para o exercício 2024, dos membros do Conselho Fiscal da Companhia; (vi) Deliberar sobre o Programa de Bônus da Diretoria XS6 (Programa de Remuneração Variável), relativo ao exercício 2024. **6. Deliberações:** As acionistas presentes apreciaram e decidiram, no uso de suas competências estatutárias, sem quaisquer ressalvas ou restrições, por unanimidade: **6.1. Em Assembleia Geral Ordinária:** (i) Aprovar as contas dos administradores, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, acompanhadas do parecer dos Auditores Independentes, as quais foram publicadas em edição impressa do Jornal O Dia, de 27, 28 e 29 de abril de 2024, páginas 07 e 08, e com a divulgação na íntegra do documento na página do mesmo jornal na internet, páginas 01 e 02, nos termos do artigo 289, I, da Lei das S.A. Estiveram à disposição para prestar eventuais esclarecimentos o senhor Marcelo Rodrigues, representante dos Auditores Independentes E&Y e a senhora Alenir de Oliveira Romanello, Presidente do Conselho Fiscal da Companhia. (ii) Aprovar, sem restrições ou ressalvas, a proposta da administração para a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, da seguinte forma: (i) apurado lucro líquido de R$ 23.505.396,59 (vinte e três milhões quinhentos e cinco mil trezentos e noventa e seis reais e cinquenta e nove centavos) no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; (ii) destinado o valor de R$ 1.175.269,83 (um milhão cento e setenta e cinco mil duzentos e sessenta e nove reais e oitenta e três centavos) para Reserva Legal existente no Patrimônio Líquido da Caixa Assistência; (iii) lucro líquido a ser distribuído de R$ 8.683.995,68 (oito milhões seiscentos e oitenta e três mil novecentos e noventa e cinco reais e sessenta e oito centavos), considerando a dedução dos dividendos intercalares já pagos no exercício de 2023 no valor de R$ 13.646.131,08 (treze milhões seiscentos e quarenta e seis mil cento e trinta e um reais e oito centavos), referentes ao período compreendido entre 01 de janeiro de 2023 e 31 de agosto de 2023. Sendo distribuído da seguinte forma o montante de R$ 8.683.995,68 (oito milhões seiscentos e oitenta e três mil novecentos e noventa e cinco reais e sessenta e oito centavos): (a) R$ 6.512.915,34 (seis milhões quinhentos e doze mil novecentos e quinze reais e trinta e quatro centavos) à Caixa Seguridade Participações S.A. e (b) R$ 2.171.080,34 (dois milhões cento e setenta e um mil e oitenta reais e trinta e quatro centavos) à USS Soluções Gerenciadas S.A., que serão liquidados financeiramente em até 5 (cinco) dias úteis da data de realização da presente assembleia geral. Estiveram à disposição para prestar eventuais esclarecimentos o senhor Marcelo Rodrigues, representante dos Auditores Independentes E&Y e a senhora Alenir de Oliveira Romanello, Presidente do Conselho Fiscal da Companhia. (iii) Aprovar a composição do Conselho Fiscal da Companhia: Reeleger, para um mandato até a primeira Assembleia Geral Ordinária que se realizar após a sua reeleição: (A) como titulares designados pela USS Soluções Gerenciadas S.A.: (a) **Felipe Pascoal Baltazar**, brasileiro, casado, contador, portador da cédula de identidade RG nº 29.887.623 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob nº 304.534.768-13, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Bonnard, nº 980, Edifício 19, Condomínio Green Valley, Alphaville, Barueri, São Paulo, CEP 06465-134; (b) **Rafael de Souza Carvalho**, brasileiro, casado, administrador, portador da cédula de identidade RG nº 32003414 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob nº 318.990.868-03, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Bonnard, nº 980, Edifício 19, Condomínio Green Valley, Alphaville, Barueri, São Paulo, CEP 06465-134. Ratificar a extensão dos mandatos, até a recondução ou eleição de seus substitutos, dos membros do Conselho Fiscal indicados pela Caixa Seguridade Participações S.A.: (a) **Alenir de Oliveira Romanello**, brasileira, casada, advogada, portadora da cédula de identidade RG nº 14.360.502-1 SSP/SP, inscrita no CPF sob o nº 148.180.001-91, residente e domiciliada na Cidade de Brasília, com endereço comercial na SAUS Quadra 3, Bloco E, 3º andar, Asa Sul, Brasília/DF, CEP 70.070-030; (b) **Bruno Henrique Neves Silva**, brasileiro, casado, advogado, portador do RG n° MG 6082252 SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o n° 030.905.549-66, residente e domiciliado na Cidade de Brasília, com endereço residencial SQS 107, Bloco J, apto. 104, Asa Sul, Brasília-DF, CEP: 70346-000. Fica, desde já, eleito como Presidente do Conselho Fiscal, o Sr. **Rafael de Souza Carvalho**, acima qualificado, o qual exercerá tal posição durante o seu mandato como membro do Conselho Fiscal, consoante a alternância prevista no subitem 8.2.1 do Acordo de Acionistas. **6.2. Em Assembleia Geral Extraordinária:** (iv) Aprovar a remuneração global e individual anual dos administradores e membros do Comitê de Auditoria da Companhia para o exercício social de 2024, no montante anual global de até R$ 5.813.046,00 (cinco milhões, oitocentos e treze mil e quarenta e seis reais). (v) Aprovar a remuneração dos membros do Conselho Fiscal da Companhia, para o exercício social de 2024, no montante anual global de até R$ 211.068,00 (duzentos e onze mil e sessenta e oito reais). (vi) Aprovar o Programa de Bônus da Diretoria relativo ao exercício 2024. O Conselho de Administração realizará a apuração e autorizará o pagamento da remuneração variável de cada um dos membros da Diretoria da Companhia. **Encerramento e Lavratura da Ata:** Nada mais havendo a tratar, a presente ata lavrada em forma de sumário, a qual foi achada conforme e assinada por todos os presentes. **Mesa**: Presidente da Mesa, Sr. Bruno Rodrigo Valença de Araújo e Secretária da Mesa, Sr.ª Patrícia Santana. **Acionistas:** Caixa Seguridade Participações S.A. e USS Soluções Gerenciadas S.A. Confere com a original lavrada em livro próprio da Companhia. Barueri, 30 de abril de 2024. **Mesa: Bruno Rodrigo Valença de Araújo -** Presidente da Mesa; **Patrícia Santana -** Secretária. **JUCESP** nº 199.397/24-7 em 10/05/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL O DIA SP.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código F244-B903-62A8-D992.

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001. A autenticidade pode ser conferida ao lado

ICP Brasil

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 17/05/2024

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de **Publicações Legais** no portal do **Jornal O Dia SP.** Acesse também através do link: **https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal**

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL O DIA SP.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código F244-B903-62A8-D992.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/F244-B903-62A8-D992 ou vá até o site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: F244-B903-62A8-D992

Hash do Documento

CA88891C6D9C5F01F579AC658D01CC228A6A3FF553249FEC69C17D0A8F49CB2A

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 17/05/2024 é(são) :

☑ JORNAL O DIA SP (Signatário - ODIASP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA) - 091.260.448-46 em 17/05/2024 00:01 UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital - O DIA DE SP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA - 39.732.792/0001-24

Jornal O DIA SP

PUBLICAÇÕES LEGAIS - 2

Edição Digital Certificada*Sexta-feira, 17 de maio de 2024

AZEVEDO & TRAVASSOS
Desde 1922

AZEVEDO & TRAVASSOS S.A.

CNPJ nº 61.351.532/0001-68 - Companhia Aberta

Instituição Financeira Depositária das Ações Escriturais - BANCO ITAÚ S.A.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Cumprindo disposições legais e estatutárias, a Administração submete aos Acionistas as demonstrações contábeis relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023.

1. BREVE HISTÓRICO

Desde dezembro/2019 a Azevedo & Travassos S.A. ("Companhia" ou "ATSA") vem realizando um bem-sucedido processo de "turn around", ao longo do qual a companhia conseguiu reestruturar seu passivo tributário, trabalhista e cível, ampliou sua atividade operacional, construiu um backlog sólido focado nos investimentos em infraestrutura financiados pelo setor privado, adquiriu a Heftos Óleo & Gás, dentre outros marcos operacionais muito importantes, que serão tratados em detalhes abaixo. Ao longo do exercício de 2022 e início de 2023 a Companhia preparou e iniciou a execução de seu planejamento estratégico para voltar a operar ativos de produção de petróleo, atividade que ensejou seu IPO na década de 1980 e que foi parte relevante da receita operacional da Companhia até o ano 2000. Em 22 de junho de 2023, o Conselho de Administração da Azevedo & Travassos S/A aprovou a fundação de uma subsidiária integral denominada "Azevedo & Travassos Petróleo S/A", devidamente incorporada em 29 de agosto de 2023. Também como parte da estratégia de retomada da operação de produção de óleo & gás a Administração submeteu ao Conselho de Administração da Azevedo & Travassos S/A e este aprovou a realização de um aumento de capital na Companhia, de até R$ 215 milhões, homologado em 17 de novembro de 2023. Desde a conclusão do processo de capitalização da Companhia a mesma engajou diversos processos de avaliação de ativos produtores de petróleo e gás, ainda em andamento. A Administração está certa da implementação exitosa de seu plano estratégico e do iminente retorno da Azevedo & Travassos S/A ao mercado de produção de óleo & gás.

2. HEFTOS ÓLEO E GÁS S/A

A Heftos é uma empresa especializada em prestação de serviços para o setor petrolífero em unidades e plantas existentes, onshore e offshore, o que inclui execução de ampliações, reformas e manutenções de suas instalações (Projetos Brownfield). Por meio de sua base de apoio operacional localizada em Macaé-RJ, a Heftos possui atualmente contratos em andamento para adequação de refinarias e manutenção de plataformas de produção offshore. A Azevedo & Travassos S.A. concluiu o processo de integração da Heftos desde sua aquisição em dezembro de 2021. Desenvolveu novos processos e políticas corporativas, implantou integralmente o sistema ERP Protheus que permitiu uma efetiva racionalização dos seus custos e uma uniformidade de Gestão, Planejamento e Execução Operacional compatível com as demais subsidiárias do Grupo. Após a conclusão do processo de integração da Heftos ao ambiente corporativo da Azevedo & Travassos S/A a Heftos retomou o crescimento de seu pipeline, que atualmente é de cerca de R$ 6 bilhões. Além do crescimento orgânico do seu pipeline, recentemente a Petrobras anunciou o início de seu programa de descomissionamento de plataformas de petróleo, cujo valor de investimento é previsto em cerca de US$ 9,8 bilhões. A Heftos tem acompanhado de perto o desenvolvimento dessa oportunidade, internamente, por meio da melhoria de seus controles e estrutura de capital, e externamente, por meio da formalização de parcerias estratégicas com parceiros e fornecedores visando a integração de soluções completas para o descomissionamento dessas e outras plataformas de produção de óleo & gás. Ao longo do exercício de 2023, o mercado de descomissionamento de plataformas de petróleo começou a apresentar as primeiras oportunidades de negócios. Para o exercício de 2024, a Heftos firmou parcerias estratégicas e reforçou seu quadro de colaboradores com o objetivo de aproveitar as oportunidades que se apresentarão no futuro próximo.

3. CENÁRIO ATUAL

O ano de 2023 a Azevedo & Travassos S/A logrou renovar com sucesso o seu *backlog* provando novamente a tese de crescimento de oportunidades de obras privadas de infraestrutura no país. No setor de Óleo e Gás (O&G) as diversas Companhias privadas com ativos no País estão demandando serviços de manutenção e ampliação de instalações de produção e transporte de óleo e gás. Situação similar está ocorrendo no setor de Construção Pesada, onde Companhias estão realizando substanciais investimentos em suas Concessões nas áreas de estradas, mobilidade urbana, aeroportos, saneamento básico e mineração. Assim, A&T-Infraestrutura e Heftos vêm apresentando propostas técnicas e comerciais para diversos empreendimentos atendendo as solicitações das principais empresas que atuam no Brasil nos setores citados. Nos últimos doze meses conseguimos ampliar nossos relacionamentos comerciais, aumentar significativamente o número de propostas de orçamento em elaboração ("Pipeline") e converter propostas deste ("Pipeline") em contratos firmes ("Backlogs").

4. AZEVEDO E TRAVASSOS PETRÓLEO S/A

O Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 22 de junho de 2023, decidiu incorporar a Azevedo e Travassos Petróleo S/A ("ATP"), subsidiária integral para exploração de óleo e gás no Brasil e no exterior. Reconhecida como a primeira empresa privada a obter sucesso na produção de óleo e gás natural no Brasil, a Azevedo e Travassos S.A.(ATSA), deu início às suas atividades de pesquisa e exploração na década de 1980, por meio de contratos de risco com a Petrobras. Ao longo dos anos, a empresa assinou contratos de blocos exploratórios, investiu em poços pioneiros e descobriu quatro campos terrestres de óleo e gás, conquistando reconhecimento técnico e comercial. Para financiar esse projeto a ATSA realizou seu IPO em 1984. Desde 1984 até o ano 2000, ano em que ocorreu a venda dos ativos exploratórios, a ATSA produziu com êxito óleo e gás no nordeste do Brasil. Agora, com a incorporação da subsidiária, integral ATP (Azevedo e Travassos Petróleo S.A.), que conta com uma equipe técnica altamente qualificada e um valioso know-how na exploração e produção de óleo e gás, a Azevedo e Travassos S.A. está pronta para aproveitar as novas oportunidades que se apresentam no mercado. A estratégia da Companhia abrange desde a consolidação de micro e pequenos produtores de campos maduros terrestres até a participação em licitações para produção e exploração de poços maduros onshore da Petrobras. Além disso, a Azevedo e Travassos S.A. está empenhada em explorar concessões em países de língua portuguesa, especialmente em nações africanas, onde acredita-se que existam grandes possibilidades de desenvolvimento no setor de óleo e gás. A Companhia enxerga essas oportunidades como um novo marco em sua história e acredita que sua vasta experiência, aliada aos recursos técnicos e financeiros disponíveis, a posiciona de forma única para se beneficiar desse mercado em expansão. Desde sua incorporação a Azevedo e Travassos Petróleo S/A iniciou estudos e análises de diversos ativos produtores de óleo & gás, tendo assinado memorandos de entendimento com os controladores dos referidos ativos de produção, visando a aquisição de campos de produção de petróleo, de participação acionária nas empresas controladoras dos referidos campos de produção, ou ainda na formalização de parcerias comerciais buscando o incremento de produção dos poços de petróleo. A ATP estima concluir brevemente as primeiras negociações e seguirá avaliando todas as oportunidades que se apresentarem à Companhia. Com base no atual tamanho e potencial dos ativos avaliados, caso conclua com sucesso as operações em andamento, a ATP deve iniciar sua atividade operacional com uma produção diária que varie entre 200 e 500 bped, prevendo um crescimento orgânico desses ativos para até 1000 bped em até 1 ano após a conclusão exitosa das referidas operações. Além disso, estima-se que o crescimento inorgânico da Companhia, por meio de realização de mais aquisições de ativos ou parcerias, deva ser o principal fator de incremento de faturamento da ATP para os próximos 18 meses.

5. BACKLOG, DO PIPELINE E RECEITA ANUAL

Atualmente estamos com contratos em pleno andamento junto a importantes empresas do setor de saneamento, aeroportos, mineração e óleo e gás. Isto permitiu um aumento de receita do Grupo no exercício de 2023. O pipeline atual é de aproximadamente R$ 12 bilhões, enquanto o backlog no fim do exercício de 2023 se encontra na faixa de R$ 788 milhões.

6. DESEMPENHO ECONÔMICO E FINANCEIRO – (31/12/23)

6.1. Receita: A Receita Bruta Consolidada do exercício de 2023 atingiu o patamar de R$ 474.939 mil, representando um aumento de 6,71% em relação ao valor de R$ 445.079 mil obtido no mesmo período em 2022. **6.2. Resultado:** O Resultado Consolidado do exercício de 2023 correspondeu a um prejuízo de R$ 50.805 mil, contra um prejuízo de R$ 79.972 mil ocorrido no mesmo período em 2022. **6.3. Endividamento: a) Companhia:** Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possuía um endividamento bancário de R$ 7.987 mil com vencimentos diversos (contra R$ 24.056 mil em 31 de dezembro de 2022). Adicionalmente, temos um saldo de R$ 6.066 mil (contra R$ 38.169 mil em 31 de dezembro de 2022), referente a contraprestação sobre a aquisição da Heftos relacionada ao atingimento de metas comerciais que, caso venha a ser devida, o pagamento ocorrerá em 2026 e 2027. As despesas financeiras líquidas da Companhia no exercício de 2023 alcançaram a cifra de R$ 8.693 mil. **b) Consolidado:** Em 31 de dezembro de 2023, no Consolidado estão registrados endividamentos bancários no valor de R$ 37.667 mil. As despesas financeiras líquidas no Consolidado no exercício de 2023 alcançaram a cifra de R$ 39.331 mil. **6.4. Capital Social:** Em 31 de dezembro de 2023 o Capital social da Companhia é de R$ 565.442 mil (R$ 294.516 mil em 31 de dezembro de 2022). **6.5. Patrimônio Líquido:** Em 31 de dezembro de 2023, o Patrimônio Líquido da Companhia totalizava R$ 317.120 mil (R$ 97.000 mil em 31 de dezembro de 2022).

	Capital Social	Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**224.516**	**(117.544)**	**106.972**
Aumento de capital social	70.000	-	70.000
Prejuízo do exercício	-	(79.972)	(79.972)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**294.516**	**(197.516)**	**97.000**
Aumento de capital social	270.926	-	270.926
Prejuízo do exercício	-	(50.805)	(50.805)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**565.442**	**(248.322)**	**317.120**

7. INFORMAÇÃO POR SEGMENTO

A Companhia definiu a segmentação de sua estrutura operacional levando em consideração a forma com a qual a Administração gerencia os seus negócios. O Saldo Patrimonial de cada segmento é extraído dos registros contábeis da Companhia e está segregado conforme abaixo:

A) Ativos por Segmento

	Consolidado 31/12/2023					
ATIVO	**Infraestrutura**	**Petróleo**	**Óleo e Gás**	**Investimentos**	**Eliminação**	**Consolidado**
Ativo Circulante	236.155	72	200.414	24.911	(304.916)	156.636
Outros Ativos Não Circulantes	3.881	381	61.533	247.641	(196.844)	116.592
Investimentos	69.410	-	-	619.029	(619.029)	69.410
Imobilizado e Intangível	1.972	185.380	143.325	51.162	-	381.839
Total do ativo	**311.418**	**185.833**	**405.272**	**942.743**	**(1.120.789)**	**724.477**

B) Passivos por Segmento

	Consolidado 31/12/2023					
PASSIVO	**Infraestrutura**	**Petróleo**	**Óleo e Gás**	**Investimentos**	**Eliminação**	**Consolidado**
Passivo circulante	101.000	21	174.070	224.630	(181.706)	318.015
Passivo não circulante	26.632	185.806	13.943	183.817	(320.856)	89.342
Patrimônio Líquido	181.237	100	260.215	601.567	(675.193)	367.926
Total do passivo	**308.869**	**185.927**	**448.228**	**1.010.014**	**(1.177.755)**	**775.282**

C) Resultado por Segmento

	Consolidado 31/12/2023					
	Infraestrutura	**Petróleo**	**Óleo e Gás**	**Investimentos**	**Eliminação**	**Consolidado**
Receita	267.721	-	161.922	176	-	429.819
Custo	(237.888)	(2)	(149.833)	-	-	(387.723)
Despesas gerais e administrativas	(28.886)	(92)	(42.863)	(33.285)	-	(105.126)
Amortização do intangível	-	-	(15.733)	(15.012)	-	(30.745)
Honorarios dos Administradores	-	-	-	(3.041)	-	(3.041)
Outras receitas e (despesas) operacionais	12.307	-	1.951	(64.594)	56.968	6.632
Resultado financeiro	(9.925)	-	(20.529)	(8.877)	-	(39.331)
Imposto de renda e contribuição social	(780)	-	22.129	57.360	-	78.709
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	**2.549**	**(94)**	**(42.956)**	**(67.272)**	**56.968**	**(50.805)**

8. GESTÃO DE QUALIDADE, SEGURANÇA, MEIO AMBIENTE E SAÚDE E RESPONSABILIDADE SOCIAL

O Sistema de Gestão Integrada de Qualidade, Segurança, Meio Ambiente e Saúde - QSMS é aplicado nas obras, acompanhando rigorosas exigências do mercado e normas nacionais e internacionais de referência. A preocupação com a qualidade é pautada na satisfação do Cliente, na conformidade e na evolução de desempenho da empresa. No âmbito da Qualidade, a Azevedo & Travassos Infraestrutura Ltda (A&T Infra), subsidiária integral da Companhia, é Certificada na Gestão da Qualidade em conformidade com a Norma ABNT NBR ISO 9001:2015. No âmbito do Meio Ambiente a A&T Infra é certificada na Gestão Ambiental em conformidade com a Norma ABNT NBR ISO 14001:2015. No âmbito de Segurança e Saúde no Trabalho a A&T Infra é certificada na Gestão de Segurança e Saúde no Trabalho de acordo com a ISO 45001:2018. Seguindo o mesmo princípio de melhoria contínua de seus processos, foi iniciada também na Heftos, a implementação das certificações dos seus Sistemas de Gestão Integrada de Qualidade, Ambiental e de Segurança e Saúde no Trabalho em conformidade com as Normas ISO. Assim, ambas as empresas operacionais do Grupo ATSA deverão concluir seus processos de certificação até o final de 2023 e, com esse investimento, manter e garantir os níveis de excelência na execução dos serviços para atendimento de seus Clientes.

9. CÓDIGO DE ÉTICA E CONDUTA

O Código de Ética e Conduta da Azevedo & Travassos S/A está disponível para leitura no site de Relações com Investidores da Companhia (ri.azevedotravassos.com.br). De forma a ilustrar a visão da Diretoria Executiva, Conselhos, acionistas, o Grupo Azevedo & Travassos, com mais de 100 anos de existência, se prepara para iniciar um novo ciclo de crescimento, buscando novos caminhos e oportunidades. Porém, mantemos a convicção de que chegamos até aqui graças ao nosso histórico de cumprimento das leis, a manutenção de uma reputação ilibada e ao respeito aos nossos clientes e parceiros. Nossa reputação e nossos colaboradores são os nossos ativos mais importantes, e essa atualização do Código de Ética e Conduta é uma ferramenta para auxiliar na tomada de decisões e orientar nosso comportamento. Nele constam os princípios e diretrizes que deverão guiar a atuação, não apenas das companhias do grupo, mas também de cada um de seus conselheiros, diretores e colaboradores. A ética pode ser compreendida como o conjunto de normas e comportamentos que os membros de uma sociedade reconhecem como sendo adequados para garantir o seu funcionamento e a prosperidade de seus integrantes. Trata-se do exame crítico e estruturado de como se deve comportar, especialmente quando essas ações podem afetar terceiros. Ética é um princípio básico que deve orientar todas as nossas escolhas e ações, orientando na elaboração de propostas, nos relacionamentos internos e nos relacionamentos externos com clientes, comunidades, fornecedores, autoridades e poderes constituídos. O nosso compromisso com a ética e com nossos valores fundamentais — Integridade, Comprometimento, Atuação Responsável, Foco no Resultado e Tradição e Evolução – são fundamentais para atingirmos um crescimento responsável e sustentável.

10. INSTRUÇÃO CVM 381/03

Conforme a Instrução CVM 381/03, a empresa BDO RCS Auditores Independentes não efetuou outros serviços para a Companhia, além do exame das demonstrações contábeis.

11. DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do § 1º do art. 27, da Resolução CVM nº 80, de 29/03/2022, os Diretores declaram que reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras e as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes, relativas ao exercício de 31 de dezembro de 2023.

Ivan de Carvalho Junior
Diretor Presidente

Bernardino de A. Pimentel Mendes
Diretor Executivo de Operações

Bernardo Mendonça
Diretor de Relações com Investidores

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (Em milhares de Reais)

		Controladora		Consolidado	
ATIVO	**Notas**	**31/12/2023**	**31/12/2022**	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	24	373	2.090	11.671
Clientes	7	23.373	46	79.462	89.681
Estoques	8	-	-	18.695	24.910
Estoque de terrenos	9	-	-	5.615	18.301
Adiantamento a fornecedores	10	39	34	1.453	2.188
Impostos a recuperar	11	8	8	31.584	22.765
Despesas antecipadas		552	659	2.201	3.767
Outras contas a receber	12	110	373	15.536	6.090
		24.106	**1.493**	**156.636**	**179.373**
Ativo não circulante					
Imposto de renda e contribuição social diferida	29	50.380	27.206	114.313	74.945
Outras contas a receber	12	195.392	12.947	2.279	1.367
		245.772	**40.153**	**116.592**	**76.312**
Investimentos	13	401.770	217.056	-	-
Propriedade para investimentos	14	-	-	69.410	45.000
Imobilizado	15	6.225	7.563	242.630	79.974
Intangível	16	44.936	60.002	139.209	166.179
		452.931	**284.621**	**451.249**	**291.153**
Total do ativo		**722.809**	**326.267**	**724.477**	**546.838**

		Controladora		Consolidado	
PASSIVO	**Notas**	**31/12/2023**	**31/12/2022**	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Passivo circulante					
Fornecedores	18	3.519	5.089	73.739	39.844
Empréstimos e financiamentos	19	2.099	17.267	29.315	33.874
Arrendamento por direito de uso	20	501	180	501	16.967
Salários, provisão para férias e encargos sociais	21	28.344	16.834	72.420	57.296
Obrigações tributárias - REFIS e Transação Tributária	22.a	2.136	1.506	2.136	1.506
Obrigações tributárias - outros impostos	22.b	4.489	3.330	132.702	41.767
Outras contas a pagar	23	182.353	3.403	7.202	36.967
		223.441	**47.609**	**318.015**	**228.221**
Passivo não circulante					
Empréstimos e financiamentos	19	5.888	6.789	8.352	9.664
Arrendamento por direito de uso	20	935	2.054	935	6.796
Salários, provisão para férias e encargos sociais	21	16.860	17.516	16.860	17.516
Obrigações tributárias - REFIS e Transação Tributária	22.a	6.425	40.413	6.425	40.413
Obrigações tributárias - outros impostos	22.b	3.851	9.055	24.214	52.026
Provisões para contingências	25	2.781	4.905	6.416	4.905
Imposto de renda e contribuição social diferida	29	-	20.715	6.095	32.128
Outras contas a pagar	23	145.508	80.211	20.045	58.169
		182.248	**181.658**	**89.342**	**221.617**
Total do passivo		**405.689**	**229.267**	**407.357**	**449.838**
Patrimônio líquido	24				
Capital social		565.442	294.516	565.442	294.516
Prejuízos acumulados		(248.322)	(197.516)	(248.322)	(197.516)
		317.120	**97.000**	**317.120**	**97.000**
Total do passivo e patrimônio líquido		**722.809**	**326.267**	**724.477**	**546.838**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de Reais, exceto pelo lucro por ação)

		Controladora		Consolidado	
	Notas	**01/01 a 31/12/2023**	**01/01 a 31/12/2022**	**01/01 a 31/12/2023**	**01/01 a 31/12/2022**
Receita de venda e serviços prestados, líquida	26	176	167	429.819	384.469
Custos na venda de produtos e serviços prestados	27	-	-	(387.723)	(374.184)
Lucro bruto do exercício		**176**	**167**	**42.096**	**10.285**
Receita (despesas) operacionais					
Despesas gerais e administrativas	27	(33.281)	(44.788)	(105.126)	(92.125)
Amortização do intangível	27	(15.012)	(15.012)	(30.745)	(30.745)
Honorários dos administradores	27	(3.041)	(5.324)	(3.041)	(6.240)
Outras receitas e (despesas) operacionais	27	(7.625)	(18.208)	6.632	(8.683)
Equivalência patrimonial	13	(40.689)	(22.081)	-	(37)
Prejuízo operacional		**(99.472)**	**(105.246)**	**(90.183)**	**(127.545)**
Receitas financeiras	28	91	80	1.159	1.448
Despesas financeiras	28	(8.784)	(10.890)	(40.490)	(26.284)
		(8.693)	**(10.810)**	**(39.331)**	**(24.836)**
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		**(108.165)**	**(116.056)**	**(129.514)**	**(152.381)**
Imposto de renda e contribuição social - diferido	29	57.360	36.084	78.709	72.409
Prejuízo do exercício		**(50.805)**	**(79.972)**	**(50.805)**	**(79.972)**
Atribuído aos acionistas controladores		-	-	(50.805)	(79.972)
Prejuízo por ação - R$		(0,30)	(1,04)	(0,30)	(1,04)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	01/01 a 31/12/2023	**01/01 a 31/12/2022**	**01/01 a 31/12/2023**	**01/01 a 31/12/2022**
Prejuízo do exercício	(50.805)	(79.972)	(50.805)	(79.972)
Total do resultado abrangente do exercício	**(50.805)**	**(79.972)**	**(50.805)**	**(79.972)**
Atribuível a				
Acionistas controladores	-	-	(50.805)	(79.972)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DOS VALORES ADICIONADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	01/01 a 31/12/2023	**01/01 a 31/12/2022**	**01/01 a 31/12/2023**	**01/01 a 31/12/2022**
1 - RECEITAS				
1 - Vendas de mercadorias, produtos e serviços	194	184	474.939	445.078
	194	**184**	**474.939**	**445.078**
2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS				
2.1 -Custo venda de produtos e serviços.	(59.803)	(660)	(129.632)	(50.773)
2.2 - Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	47.598	(36.825)	(93.093)	(158.460)
	(12.205)	**(37.485)**	**(222.725)**	**(209.233)**
3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1 - 2)	**(12.011)**	**(37.301)**	**252.214**	**235.845**
4 - DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	(16.359)	(15.852)	(36.960)	(38.885)
5 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO (3 - 4)	**(28.370)**	**(53.153)**	**215.254**	**196.960**
6 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA				
6.1 - Resultado de equivalência patrimonial	(40.689)	(22.081)	-	(37)
6.2 - Receitas financeiras	91	80	1.159	1.448
6.3 - Avaliação valor justo / deságio	-	-	16.213	9.238
7 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5 + 6)	**(68.968)**	**(75.154)**	**232.626**	**207.609**
8 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
8.1 - Pessoal - salários e encargos	20.420	30.003	266.229	272.837
8.2 - Impostos, taxas e contribuições	(56.340)	(27.311)	(23.558)	11.183
8.3 - Remuneração de capitais de terceiros	17.757	2.126	40.760	3.561
8.4 - Prejuízo do exercício	(50.805)	(79.972)	(50.805)	(79.972)
VALOR ADICIONADO DISTRIBUÍDO	**(68.968)**	**(75.154)**	**232.626**	**207.609**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (Em milhares de Reais)

	Capital Social	Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**224.516**	**(117.544)**	**106.972**
Aumento de capital social	70.000	-	70.000
Prejuízo do exercício	-	(79.972)	(79.972)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**294.516**	**(197.516)**	**97.000**
Aumento de capital social	270.926	-	270.926
Prejuízo do exercício	-	(50.805)	(50.805)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**565.442**	**(248.322)**	**317.120**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	01/01 a 31/12/2023	**01/01 a 31/12/2022**	**01/01 a 31/12/2023**	**01/01 a 31/12/2022**
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(108.165)	(116.056)	(129.514)	(152.381)
Ajustes para reconciliar o prejuízo do exercício ao caixa proveniente das atividades operacionais				
Depreciação e amortização	16.359	15.852	36.960	38.885
Efeito líquido da baixa de imobilizado	284	8.258	(7.967)	2.634
Baixa Arrendamento por direito de uso	(239)	-	(21.768)	-
Resultado de equivalência patrimonial	40.689	22.081	-	37
Empréstimos e financiamentos	(901)	6.789	(1.312)	9.664
Provisão para obrigações legais	(2.124)	(3.152)	1.511	(3.152)
Contas a Pagar (UTC)	(32.103)	-	(32.103)	-
Avaliação valor justo	-	-	(16.213)	(4.749)
Propriedades para Investimentos	-	-	24.410	-
	(86.200)	(66.228)	(145.996)	(109.062)
Redução (aumento) nos ativos operacionais:				
Clientes	(23.327)	(21)	10.219	(55.707)
Estoques	-	908	6.215	(5.837)
Estoques de imóveis	-	-	12.686	-
Impostos a recuperar e outros créditos	(165.519)	(11.206)	(17.611)	(15.919)
Adiantamento a fornecedores	(5)	53	735	7.824
Aumento de Capital com a Investida	(225.404)	-	-	-
	(414.255)	(10.266)	12.244	(69.639)
Aumento (redução) nos passivos operacionais				
Fornecedores	(1.570)	(7.838)	33.895	12.205
Arrendamento por direito de uso	(798)	2.234	(798)	23.763
Salários, provisão férias e encargos sociais	10.854	(5.756)	14.468	10.286
Obrigações tributárias - Refis e outros impostos	(37.403)	(4.147)	42.543	51.207
Outras contas a pagar	273.266	6.543	(45.857)	16.290
	244.349	(8.964)	44.251	113.751
Caixa líquido consumido pelas atividades operacionais	**(256.107)**	**(85.458)**	**(89.501)**	**(64.950)**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Aquisições de ativos investimentos, imobilizado e intangível	-	(2.577)	(186.447)	(27.585)
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimentos	**-**	**(2.577)**	**(186.447)**	**(27.585)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Empréstimos e financiamentos	(15.168)	17.267	(4.559)	14.867
Aumento de capital social	270.926	70.000	270.926	70.000
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos	**255.758**	**87.267**	**266.367**	**84.867**
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	**(349)**	**(768)**	**(9.581)**	**(7.668)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	373	1.141	11.671	19.339
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	24	373	2.090	11.671
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	**(349)**	**(768)**	**(9.581)**	**(7.668)**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

1.1. Atividades das empresas do Grupo: A Azevedo & Travassos S.A. ("ATSA" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital aberto domiciliada no Brasil. O endereço registrado do escritório da Companhia é Rua Vicente Antônio de Oliveira, n° 1.050, São Paulo - SP. As demonstrações contábeis da Companhia abrangem a Companhia e suas subsidiárias, conjuntamente referidas como "Grupo". A controladora ATSA bem como a sua controlada Azevedo & Travassos Infraestrutura Ltda. ("ATINFRA") têm como atividades principais o planejamento e a execução de projetos e obras de engenharia civil, compra, venda e incorporação de imóveis, bem como participação em outras sociedades. A Infrainvest Administração e Investimentos Ltda. ("INFRAINVEST") tem como atividades principais a participação em outras sociedades, investimentos em instrumentos de capital próprio, bem como em valores imobiliários ou direitos conversíveis, permutáveis, ou que confiram o direito à sua aquisição, o investimentos em instrumentos de capital alheio, incluindo empréstimos e créditos, da sociedades em que participe ou em que se proponha participar, aplicação de seus excedentes de tesouraria em instrumentos financeiros, a prática de outras atividades econômicas, conexas das atividades referidas nos itens anteriores. A HEFTOS Óleo e Gás Construções S.A. ("HEFTOS") tem como atividades principais a execução de projetos de Construção e Montagem, retrofit de poços de petróleo, Integração (Hook-up), Gestão de Ativos e construção de formas, módulos e refinarias, bem como a manutenção On/Offshore e seu descomissionamento. A Azevedo & Travassos Petróleo S/A ("ATP") tem como principais atividades a exploração e produção e comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e outros hidrocarbonatos fluídos, incluindo, as bacias sedimentares brasileiras as quais a ANP (Agência Nacional de Petróleo) tenha concedido licenças, bem como bacias sedimentares no exterior. A Companhia negocia suas ações na B3 (antiga BM&FBOVESPA), sob as siglas AZEV3 (ON) e AZEV4 (PN). **1.2. Relação de entidades controladas e coligadas**: As demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2023 incluem as seguintes empresas: ATSA, ATINFRA, HEFTOS, INFRAINVEST e ATP.

	31/12/2023		31/12/2022	
	%	**Controle**	**%**	**Controle**
Azevedo & Travassos Infraestrutura Ltda.(ATINFRA)	100,00	Direto	100,00	Direto
Azevedo & Travassos Petróleo S/A. (ATP)	100,00	Direto	-	-
Infrainvest ADM e Investimentos Ltda.(INFRAINVEST)	100,00	Direto	100,00	Direto
Heftos Óleo e Gás Construções S.A. (HEFTOS) (i)	100,00	Indireto	100,00	Direto

(i) Heftos é uma controlada indireta (via Infrainvest)

1.3. Estratégia operacional: (i) Aprimorar os processos de gestão de contratos de prestação de serviços da Companhia, com o objetivo de racionalizar os custos e melhorar os resultados operacionais; **(ii)** Aprimorar os treinamentos dos Colaboradores da Companhia no Sistema ERP Protheus implantado na filial da Heftos em Macaé, a fim de melhorar a integração dos seus Processos de Gestão Financeira e Operacional; **(iii)** Acompanhar os indicadores de qualidade e produtividade implantados nos processos das empresas para melhoria dos controles e dos acompanhamentos do desempenho dos seus contratos de obra e que impactam a Gestão Financeira do Grupo; **(iv)** Persistir na racionalização de sua estrutura organizacional, com ênfase na agilidade para tomada de decisões e de implantações de medidas estratégicas por parte da alta Administração, tendo em vista, o crescimento do mercado esperado e as oportunidades dentro do setor de Infraestrutura; **(v)** Continuar seu trabalho de alongamento de seus passivos para adequá-los a um perfil de médio e longo prazo para que sejam pagos com recursos oriundos do faturamento de serviços, capitalizações e da desmobilização de ativos; **(vi)** Executar as obras da Companhia e de suas subsidiárias que estão contratadas e a serem contratadas dentro das margens orçadas; **(vii)** Consolidar o crescimento consistente do seu backlog de obras, com ênfase nas áreas tradicionais de atuação no setor privado; **(viii)** Manter a gestão eficaz para cumprimento do PPLE. **(ix)** Iniciar a exploração de petróleo e gás, por meio de sua subsidiária ATP, através da conclusão da aquisição de campos produtores de petróleo e gás selecionados previamente pela Administração e atualmente em estágio avançado de negociação. **(x)** Otimização da estrutura societária da Companhia visando destravar valor de créditos tributários da subsidiária Heftos, permitindo ainda o crescimento da atividade de prestação de serviços recorrentes no setor de óleo e gás.

2. BASE DE APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

2.1. Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC e IFRS): As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem. as práticas incluídas na legislação societária Brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro - International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Estas demonstrações contábeis evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente essas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração da sua gestão. As demonstrações contábeis individuais e consolidadas aprovadas pela Administração da Companhia em 23 de abril de 2024 substitui as anteriormente emitidas sem o relatório dos auditores independentes em 29 de março de 2024. As normas contábeis requerem que ao elaborar as demonstrações contábeis, a Administração deve fazer a avaliação da capacidade de a Companhia continuar em operação em futuro previsível. Considerando as ações apresentadas na Nota Explicativa nº 1.3, a Administração concluiu que não há nenhuma incerteza que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando e, portanto, concluiu que adequada a utilização do pressuposto de continuidade operacional para a elaboração de suas demonstrações contábeis. **2.2. Base de consolidação:** As demonstrações contábeis consolidadas incluem as demonstrações contábeis da Azevedo & Travassos S.A. ("ATSA") e de suas controladas diretas e indiretas, Azevedo & Travassos Infraestrutura Ltda. ("ATINFRA"), Infrainvest ADM e Investimentos LTDA ("INFRAINVEST"), HEFTOS Óleo e Gás S.A ("HEFTOS") e Azevedo e Travassos Petróleo S/A. ("ATP"). O controle sobre essas empresas é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar suas políticas financeiras e operacionais e tem a capacidade para auferir benefícios e estar exposta aos riscos de suas atividades. As controladas são integralmente consolidadas a partir da data de aquisição, sendo está a data na qual a Companhia obtém controle, e continuam a ser consolidadas até a data em que o controle deixe de existir. As práticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme em todas as controladas incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas, consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior, e o exercício social dessas empresas coincide com o da Companhia. Os saldos de ativos e passivos e as receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações entre partes relacionadas, são eliminados por completo, quando aplicável. Uma mudança na participação sobre uma controlada que não resulta em perda de controle é contabilizada como uma transação entre acionistas, no patrimônio líquido. O resultado do exercício e cada componente dos outros resultados abrangentes, reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, são atribuídos aos proprietários da controladora e à participação dos não controladores. Perdas são atribuídas à participação de não controladores, mesmo que resultem em um saldo negativo. **2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações contábeis de cada uma das empresas do Grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual o Grupo atua ("a moeda funcional"). As demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão apresentadas em R$ (Reais), que é a moeda funcional do Grupo e, também, a moeda funcional das demais controladas. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3. RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação e apresentação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário: **3.1. Caixa e equivalentes de caixa:** São representados por fundo fixo de caixa, recursos em contas bancárias de livre movimentação e por aplicações financeiras cujos saldos não diferem significativamente dos valores de mercado, com até 90 dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização. **3.2. Instrumentos financeiros: 3.2.1. Ativos financeiros: Reconhecimento e mensuração:** O contas a receber de clientes são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Grupo se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. **Classificação e mensuração subsequentes:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado ao custo amortizado ou ao VJR. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, o Grupo pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento: O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Grupo nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. **3.2.2. Passivos financeiros: Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas:** Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. **Desreconhecimento:** O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. **Compensação:** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **3.3. Estoques de mercadorias e terrenos:** Os estoques estão demonstrados pelo menor valor entre o custo médio de aquisição e os valores de reposição ou realização. Quando aplicável, é constituída uma estimativa de perdas de estoques obsoletos ou de baixa movimentação. Os estoques de terrenos são avaliados ao custo de aquisição, ou valor de realização, dos dois o menor. O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos estimados para conclusão e custos necessários para realizar a venda. **3.4. Imobilizado**: Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzidos das depreciações e perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento os honorários profissionais e, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados de acordo com a política contábil da Companhia e suas controladas. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados. A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no fim da data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Ativos mantidos por meio de arrendamento financeiro são depreciados pela vida útil esperada da mesma forma que os ativos próprios ou por um período inferior, se aplicável, conforme termos do contrato de arrendamento em questão. Um item de imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas resultantes na venda ou baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado. **3.5. Ativo intangível:** Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com sua vida útil econômica estimada e, quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, submetidos a teste para análise de perda no seu valor recuperável. Os ativos intangíveis da Companhia são formados principalmente pelo acervo técnico adquirido com a compra da Heftos. **3.6. Propriedades para investimento:** Propriedades para investimento são inicialmente mensuradas ao custo incluindo custos de transação. Após o reconhecimento inicial, são mensuradas a valor justo. Para os terrenos, a Companhia fez a avaliação com base no método comparativo direto de mercado. Propriedades para investimento são baixadas quando vendidas ou quando não se espera benefícios econômicos futuros ou transferidas quando há intenção de venda. **3.7. Investimentos e base de consolidação:** As demonstrações contábeis consolidadas incluem as demonstrações contábeis da Companhia e de entidades controladas diretamente pela Companhia ou indiretamente através de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia: • Tem poder sobre a investida; • Está exposta, ou tem direito, a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; • Tem a capacidade de usar esse poder para afetar seus retornos. A Companhia reavalia se retém ou não o controle de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem a ocorrência de alterações em um ou mais de um dos três elementos de controle relacionados anteriormente. Quando a Companhia não detém a maioria dos direitos de voto em uma investida, ela terá o poder sobre a investida quando os direitos de voto forem suficientes para capacitá-la na prática a conduzir as atividades relevantes da investida de forma unilateral. Ao avaliar se os direitos de voto da Companhia em uma investida são suficientes para lhe conferirem poder, a Companhia considera todos os fatos e circunstâncias relevantes, incluindo: • A dimensão da participação da Companhia em termos de direitos de voto em relação à dimensão e dispersão das participações dos outros detentores de direitos de voto; Direitos de voto em potencial detidos pela Companhia, por outros detentores de direitos de voto ou por outras partes; • Direitos decorrentes de outros acordos contratuais; • Quaisquer fatos e circunstâncias adicionais que indiquem que a Companhia tem, ou não tem, a capacidade de conduzir as atividades relevantes no momento em que as decisões precisam ser tomadas, incluindo padrões de votação em assembleias anteriores. A consolidação de uma controlada começa quando a Companhia obtém o controle sobre a controlada e termina quando a Companhia perde o controle sobre a controlada. Especificamente, as receitas e despesas de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídas na demonstração do resultado e outros resultados abrangentes a partir da data em que a Companhia obtém o controle até a data em que a Companhia deixa de controlar a controlada. O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos proprietários da Companhia e às participações não controladoras. O resultado abrangente total das controladas é atribuído aos proprietários da Companhia e às participações não controladoras, mesmo se isso gerar saldo negativo para as participações não controladoras. Quando necessário, as demonstrações contábeis das controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas estabelecidas pelo Grupo. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as entidades do Grupo são eliminados integralmente nas demonstrações contábeis consolidadas. Nas demonstrações contábeis individuais da Companhia as demonstrações contábeis das controladas e dos empreendimentos controlados em conjunto são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. **3.8. Imposto de renda e contribuição social:** A provisão para imposto sobre a renda está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto sobre a renda é calculada individualmente por cada entidade do Grupo com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício. **3.9. Imposto de renda e contribuição social diferidos:** O imposto sobre a renda diferido ("imposto diferido") é reconhecido sobre as diferenças temporárias no final de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações contábeis e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais e base negativa, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Os impostos diferidos ativos ou passivos não são reconhecidos sobre diferenças temporárias resultantes de ágio ou de reconhecimento inicial (exceto para combinação de negócios, se aplicável) de outros ativos e passivos em uma transação que não afete o lucro tributável, nem o lucro contábil. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados, considerando a apuração por entidade, apenas quando há o direito legal de compensar o ativo fiscal corrente com o passivo fiscal corrente e quando eles estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal e o Grupo pretende liquidar o valor líquido dos seus ativos e passivos fiscais correntes. **3.10. Outros ativos e passivos:** Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e de suas controladas e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo, e demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. **3.11. Ativos, passivos contingentes e obrigações legais:** As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes: **(i)** Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa; **(ii)** Passivos contingentes são provisionados, quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e nem divulgados; **(iii)** Obrigações legais são registradas como exigíveis, independente da avaliação sobre as probabilidades de êxito, de processos em que a Companhia questionou a inconstitucionalidade de tributos. **3.12. Distinção entre ativos e passivos circulantes e não circulantes:** A distinção entre circulante e não circulante é baseada no ciclo operacional ou de ativos realizados e passivos liquidados dentro desse mesmo ciclo. A norma define o ciclo operacional como o tempo entre a aquisição dos ativos que circulam continuamente (capital de giro) e sua realização em caixa. A Companhia e suas controladas adotam o prazo de 12 meses como ciclo operacional. **3.13. Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio:** A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia, quando aplicável, é reconhecida como um passivo nas demonstrações contábeis ao final do exercício, com base no dividendo mínimo definido no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral. **3.14. Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários de longo prazo são ajustados pelo seu valor presente, e os de curto prazo, somente quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. O ajuste ao valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. **3.15. Reconhecimento da receita: 3.15.1 Contratos de construção qualificados e classificados como serviços de construção:** A Companhia tem como principal atividade o planejamento e a execução de projetos e obras de engenharia em todos os seus ramos e especialidades, sob regime de empreitada, administração ou outras modalidades praticadas no mercado. A receita do contrato compreende o valor inicial acordado no contrato acrescido de variações decorrentes de solicitações adicionais e os pagamentos de incentivos contratuais, na condição em que seja provável que elas resultem em receita e possam ser mensuradas de forma confiável. Tão logo o resultado de um contrato de construção possa ser estimado de maneira confiável, a receita do contrato é reconhecida no resultado na medida do estágio de execução do contrato. O estágio de execução do contrato é avaliado pelo método de porcentagem de conclusão (POC) que considera a proporção entre os custos incorridos com os serviços até então executados e o total dos custos orçados de cada contrato. Para contratos que não possam ter sua receita avaliada de maneira confiável em relação ao trabalho executado de acordo com esse método, a Companhia e suas controladas levam em consideração medições do trabalho executado com a finalidade de apurar a receita contábil. Despesas de contrato são reconhecidas quando incorridas, a menos que elas criem um ativo relacionado à atividade do contrato futuro. Perdas em um contrato são reconhecidas imediatamente no resultado. **3.16. Arrendamentos:** A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. **Ativos de direito de uso:** A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos. **Passivos de arrendamento:** Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juros implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente. **Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor:** A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo de máquinas e equipamentos (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. **3.17. Demonstrações do Valor Adicionado (DVA):** A apresentação da demonstração do valor adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às companhias abertas. **3.18. Demonstrações dos Fluxos de Caixa (DFC):** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa (IAS 7). **3.19. Resultado básico e diluído por ação:** O resultado por ação básico e diluído é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias no respectivo exercício, considerando, quando aplicável, ajustes de desdobramento ocorridos no exercício ou nos eventos subsequentes na preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

4. ESTIMATIVAS E PREMISSAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

Na aplicação das práticas contábeis, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimati-

continua...

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL O DIA SP.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código F701-8EA9-0E0B-FD75.

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001. A autenticidade pode ser conferida ao lado

ICP Brasil

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 17/05/2024

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal O Dia SP. Acesse também através do link: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL O DIA SP.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código F701-8EA9-0E0B-FD75.

continuação

AZEVEDO & TRAVASSOS S.A. - CNPJ nº 61.351.532/0001-68 - Companhia Aberta

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de Reais)

vas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período ou também em períodos posteriores, se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros. A seguir são apresentados os principais julgamentos e estimativas contábeis: **4.1. Reconhecimento das receitas:** As receitas e as despesas das operações são apuradas em conformidade com o regime contábil de competência de exercício, levando em consideração o registro das receitas de serviços prestados, de acordo com o estágio de conclusão do contrato, tendo como base a acumulação dos custos de construção incorridos apurados pelo regime de competência. **4.2. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas:** A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos, como descrito na Nota explicativa 25. Provisões são constituídas para todos os riscos referentes aos processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados interno e externos. A Administração acredita que essas provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. **4.3. Vida útil dos bens do imobilizado e intangível:** Quando existe a necessidade, a Companhia revisa a vida útil estimada, valor residual e método de depreciação ou amortização dos bens do imobilizado e intangível no final de cada período de relatório. **4.4. Perda de créditos esperada:** A perda de créditos esperada é constituída para levar as contas a receber de clientes ao seu valor de recuperação com base na análise individual dos créditos existentes. A Companhia adota o critério de provisionar a totalidade dos créditos considerados de difícil realização, e reconhecem imediatamente como perda no resultado aqueles considerados como incobráveis. **4.5. Valor justo de instrumentos financeiros:** Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido em mercado de ativos, ele é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método do fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível; contudo, quando isso não for viável, julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, taxa de juros, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros. **4.6. Impostos:** Existem incertezas em relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. O Grupo está sujeito, no curso normal dos nossos negócios, a investigações, auditorias, processos judiciais e procedimentos administrativos em matérias tributária e trabalhista. Dependendo do objeto das investigações, processos judiciais ou procedimentos administrativos que seja movido contra a Companhia, esta pode ser adversamente afetados, independentemente do respectivo resultado.

5. NOVOS PRONUNCIAMENTOS TÉCNICOS ADOTADOS

Para as seguintes normas ou alterações a Administração não identificou impactos significativos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia, a saber: a) Alteração na norma IAS 8/CPC 23 - altera a definição de estimativa contábil, que passou a ser considerada como "valores monetários nas demonstrações contábeis sujeitos à incerteza na mensuração", efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023; b) Alteração na Norma IAS 12/CPC 32 - traz exceção adicional da isenção de reconhecimento inicial do imposto diferido relacionado a ativo e passivo resultante de uma única transação, efetiva para períodos iniciados em ou após 1° de janeiro de 2023; c) Alteração na Norma IAS 1/CPC 26 - divulgação de políticas contábeis. Em fevereiro de 2021, o IASB divulgou alterações à IAS 1, que alteram os requisitos de divulgação no que diz respeito às políticas contábeis substituindo o termo "políticas contábeis significativas" por "informações materiais sobre políticas contábeis". As alterações fornecem orientações sobre quando é provável que as informações sobre a política contábil devem ser consideradas relevantes. As alterações à IAS 1 são efetivas para os períodos de relatório anual iniciados em ou após 1 de janeiro de 2023, com aplicação anterior permitida. d) Alteração na Norma IFRS 17/CPC 50 - inclui esclarecimentos de aspectos referentes a contratos de seguros, efetiva para períodos iniciados em ou após 1° de janeiro de 2023; e) Alteração na Norma IFRS 16/CPC 06 - trata da responsabilidade em um retro arrendamento, efetiva para períodos iniciados em ou após 1° de janeiro de 2024; f) Alteração na Norma IAS 1/CPC 26 - Classificação de passivos como Circulante ou Não-circulante - esta alteração esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como circulante e não-circulante, efetiva para períodos iniciados em ou após 1° de janeiro de 2024. A Companhia não acredita que as alterações à IAS 1, na sua forma atual, terão um impacto significativo na classificação de seus passivos, uma vez que o recurso de conversão em seus instrumentos de dívida conversível é classificado como um instrumento patrimonial e, portanto, não afeta a classificação de sua dívida conversível como passivo não circulante.

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Caixa	3	23	84	108
Banco conta movimento	21	349	841	3.855
Aplicações financeiras	-	1	1.165	7.708
	24	**373**	**2.090**	**11.671**

O saldo de caixa e bancos compreendem os depósitos em conta corrente disponíveis para uso imediato e os referidos saldos decorrem da estratégia e do fluxo normal das operações do Grupo. As aplicações financeiras são formadas por CDBs e Trust DI. São classificadas pela Administração da Companhia, suas controladas e controladas em conjunto na rubrica "Caixa e equivalentes de caixa", que representam dinheiro em caixa, depósitos imediatamente resgatáveis e de curto prazo de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e estão sujeitas a insignificante risco de alteração de valor.

7. CLIENTES

A rubrica é representada por clientes nacionais, sendo locações e serviços de construção faturados e a faturar pela Companhia:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Contas a receber faturado	4.765	46	12.727	32.389
Contas a receber a faturar	56.705	-	104.832	57.292
	61.470	**46**	**117.559**	**89.681**
(-) Perda estimada para crédito de liquidação duvidosa (PECLD)	(38.097)	-	(38.097)	-
Saldo de clientes líquido	**23.373**	**46**	**79.462**	**89.681**

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Administração da Companhia, após análise dos créditos em aberto, entendeu que existe a necessidade de constituição de perdas estimadas de crédito de liquidação duvidosa (PECLD) para projetos encerrados. A composição consolidada dos clientes a receber está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
A vencer	**56.721**	**16**	**104.604**	**75.490**
01 a 60 dias	4.749	-	5.164	12.873
61 a 180 dias	-	-	6.171	411
Acima de 180 dias	-	30	1.620	907
Vencidas	**4.749**	**30**	**12.955**	**14.191**
	61.470	**46**	**117.559**	**89.681**
(-) Perda estimada para crédito de liquidação duvidosa (PECLD)	(38.097)	-	(38.097)	-
Saldo de clientes líquido	**23.373**	**46**	**79.462**	**89.681**

8. ESTOQUES

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Material de construção e peças de manutenção	12.160	10.407
Material de revenda	6.535	14.503
	18.695	**24.910**

9. ESTOQUES DE TERRENOS

Os terrenos adquiridos para comercialização são inicialmente reconhecidos pelos custos de aquisição (custo histórico) e posteriormente mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido.

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Azevedo & Travassos Infraestrutura Ltda	5.615	18.301
	5.615	**18.301**
Circulante	**5.615**	**18.301**

A seguir estão demonstrados os detalhes e metragens dos terrenos :

		Consolidado	
Azevedo & Travassos Infraestrutura Ltda	**M²**	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Lote Elísio (i)	22.999	-	9.835
Lote 3 (i)	5.465	3.165	3.165
Lote 4	4.343	-	2.851
Lote 5 (i)	1.348	1.139	1.139
Lote 6 (i)	1.536	1.311	1.311
Total	**35.691**	**5.615**	**18.301**

(i) Os terrenos estão dados em garantia em processos cíveis e parcelamentos tributários conforme mencionado nas Notas 22 e 25.

Em 30 de junho de 2023, a Companhia transferiu os Lote Elisio e Lote 4 para propriedade para investimentos. A classificação dos terrenos para propriedade para investimentos reflete a intenção da Administração de manutenção desses ativos para valorização do capital a longo prazo. Em caso de venda de algum dos terrenos a Administração avaliará outras garantias aceitas em processos semelhantes.

10. ADIANTAMENTO A FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Fornecedores nacionais	39	24	1.368	1.233
Outros adiantamentos	-	10	85	955
	39	**34**	**1.453**	**2.188**

11. IMPOSTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
IRRF	2	1	15.359	9.920
CSLL	-	-	5.530	3.241
ICMS	-	-	26	611
INSS	-	-	1.283	990
PIS	-	-	1.572	1.405
COFINS	-	-	7.201	6.407
Outros impostos a recuperar	6	7	613	191
	8	**8**	**31.584**	**22.765**

12. OUTRAS CONTAS A RECEBER

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Partes relacionadas (Nota 17)	195.392	11.733	254	848
Depósito judicial	-	1.214	2.279	1.367
Conta Corrente - Consórcio	-	-	5.430	2.487
Outras contas a receber (i)	110	373	9.852	2.755
	195.502	**13.320**	**17.815**	**7.457**
Circulante	**110**	**373**	**15.536**	**6.090**
Não circulante	**195.392**	**12.947**	**2.279**	**1.367**

(i) Refere-se a valores de retenção contratual de clientes

13. INVESTIMENTOS

Os investimentos permanentes estão enquadrados como controladas com influência significativa e, portanto, são avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

(a) Composição dos investimentos

	Controladora	
	31/12/2023	31/12/2022
Azevedo & Travassos Infraestrutura Ltda.	184.590	70.658
Heftos Óleo e Gás Construções S.A.	-	146.294
Infrainvest Administração e Investimentos Ltda.	217.174	104
Azevedo & Travassos Petróleo S/A.	6	-
Total investimento	**401.770**	**217.056**

(b) Contexto operacional das empresas investidas: Azevedo & Travassos Infraestrutura Ltda.: A Azevedo & Travassos Infraestrutura Ltda. ("ATINFRA"), sociedade empresarial do tipo limitada, com sede em São Paulo, Estado de São Paulo, localizada na Av. das Nações Unidas, 12901, 21 andar - Torre Norte - Brooklin Paulista, e cujo objeto social é o de (i) planejamento execução de projetos, obras, serviços de construção civil, engenharia civil mecânica, sob origem de empreitada administração ou outros admitidos; (ii) instalações técnicas de engenharia civil, montagens industriais consultoria, planejamento assessoria estudos técnicos nas especialidades de engenharia civil mecânica; (iii) compra, venda, incorporação de imóveis; (iv) prática de outras atividades econômicas, conexas ou decorrentes das atividades referidas nas alíneas anteriores, inclusive as de locação compra venda de equipamentos, importação e exportação; e (v) participação em outras sociedades como sócia cotista ou acionista. O capital social, subscrito e integralizado da Azevedo & Travassos Infraestrutura Ltda. é composto em 31 de dezembro de 2023, de 178.332.841 cotas. **HEFTOS Óleo e Gás Construções S.A.:** HEFTOS Óleo e Gás Construções S.A. ("HEFTOS") sociedade empresarial do tipo anônima com capital fechado, com sede em São Paulo, Estado de São Paulo, localizada na Avenida das Nações Unidas, 12901, 21 andar - conj 2102 - Torre Norte - Brooklin Paulista e cujo objeto social é a execução de projetos de engenharia industrial em geral e a construção civil, fabricação de artefatos de cimento, fibra de cimento, ferro e aço, inclusive com a aquisição e aplicação de materiais de construção e equipamentos, a montagem, reconstrução e manutenção de instalações industriais e realização de pesquisa de desenvolvimento de tecnologia adequada às companhias industriais e exploração de normas e processos de fabricação industrial, a realização de estudos técnicos e econômicos sobre a instalação e empreendimentos industriais, a operação de unidades industriais mediante a exploração própria ou contratos com terceiros e representação de processos industriais, nas áreas de construção de plataformas, módulos e refinarias, bem como a manutenção On/Offshore, seu descomissionamento e Hook-up. O capital social, subscrito e integralizado da HEFTOS Óleo e Gás Construções S.A. é composto, em 31 de dezembro de 2023, de 327.969.548 ações. **Infrainvest Administração e Investimentos Ltda.:** Infrainvest Administração e Investimentos Ltda. ("INFRAINVEST"), sociedade empresarial do tipo limitada com capital fechado, com sede em São Paulo, Estado de São Paulo, localizada na Avenida das Nações Unidas, 12901, 21 andar - conj 2102 - Sala 01 -Torre Norte - Brooklin Paulista, e cujo objeto social é a participação em outras sociedades, investimentos em instrumentos de capital próprio, bem como em valores imobiliários ou direitos conversíveis, permutáveis, ou que confiram o direito à sua aquisição, o investimentos em instrumentos de capital alheio, incluindo empréstimos e créditos, da sociedades em que participe ou em que se proponha participar, aplicação de seus excedentes de tesouraria em instrumentos financeiros, a prática de outras atividades econômicas, conexas das atividades referidas nos itens anteriores. O capital social, subscrito e integralizado da Infrainvest Administração e Investimentos Ltda. passou a ser em 31 de dezembro de 2023, de 233.636.972 cotas. **Azevedo & Travassos Petróleo S/A.:** Azevedo & Petróleo S/A. ("ATP"), sociedade empresarial do tipo anônima com capital fechado, com sede em São Paulo, Estado de São Paulo, localizada na Avenida das Nações Unidas, 12901, 21 andar - conj 2102 - Sala 01 -Torre Norte - Brooklin Paulista, e cujo objeto social da Companhia é explorar, produzir e comercializar petróleo e seus derivados, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos, incluindo, sem limitação, as bacias sedimentares brasileiras as quais a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP ("ANP") tenha concedido licenças, bem como bacias sedimentares no exterior; (b) realizar a importação e exportação de petróleo quaisquer derivados assim produzidos e (c) participar de outras sociedade como sócia, acionista ou quotista no país ou no exterior, que atuem em atividades relacionadas ao objeto social da Companhia. O capital social, subscrito e integralizado da Azevedo e Petróleo S/A composto, em 31 de dezembro de 2023, de 100.000 ações.

(c) Movimentação das investidas

	Controladora				
	ATINFRA	HEFTOS	INFRAINVEST	ATP	TOTAL
Saldo final em 31/12/2021	**66.679**	**172.360**	**98**	**-**	**239.137**
Resultado de equivalência patrimonial	3.979	(26.066)	6	-	(22.081)
Saldo final em 31/12/2022	**70.658**	**146.294**	**104**	**-**	**217.056**
Resultado de equivalência patrimonial	2.549	(26.678)	(16.467)	(94)	(40.689)
Aumento de capital	111.383	113.921	233.537	100	458.940
Baixa de investimento por alienação	-	(233.537)	-	-	(233.537)
Saldo final em 31/12/2023	**184.590**	**-**	**217.174**	**6**	**401.770**

Em 29 de dezembro de 2023, foi realizado o aumento de capital na Infrainvest com a transferência de 100% das ações da HEFTOS.

(d) Informações sobre as empresas investidas:

	ATINFRA		HEFTOS		INFRAINVEST		ATP
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023
Participação	**100,00%**	**100,00%**	**100,00%**	**100,00%**	**100,00%**	**100,00%**	**100,00%**
Ativo	311.418	174.612	405.272	304.660	219.932	3.120	185.833
Passivo	126.828	103.954	188.013	158.365	2.758	3.016	185.827
Patrimônio líquido	182.041	66.679	260.215	172.323	233.641	98	100
Lucro líquido (Prejuízo) do período	2.549	3.979	(42.956)	(26.029)	(16.467)	6	(94)

14. PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTOS

Terrenos: A propriedade para investimento é mensurada pelo custo de aquisição no reconhecimento inicial e deve ser continuamente mensurada pelo valor justo. O registro das propriedades para investimento ocorreu pela transferência dos terrenos da Controladora na integralização de capital feita em 30 de setembro de 2021 a valor de mercado de R$ 40.251. Em 30 de junho de 2023, a Companhia transferiu os terrenos lote Elíseos e lote 4 registrados em estoque de terrenos para propriedades para investimentos no valor de R$ 12.686. **Movimentação:** Em 30 de junho de 2023, a Companhia realizou a avaliação das propriedades para investimentos, através de laudo de avaliação, utilizando o método comparativo de preços para atualização dos ativos a valor de mercado.

	Consolidado
Saldo final em 31/12/2021	40.251
Ajuste a valor justo	4.749
Saldo final em 31/12/2022	**45.000**
Ajuste a valor justo	11.724
Transferência	12.686
Saldo final em 31/12/2023	**69.410**

Relação dos imóveis

Item	Descrição	31/12/2023	Ajuste AVJ	Transferência	31/12/2022
1	**LOTE 1 (i)** Endereço: Rua Bueno da Ribeira e Rua Bernardo Rolim de Moura, lote 1, parte do Sítio Guerra, no 4º Subdistrito - Nossa Senhora do Ó Area: 55.568,39m2 Cidade: São Paulo	28.000	(960)	-	28.960
2	**LOTE 4** Terreno situado na Rua Hortolância, lote 4, parte do Sítio Guerra, no 4° Subdistrito - Nossa Senhora do Ó. Area: 4.343,33 m² Cidade: São Paulo	4.350	1.499	2.851	-
3	**LOTE 7 (i)** Endereço: Rua Hortolândia, lote 7, parte do Sítio Guerra, no 4º Subdistrito - Nossa Senhora do Ó Area: 18.144,65m2 Cidade: São Paulo	9.800	1.000	-	8.800
4	**LOTE 8 A** Endereço: Rua Hortolândia, designado na área A (parte do lote 8), parte do Sítio Guerra, no 4º Subdistrito - Nossa Senhora do O Area: 6.697,14m² Cidade: São Paulo	6.000	2.623	-	3.330
5	**LOTE 8 B** Endereço: Rua Hortolândia, Área B (parte do lote 8), parte do Sítio Guerra, no 4° Subdistrito - Nossa Senhora do Ó Area: 2.441,36m² Cidade: São Paulo	2.400	1.192	-	1.180
6	**LOTE 8 C** Endereço: Rua Hortolândia, Área C (parte do lote 8), parte do Sítio Guerra, no 4º Subdistrito - Nossa Senhora do Ó Area: 5.629,50m2 Cidade: São Paulo	5.400	2.745	-	2.730
7	**LOTE ELISIO (ii)** Terreno situado na Av. Elisio Teixeira Leite, antiga Estrada que vem da Parada, também conhecida como Estrada da Rodagem Municipal que vai pra Taipas, ou Estrada que vai pro Morro Grande ou Estrada do Morro Grande, no 31° Subdistrito - Pirituba e no 4° Subdistrito - Nossa Senhora do Ó. Area: 22.999,08 m² Cidade: São Paulo	13.460	3.625	9.835	-
Total		**69.410**	**11.724**	**12.686**	**45.000**

(i) Os lotes, 1 e 7 encontram-se em garantia em parcelamentos tributários.

15. IMOBILIZADO

Os saldos e movimentações ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 estão demonstrados a seguir:

Controladora

Descrição	Imobilização em andamento	Máquinas e equipamentos	Máquinas e equipamentos Pesados	Veículos	Ferramentas	Móveis e utensílios	Equipamentos de informática	Terrenos	Benfeitorias em Prop. Terceiros	Direitos de uso arrendamentos	Total
Custo:											
Saldo em 31/12/2021	**32**	**229**	**4.663**	**500**	**1.994**	**40**	**216**	**-**	**-**	**-**	**7.674**
Adições	-	5	-	-	-	76	12	-	243	2.241	2.577
Transferência	-	2.085	(435)	-	-	308	-	-	-	-	1.958
Baixa	(32)	-	(1.000)	-	(1.994)	-	36	-	-	-	(2.990)
Saldo em 31/12/2022	**-**	**2.319**	**3.228**	**500**	**-**	**424**	**264**	**-**	**243**	**2.241**	**9.219**
Saldo em 31/12/2023	**-**	**2.319**	**3.228**	**500**	**-**	**424**	**264**	**-**	**243**	**2.241**	**9.219**
Depreciação acumulada:											
Percentual de depreciação / ano	**4%**	**10%**	**10%**	**10%**	**10%**	**10%**	**10%**				
Saldo em 31/12/2021	**-**	**(212)**	**-**	**-**	**-**	**(27)**	**(34)**	**-**	**-**	**-**	**(273)**
Despesa de depreciação no exercício	-	(318)	(381)	(125)	-	(40)	(30)	-	(40)	(523)	(1.457)
Baixa	-	-	74	-	-	-	-	-	-	-	74
Saldo em 31/12/2022	**-**	**(530)**	**(307)**	**(125)**	**-**	**(67)**	**(64)**	**-**	**(40)**	**(523)**	**(1.656)**
Despesa de depreciação no exercício	-	(316)	(322)	(125)	-	(41)	(31)	-	(55)	(448)	(1.338)
Saldo em 31/12/2023	**-**	**(846)**	**(629)**	**(250)**	**-**	**(108)**	**(95)**	**-**	**(95)**	**(971)**	**(2.994)**
Imobilizado líquido em 31/12/2022	**-**	**1.789**	**2.921**	**375**	**-**	**357**	**200**	**-**	**203**	**1.718**	**7.563**
Imobilizado líquido em 31/12/2023	**-**	**1.473**	**2.599**	**250**	**-**	**316**	**169**	**-**	**148**	**1.270**	**6.225**

Consolidado

Descrição	Imobilização em andamento	Máquinas e equipamentos	Máquinas e equipamentos Pesados	Veículos	Ferramentas	Móveis e utensílios	Terrenos	Equipamentos de informática	Benfeitorias em Prop. Terceiros	Direitos de uso arrendamentos	Total
Custo:											
Saldo em 31/12/2021	**32**	**24.973**	**4.663**	**513**	**1.994**	**66**	**34.090**	**748**	**-**	**-**	**67.079**
Adições	-	1.775	4	-	-	603	-	1.342	243	23.618	27.585
Transferências	-	2.085	(435)	-	(1.994)	309	-	36	-	-	1
Baixas	(32)	-	(1.000)	-	-	-	-	-	-	-	(1.032)
Saldo em 31/12/2022	**-**	**28.833**	**3.232**	**513**	**-**	**978**	**34.090**	**2.126**	**243**	**23.618**	**93.633**
Adições	-	381	-	-	9	510	185.381	166	-	-	186.447
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	21	-	-	21
Baixas	-	(717)	-	-	-	(320)	-	(36)	-	(21.377)	(22.450)
Saldo em 31/12/2023	**-**	**28.497**	**3.232**	**513**	**9**	**1.168**	**219.471**	**2.277**	**243**	**2.241**	**257.651**
Depreciação acumulada:											
Percentual de depreciação / ano	**4%**	**10%**	**10%**	**10%**	**10%**	**10%**		**10%**		20,00%	
Saldo em 31/12/2021	**-**	**(6.400)**	**-**	**(5)**	**-**	**(28)**	**-**	**(61)**	**-**	**-**	**(6.494)**
Despesa de depreciação no exercício	-	(3.265)	(381)	(128)	-	(147)	-	(354)	(41)	(3.457)	(7.773)
Reversão de Impairment	-	535	-	-	-	-	-	-	-	-	535
Baixas	-	-	74	-	-	-	-	-	-	-	74
Saldo em 31/12/2022	**-**	**(9.130)**	**(307)**	**(133)**	**-**	**(175)**	**-**	**(415)**	**(41)**	**(3.457)**	**(13.658)**
Despesa de depreciação no exercício	-	(3.030)	(327)	(128)	(1)	(496)	-	(544)	(54)	(448)	(5.028)
Reversão de Impairment	-	535	-	-	-	-	-	-	-	-	535
Baixas	-	-	-	-	-	192	-	2	-	2.936	3.130
Saldo em 31/12/2023	**-**	**(11.625)**	**(634)**	**(261)**	**(1)**	**(479)**	**-**	**(957)**	**(95)**	**(969)**	**(15.021)**
Imobilizado líquido em 31/12/2022	**-**	**19.703**	**2.925**	**380**	**-**	**803**	**34.090**	**1.711**	**202**	**20.161**	**79.974**
Imobilizado líquido em 31/12/2023	**-**	**16.872**	**2.598**	**252**	**8**	**689**	**219.471**	**1.320**	**148**	**1.272**	**242.630**

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Administração da Companhia realizou procedimentos de análise do valor recuperável dos bens do ativo imobilizado conforme estabelecido pelo CPC 01. As análises não indicaram a necessidade de ajustes no valor recuperável do ativo imobilizado.

16. INTANGÍVEL

Controladora

Descrição	Softwares	Acervo técnico	Licencas	Backlog	Marcas	Projetos em andamento	Total
Custo:							
Saldo em 31/12/2021	**11**	**-**	**-**	**38.625**	**36.321**	**6.740**	**81.697**
Baixa	-	-	-	-	-	(6.690)	**(6.690)**
Saldo em 31/12/2022	**21**	**-**	**-**	**38.625**	**36.321**	**50**	**75.017**
Baixa	-	-	-	-	-	(50)	**(50)**
Saldo em 31/12/2023	**21**	**-**	**-**	**38.625**	**36.321**	**-**	**74.967**
Amortização acumulada:							
Percentual de Amortização/ano	**20%**	**10%**	**10%**	**33,33%**	**5,88%**	**20%**	
Saldo em 31/12/2021	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Despesa de amortização no exercício	(4)	-	-	(12.875)	(2.136)	-	**(15.015)**
Saldo em 31/12/2022	**(4)**	**-**	**-**	**(12.875)**	**(2.136)**	**-**	**(15.015)**
Despesa de amortização no exercício	(4)	-	-	(12.875)	(2.137)	-	**(15.016)**
Saldo em 31/12/2023	**(8)**	**-**	**-**	**(25.750)**	**(4.273)**	**-**	**(30.031)**
Saldo Líquido em 31/12/2022	**17**	**-**	**-**	**25.750**	**34.185**	**50**	**60.002**
Saldo Líquido em 31/12/2023	**13**	**-**	**-**	**12.875**	**32.048**	**-**	**44.936**

Consolidado

Descrição	Softwares	Acervo técnico	Licencas	Backlog	Marcas	Projetos em andamento	Total
Custo:							
Saldo em 31/12/2021	**11**	**117.775**	**22**	**38.625**	**36.321**	**6.748**	**199.502**
Adições	246	-	41	-	-	340	**627**
Baixa	-	-	-	-	-	(7.038)	**(7.038)**
Saldo em 31/12/2022	**257**	**117.775**	**63**	**38.625**	**36.321**	**50**	**193.091**
Adições	220	-	-	-	-	-	**220**
Baixa	(219)	-	-	-	-	(50)	**(269)**
Saldo em 31/12/2023	**258**	**117.775**	**63**	**38.625**	**36.321**	**-**	**193.042**
Amortização acumulada:							
Percentual de Amortização/ano	**20%**	**10%**	**10%**	**33,33%**	**5,88%**	**20%**	
Saldo em 31/12/2021	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Despesa de amortização no exercício	(115)	(15.730)	(10)	(12.875)	(2.136)	-	**(30.866)**
Reversão de Impairment	-	3.954	-	-	-	-	**3.954**
Baixa	-	-	-	-	-	-	**-**
Saldo em 31/12/2022	**(115)**	**(11.776)**	**(10)**	**(12.875)**	**(2.136)**	**-**	**(26.912)**
Despesa de amortização no exercício	(232)	(15.731)	(13)	(12.875)	(2.137)	-	**(30.990)**
Reversão de Impairment	-	3.954	-	-	-	-	**3.954**
Baixa	114	-	-	-	-	-	**114**
Saldo em 31/12/2023	**(233)**	**(23.553)**	**(23)**	**(25.750)**	**(4.273)**	**-**	**(53.833)**
Saldo Líquido em 31/12/2022	**142**	**105.999**	**53**	**25.750**	**34.185**	**50**	**166.179**
Saldo Líquido em 31/12/2023	**25**	**94.222**	**40**	**12.875**	**32.048**	**-**	**139.209**

17. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Trata-se substancialmente da transferência de recursos financeiros entre a Controladora e suas subsidiárias integrais para liquidação de passivos e manutenção do caixa administrativo ou transações com acionistas. As transações com partes relacionadas estão divulgadas a seguir:

(a) Transações entre partes relacionadas reconhecidas no ativo e no passivo

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Outras contas a receber com empresas do Grupo (nota 12)				
Infrainvest Administração e Investimentos Ltda	124	-	-	-
Azevedo & Travassos Infraestrutura Ltda.	3.682	-	254	848
Heftos Óleo e Gás Construções S.A.	5.780	11.733	-	-
Azevedo e Travassos Petróleo S.A.	185.806	-	-	-
	195.392	**11.733**	**254**	**848**
Outros contas a pagar com acionistas e empresas do Grupo (nota 23)				
Infrainvest Administração e Investimentos Ltda.	(2.670)	(3.112)	-	-
Azevedo & Travassos Infraestrutura Ltda.	(180.909)	(38.931)	-	-
Azevedo e Travassos Petróleo S.A.	(380)	-	-	-
Heftos Óleo e Gás Construções S.A.	(123.209)	-	-	-
Acionistas controladores	(10.383)	-	(10.383)	-
Acionistas não controladores	(3.596)	-	(3.596)	-
	(321.147)	**(42.043)**	**(13.979)**	**-**
Ativo (Passivo) com partes relacionadas, líquido	**(125.755)**	**(30.310)**	**(13.725)**	**848**

(b) Transações entre partes relacionadas com efeito no resultado: Com base nas transações existentes não existiram impactos no resultado do exercício ano de 2023 e no resultado do ano de 2022, bem como não se espera perdas com relação aos saldos em aberto. **(c) Remuneração da Administração:** Em 31 de dezembro de 2023, as despesas com a remuneração do pessoal-chave da Administração, o que inclui o Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva, reconhecidas no resultado do exercício, totalizam R$ 3.041 (R$ 5.324 mil em 31 de dezembro de 2022).

18. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Materiais	158	1.712	11.128	12.773
Serviços	3.361	3.377	62.611	27.071
	3.519	**5.089**	**73.739**	**39.844**

O saldo de fornecedores é composto por fornecedores nacionais, principalmente, de materiais de consumo e locações para utilização nas execuções das obras. A Companhia está gerenciando seu passivo para com fornecedores, tomando todas as medidas administrativas e judiciais cabíveis, sempre em consideração dos interesses da Companhia e de seus acionistas e o cronograma de amortização da dívida está descrito abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
A vencer	**1.351**	**901**	**25.258**	**22.274**
Vencidos				
Vencidos de 1 a 180 dias	1.343	371	15.951	10.906
Vencidos de 181 a 365 dias	381	210	25.681	2.843
Vencidos de 1 a 2 anos	321	83	6.581	253
Vencidos de 2 a 3 anos	18	31	118	75
Acima 3 anos	105	3.493	150	3.493
Total dos fornecedores a pagar	**3.519**	**5.089**	**73.739**	**39.844**

19. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

As operações de crédito bancário não possuem nenhum tipo de covenant financeiro. Adicionalmente, as linhas bancárias têm por objetivo financiar o capital de giro da Companhia.

Moeda nacional	Empresa	Tipo de Operação	Encargos	Data da Emissao	Vencimentos	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Cédula Crédito Bancário - OP 013003759	ATSA	Capital de Giro	16,0755% a.a	01/12/2023	25/09/2027	5.247	-	5.247	-
Cédula Crédito Bancário - OP 015138253	ATSA	Capital de Giro	16,0755% a.a	01/12/2023	30/11/2027	2.740	-	2.740	-
Cédula Crédito Bancário - OP 012936697	ATSA	Capital de Giro	16,0755% a.a	30/06/2022	25/06/2027	-	2.947	-	2.947
Cédula Crédito Bancário - OP 015138253	ATSA	Capital de Giro	16,0755% a.a	30/06/2022	31/08/2027	-	5.684	-	5.684
Cédula Crédito Bancário - OP 014245097	ATSA	Capital de Giro	34,4889% a.a	09/08/2022	09/08/2023	-	15.425	-	15.425
Conta Garantia - Ch especial	INFRAINVEST	Cheque Especial	32,6100 % a.a	25/06/2023	25/06/2026	-	-	2.633	3.015
Cédula Crédito Bancário- OP 263428791	ATINFRA	Capital de Giro	19,7000 % a.a	25/07/2023	25/07/2024	-	-	11.271	-
Antecipaçao de Recebiveis - Arteris Sul	ATINFRA	Antecipaçao	-	04/07/2023	30/01/2024	-	-	813	-
Cédula Crédito Bancário - OP 024339214	ATINFRA	Capital de Giro	14,6874 % a.a	02/06/2023	02/01/2024	-	-	10.467	-
Cédula Crédito Bancário - Conta Garantia	HEFTOS	Conta Garantia	19,4000 % a.a	01/11/2023	01/10/2026	-	-	1.576	2.056
Cédula Crédito Bancário - Op. 36863	HEFTOS	Capital de Giro	8,8607 % a.a	27/12/2022	26/03/2024	-	-	-	14.411
Cédula Crédito Bancário - Op. 37373	HEFTOS	Capital de Giro	23,5803 % a.a	07/12/2023	20/01/2024	-	-	2.920	-
Total						**7.987**	**24.056**	**37.667**	**43.538**
Circulante						**2.099**	**17.267**	**29.315**	**33.874**
Não circulante						**5.888**	**6.789**	**8.352**	**9.664**

Vencimento das parcelas	Controladora Valor Total	%	Consolidado Valor Total	%
2024	2.099	26,28%	29.315	77,83%
2025	1.449	18,14%	2.940	7,80%
2026	2.925	36,62%	3.898	10,35%
2027 em Diante	1.514	18,96%	1.514	4,02%
	7.987	**100,00%**	**37.667**	**100,00%**

Consolidado

Moeda nacional	Empresa	Banco	Tipo de Operação	Encargos	Data da Emissao	Vencimentos	31/12/2022	Captações	Juros Incorridos	Pagamento Principal	Pagamento Juros	31/12/2023
Cédula Crédito Bancário - OP 013003759	ATSA	RED Fundo	Capital de Giro	16,0755% a.a	01/12/2023	25/09/2027	-	7.768	(2.521)	-	-	5.247
Cédula Crédito Bancário - OP 015138253	ATSA	RED Fundo	Capital de Giro	16,0755% a.a	01/12/2023	30/11/2027	-	4.109	(1.369)	-	-	2.740
Cédula Crédito Bancário - OP 012936697	ATSA	RED Fundo	Capital de Giro	16,0755% a.a	30/06/2022	25/06/2027	2.947	-	-	(3.381)	434	-
Cédula Crédito Bancário - OP 015138253	ATSA	RED Fundo	Capital de Giro	16,0755% a.a	30/06/2022	31/08/2027	5.684	-	-	(6.746)	1.061	-
Cédula Crédito Bancário - OP 014245097	ATSA	BMP Money Plus	Capital de Giro	34,4889% a.a	09/08/2022	09/08/2023	15.425	-	-	(17.210)	1.785	-
Conta Garantia - Ch especial	INFRAINVEST	Itau	Cheque Especial	32,6100 % a.a	25/06/2023	25/06/2026	3.015	4.386	(1.329)	(3.624)	185	2.633
Cédula Crédito Bancário- OP 263428791	ATINFRA	C6	Capital de Giro	19,7000 % a.a	25/07/2023	25/07/2024	-	13.591	-	(2.321)	-	11.271
Antecipaçao de Recebiveis - Arteris Sul	ATINFRA	Acordo Recebiveis	Antecipaçao	-	04/07/2023	30/01/2024	-	2.034	-	(1.222)	-	813
Cédula Crédito Bancário - OP 024339214	ATINFRA	BMP	Capital de Giro	14,6874 % a.a	02/06/2023	02/01/2024	-	10.467	-	-	-	10.467
Conta Garantia - Ch especial	HEFTOS	Santander	Conta Garantia	19,4000 % a.a	01/11/2023	01/10/2026	2.056	-	-	(480)	-	1.576
Cédula Crédito Bancário - Op. 37187	HEFTOS	Guanabara	Capital de Giro	8,8607 % a.a	22/08/2023	23/11/2023	-	15.314	(869)	(15.314)	869	-
Cédula Crédito Bancário - Op. 36863	HEFTOS	Guanabara	Capital de Giro	8,8607 % a.a	27/12/2022	26/03/2024	14.411	-	-	(17.480)	3.069	-
Cédula Crédito Bancário - Op. 37373	HEFTOS	Guanabara	Capital de Giro	23,5803 % a.a	07/12/2023	20/01/2024	-	6.208	(65)	(3.224)	-	2.920
Total							**43.538**	**63.877**	**(6.153)**	**(71.002)**	**7.403**	**37.667**
						Circulante	**33.874**					**29.315**
						Não circulante	**9.664**					**8.352**

20. ARRENDAMENTO POR DIREITO DE USO

Refere-se aos compromissos assumidos em contratos de locação de equipamentos e instalações administrativas da Companhia.

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2021	-	-
(+) Adições	1.718	20.161
(+) Ajuste a valor presente	834	4.264
(-) Pagamentos	(318)	(662)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**2.234**	**23.763**
(+) Ajuste a valor presente	-	3.086
(-) Baixas	(239)	(22.113)
(-) Pagamentos	(559)	(3.300)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.436	1.436
Circulante	**501**	**501**
Não circulante	**935**	**935**

O ajuste a valor presente relacionado aos contratos de arrendamento por direito de uso é calculado individualmente por contrato e aplicado durante sua vigência, considerando o prazo de vencimento. Os aluguéis variáveis, de contratos de curto prazo ou de baixo valor são registrados no resultado do exercício. A baixa do arrendamento se deu devido à rescisão do contrato de locação de máquinas e equipamentos, com a Camargo Correa Infra Construções S.A..

21. SALÁRIOS, PROVISÕES PARA FÉRIAS E ENCARGOS SOCIAIS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Salários e quitações a pagar	626	791	13.134	12.437
Provisão para férias e 13 salário	837	844	10.175	22.519
Encargos sociais	1.905	525	24.136	7.668
Acordos trabalhistas (i)	41.836	32.190	41.835	32.188
	45.204	**34.350**	**89.280**	**74.812**
Circulante	**28.344**	**16.834**	**72.420**	**57.296**
Não circulante	**16.860**	**17.516**	**16.860**	**17.516**

(i) Acordos trabalhistas homologados no PPLE (Nota 33.6) e acordos individuais negociados com pagamentos parcelados.

22. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS - REFIS E OUTROS IMPOSTOS

a. REFIS Federal - Lei nº 9.964/2000: A Companhia optou pela inclusão de seus débitos fiscais consolidados no Programa de Recuperação Fiscal ("REFIS"), instituído pela Lei nº 9.964/2000. Em 09 de setembro de 2022, a Companhia apresentou junto à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN), proposta de transação individual, incluindo os saldos de REFIS e saldos das transações excepcionais previdenciários e demais débitos. Em 09 de junho de 2023, foi deferida a proposta de transação individual, da ATSA sendo conferidos na integralidade os benefícios de redução de 65% dos valores dos juros, multas e encargos legais, bem como a quitação de 70% do saldo remanescente da dívida com crédito de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da CSLL, conforme demonstrados abaixo:

	Controladora Valor Total
Obrigações tributárias - REFIS Lei 9.964/2000	**45.530**
Parcelamento PGFN - INSS e Demais Débitos	6.033
Total	**51.563**
Redução 65% Multa, Juros e Encargos (i)	(26.315)
Utilização de Crédito Fiscal (ii)	(16.556)
Parcelamentos PGFN - Transações Tributárias - 30/06/2023	**8.692**
Ajustes decorrentes da homologação da consolidação:	
Acréscimo na redução 65% Multa, Juros e Encargos	(3.220)
Estorno da utilização de crédito Fiscal	3.086
Acréscimo de Juros	328
Atualização Monetária no período	89
Amortização de Dívida no período	(414)
Parcelamentos PGFN - Transações Tributárias - 31/12/2023	**8.561**

(i) Ganho na Transação Tributária referente aos descontos de multa, juros e encargos foi registrada em outras receitas operacionais (Nota 27).

(ii) Foi utilizado saldo de ativo fiscal diferido sobre prejuízo fiscal e base negativa de CSLL.

Em 31 de dezembro de 2023, o saldo atualizado e remanescente do parcelamento totaliza o montante de R$ 8.561.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Obrigações tributárias - REFIS Lei 9.964/2000	-	35.811	-	35.811
Parcelamento PGFN - INSS e Demais Débitos	-	6.108	-	6.108
Parcelamento PGFN - Transação Tributária	8.561	-	8.561	-
	8.561	**41.919**	**8.561**	**41.919**
Circulante	**2.136**	**1.506**	**2.136**	**1.506**
Não circulante	**6.425**	**40.413**	**6.425**	**40.413**

No âmbito da transação tributária a Companhia arrolou terrenos para assegurar a execução do novo parcelamento (Nota 14). **b. Outros impostos:** Abaixo segue quadro comparativo dos demais tributos em aberto da Companhia:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Outros impostos				
ICMS a recolher	-	-	1.824	272
ISS a recolher	10	1	8.506	2.935
INSS	46	4	8.923	1.266
Impostos retidos na fonte	2.463	963	26.301	9.909
PIS e COFINS a recolher	30	10	4.174	1.996
Tributos s/receitas diferidas	-	-	3.977	5.655
IRPJ e CSLL a recolher	350	350	350	350
Parcelamento PGFN - INSS e Demais Débitos	-	6.108	95.961	60.575
PPI (Prog. Parc. Incent. PMSP)	4.469	4.947	4.469	4.947
Outros parcelamentos	972	2	2.431	5.888
	8.340	**12.385**	**156.916**	**93.793**
Circulante	**4.489**	**3.330**	**132.702**	**41.767**
Não circulante	**3.851**	**9.055**	**24.214**	**52.026**

23.OUTRAS CONTAS A PAGAR

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Seguros a pagar	-	-	164	618
Partes relacionadas (i)	321.147	42.043	13.979	-
UTC Engenharia S/A	6.066	38.169	6.066	38.169
Acordos judiciais (ii)	492	3.108	635	3.108
Adiantamento de clientes (iii)	-	-	2.001	43.233
Consórcio	-	-	4.181	-
Outras	156	294	221	10.008
	327.861	**83.614**	**27.247**	**95.136**
Circulante	**182.353**	**3.403**	**7.202**	**36.967**
Não circulante	**145.508**	**80.211**	**20.045**	**58.169**

(i) Valor referente a mútuos financeiros com empresas investidas e acionistas não controladores (Nota n° 17)

(ii) Acordos judiciais referentes a fornecedores;

(iii) Refere-se a adiantamentos de clientes recebido principalmente pela ATinfra.

(iv) Valor referente a saldo a pagar pela aquisição da Heftos (earn-out). Tal obrigação é variável e condicionada ao atingimento de metas de faturamento da Heftos, durante os exercícios de 2021 até 2025. A Companhia atualiza periodicamente o saldo dessa obrigação com base no faturamento realizado e estimado para subsidiária.

24.PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social: Em 31 de dezembro de 2023, o capital social da Companhia encontra-se subscrito e integralizado no montante de R$ 565.441.612,21 divididos em 57.401.341 ações ordinárias e 110.409.124 ações preferenciais, sem valor nominal, totalizando 167.810.465 ações. Em 31 de dezembro de 2022 o capital social da Companhia encontra-se subscrito e integralizado no montante R$ 294.515.651,73 divididos em 26.539.706 ações ordinárias e 50.640.763 ações preferenciais, sem valor nominal, totalizando 77.180.469 ações. **Dividendos e juros sobre o capital próprio:** Não houve distribuição de dividendos para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022. Para todas as classes de ações está previsto o pagamento de dividendo mínimo anual obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado na forma da legislação societária. **Reserva legal:** Deverá ser constituída em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto Social, na base de 5% do lucro líquido de cada exercício até atingir 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar capital. **Prejuízos acumulados:** Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresentou prejuízo no valor de R$ 50.805 mil, o qual foi destinado à conta de Prejuízos Acumulados. Desse modo, a conta de Prejuízos Acumulados, que em 31 de dezembro de 2022 apresentava o valor de R$ 197.516 mil, passou a apresentar o valor de R$ 248.322 mil em 31 de dezembro de 2023.

25. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS: A Companhia é parte em processos trabalhistas e cíveis em andamento na esfera judicial, e processos tributários em andamento nas esferas judiciais e administrativas. As provisões relativas a esses processos são classificadas quanto à probabilidade de perda provável e possível. Em 31 de dezembro de 2023 está provisionado na Controladora o montante de R$ 2.781, e no consolidado R$ 6.416 (R$ 4.905 e R$ 4.095 em 31 de dezembro de 2022), o qual a Administração entende, baseada na opinião de seus assessores legais, que é suficiente para fazer face às perdas esperadas com o desfecho dos processos em andamento, como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Causas Trabalhistas	533	1.809	3.513	1.809
Causas tributárias	323	323	323	323
Causas Cíveis	1.925	2.773	2.580	2.773
	2.781	**4.905**	**6.416**	**4.905**

A Companhia possui ações de natureza trabalhistas, cíveis e tributárias, que não estão provisionadas pois envolvem risco de perda classificada pela Administração e seus advogados como remota. O valor considerado nessa classificação corresponde à somatória dos valores atribuídos às causas pelos demandantes. A provisão destes leva em consideração a evolução dos processos e o histórico de perdas nos últimos exercícios. O valor das contingências classificadas como possível pelos advogados conforme a prática jurídica encontra-se discriminado abaixo para o exercício de 2023 e 2022.

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Causas Trabalhistas	-	1.809
Causas tributárias	2.623	6.196
Causas Cíveis	39.889	31.116
Administrativas	2.308	-
	44.820	**39.121**

O Grupo possui processos de natureza cível, que se referem principalmente a questões indenizatórias, regressivas e discussões de cláusulas e cumprimento de contratos. O principal saldo refere-se ao processo movido pelo Banco do Brasil S/A, que é objeto de embargos com decisão parcialmente favorável à Companhia e que tem sua exigibilidade suspensa em razão da garantia integral do juízo. O referido processo é garantido por terrenos do grupo (os terrenos que estão dados em garantia são os Lotes 3, 5 e 6). **Supremo Tribunal Federal ("STF") muda entendimento relacionado com a coisa julgada em matéria tributária:** Em 08 de fevereiro de 2023 o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou os Temas 881 - Recursos Extraordinário n° 949.297 e 885 - Recurso Extraordinário n° 955.227. Os ministros que participaram destes temas concluíram, por unanimidade, que decisões judiciais tomadas de forma definitiva a favor dos contribuintes devem ser anuladas se, depois, o Supremo tiver entendimento diferente sobre o tema. Ou seja, se anos atrás uma empresa conseguiu autorização da Justiça para deixar de recolher algum tributo, essa permissão perderá a validade automaticamente se, e quando, o STF entender que o pagamento é devido. A Administração avaliou com os seus assessores jurídicos internos os possíveis impactos desta decisão do STF e concluiu que a decisão do STF não resulta, baseada em avaliação da administração suportada por seus assessores jurídicas, e em consonância com o CPC25/IAS37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e o CPC24/IAS10 Eventos Subsequentes, em impactos em suas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2023.

26. RECEITA DE VENDA E SERVIÇOS PRESTADOS, LÍQUIDA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Receita bruta				
Receita bruta de produtos e serviços	194	184	474.939	445.078
	194	**184**	**474.939**	**445.078**
Deduções				
Impostos sobre as receitas	(18)	(17)	(45.120)	(60.610)
	(18)	**(17)**	**(45.120)**	**(60.610)**
Receita líquida	**176**	**167**	**429.819**	**384.469**

continua...

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL O DIA SP.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código F701-8EA9-0E0B-FD75.

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001. A autenticidade pode ser conferida ao lado

ICP Brasil

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 17/05/2024

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal O Dia SP. Acesse também através do link: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL O DIA SP.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código F701-8EA9-0E0B-FD75.

continuação

AZEVEDO & TRAVASSOS S.A. - CNPJ nº 61.351.532/0001-68 - Companhia Aberta

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de Reais)

O aumento da receita líquida em 31 de dezembro de 2023 se dá pela Receita auferida pela controlada ATInfra no montante de R$ 267.721, sendo que o restante da Receita é proveniente da controlada Heftos no montante de R$ 161.922, e da controladora ATSA no montante de R$ 176, totalizando assim o montante de R$ 429.819.

27. GASTOS POR NATUREZA

	Controladora									
	31/12/2023					31/12/2022				
	Custos	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas e despesas	Outras despesas	Total	Custos	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas e despesas	Outras despesas	Total
Salários e encargos	-	(20.420)	-	-	(20.420)	-	(30.003)	-	-	(30.003)
Serviços contratados de terceiros	-	(10.540)	-	-	(10.540)	-	(14.957)	-	-	(14.957)
Outras provisões e despesas	-	-	848	-	848	-	-	-	-	-
Provisao PPLE (coobrigação)	-	-	(22.554)	-	(22.554)	-	-	-	-	-
Perda estimada para crédito de liquidação duvidosa (PECLD)	-	-	(38.097)	-	(38.097)	-	-	-	-	
Provisão REFIS	-	-	-	-	-	-	-	(983)	-	(983)
Ganho/(Perda) na alienação do ativo imobilizado	-	-	-	-	-	-	-	(126)	-	(126)
Amortizações	-	-	-	(15.012)	(15.012)	-	-	-	(15.012)	(15.012)
Ganho na transação tributária	-	-	29.536	-	29.536	-	-	-	-	-
Ganho redução de passivo	-	-	32.103	-	32.103	-	-	-	-	-
Outras despesas	-	(5.362)	(9.461)	-	(14.823)	-	(5.152)	(17.099)	-	(22.251)
	-	**(36.322)**	**(7.625)**	**(15.012)**	**(58.959)**	**-**	**(50.112)**	**(18.208)**	**(15.012)**	**(83.332)**

	Consolidado									
	31/12/2023					31/12/2022				
	Custos	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas e despesas	Outras despesas	Total	Custos	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas e despesas	Outras despesas	Total
Salários e encargos	(227.328)	(50.889)	-	-	(278.217)	(232.546)	(49.605)	-	-	(282.151)
Serviços contratados de terceiros	(102.335)	(27.778)	-	-	(130.113)	(64.984)	(27.075)	-	-	(92.059)
Outras provisões e despesas	-	-	(2.787)	-	(2.787)	-	-	(983)	-	(983)
Provisão PPLE (coobrigação)	-	-	(22.554)	-	(22.554)	-	-	-	-	-
Perda estimada para crédito de liquidação duvidosa (PECLD)	-	-	(38.097)	-	(38.097)	-	-	-	-	-
Materiais	(28.713)	-	-	-	(28.713)	(43.654)	-	-	-	(43.654)
Ganho/(Perda) na alienação do ativo imobilizado	-	-	1.674	-	1.674	-	-	(106)	-	(106)
Avaliação valor justo	-	-	16.213	-	16.213	-	-	4.749	-	4.749
Amortizações	-	-	-	(30.745)	(30.745)	-	-	-	(30.745)	(30.745)
Ganho na transação tributária	-	-	29.536	-	29.536	-	-	-	-	-
Ganho redução de passivo	-	-	32.103	-	32.103	-	-	-	-	-
Outras despesas	(29.347)	(29.499)	(9.456)	-	(68.302)	(33.000)	(21.685)	(12.343)	-	(67.028)
	(387.723)	**(108.166)**	**6.632**	**(30.745)**	**(520.002)**	**(374.184)**	**(98.365)**	**(8.683)**	**(30.745)**	**(511.977)**

28. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Receitas financeiras				
Outras receitas financeiras	-	-	-	378
Descontos obtidos	77	37	759	154
Juros ativos	1	21	1	70
Rendimentos aplicações financeiras	13	22	399	846
	91	**80**	**1.159**	**1.448**
Despesas financeiras				
Outras despesas financeiras	(482)	(4)	(1.670)	(105)
Descontos concedidos	-	-	(885)	(510)
Juros e multas	(8.302)	(10.886)	(37.935)	(25.669)
	(8.784)	**(10.890)**	**(40.490)**	**(26.284)**
Receita / despesa líquida	**(8.693)**	**(10.810)**	**(39.331)**	**(24.836)**

29. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A conciliação da despesa de Imposto de Renda e da Contribuição Social, calculados pela aplicação das alíquotas vigentes e os valores refletidos no resultado dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 estão demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	**(108.165)**	**(116.056)**	**(129.514)**	**(152.381)**
Alíquotas nominais	34%	34%	34%	34%
IRPJ e CSLL calculados às alíquotas nominais	**36.776**	**39.459**	**44.035**	**51.810**
Itens de conciliação para determinação da taxa efetiva:				
Resultado de equivalência patrimonial	(13.834)	(7.508)	-	13
Despesas indedutíveis	(2)	(5.881)	(23)	(5.888)
Contingência Trabalhista, Cíveis, Tributárias	-	(10.268)	-	(10.268)
Imposto de renda e contribuição social alíquota de 34% sem constituição de créditos tributários diferidos	(6)	-	(6)	-
Descontos de Transação tributária com PGFN	10.042	-	10.042	-
Constituição de imposto de renda e contribuição social diferido de períodos anteriores (i)	13.470	20.282	13.470	36.742
Outras (adições) exclusões	10.914	-	11.191	-
Imposto de renda e contribuição social apurados	**57.360**	**36.084**	**78.709**	**72.409**
Imposto de renda e contribuição social - corrente	-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social - diferido	57.360	36.084	78.709	72.409
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	**57.360**	**36.084**	**78.709**	**72.409**
Alíquota efetiva	53%	31,09%	61%	47,52%

Companhia constituiu saldos de ativo fiscal diferido sobre prejuízos fiscais de anos anteriores no montante de R$ 13.470, para recompor o saldo de ativo fiscal utilizado na quitação de débitos tributários objeto de transação tributária junto à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (Nota 33.4). A Companhia optou pela metodologia de cálculo do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) com base no Lucro Real Anual para os exercícios de 2023 e 2022. Os créditos e débitos tributários diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias, entre a base fiscal de ativos e passivos, e seu respectivo valor contábil, e encontram-se distribuídos da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Ativos				
Prejuízo fiscal e base negativa - (ii)	-	-	49.684	23.036
Prejuízo fiscal e base negativa - Transação Tributária (iii)	29.160	20.282	29.160	20.282
Provisão para contingências trabalhistas/cíveis/tributárias	8.261	1.668	9.497	1.668
Provisão (PECLD)	12.953	-	12.953	-
Despesa de Amortização (Intangível - Vlr Justo)	-	5.104	-	5.104
Provisão de Impairment (Ativo Imobilizado e Intangível) HEFTOS	-	-	12.210	14.634
Despesas com Arrendamento Mercantil	6	152	809	759
Ativos contabilizados	**50.380**	**27.206**	**114.313**	**65.483**
Passivos				
Ganho na compra vantajosa (deságio) - Heftos	-	(20.715)	-	(20.715)
Valor Justo Propriedade para investimento	-	-	(5.601)	(1.615)
Diferimento Contas a Receber	-	-	(494)	(336)
Passivos contabilizados	**-**	**(20.715)**	**(6.095)**	**(22.666)**
Ativo (passivo) fiscal diferido, líquido	50.380	6.491	108.218	42.817

Exercício	**Controladora**		**Consolidado**	
2024	29.160	58%	53.727	47%
2025	2.754	5%	5.716	5%
2026 em diante	18.466	37%	54.870	48%
Total	**50.380**	**100%**	**114.313**	**100%**

(ii) Créditos tributários das subsidiárias Heftos e ATInfra foram constituídos em decorrência de estudos preparados pela Administração que demonstram a possibilidade de realização total desses valores nos próximos anos, em virtude da geração de lucros tributáveis futuros ou utilização em processo de transação tributária.

(iii) A Companhia manteve os saldos de imposto de renda diferido sobre o saldo de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL, pois pretende utilizar tais valores na sua integralidade no processo de transação tributária da sua subsidiária Heftos junto à PGFN.

30. INFORMAÇÃO POR SEGMENTO

Critério de identificação dos segmentos operacionais: A Companhia definiu a segmentação de sua estrutura operacional levando em consideração a forma com a qual a Administração gerencia os seus negócios. O saldo patrimonial de cada segmento é extraído dos registros contábeis da Companhia e está segregado conforme abaixo:

A) Ativos por Segmento

	Consolidado 31/12/2023					
	Infra-estrutura	Petróleo	Óleo e Gás	Investi-mentos	Elimi-nação	Conso-lidado
ATIVO						
Ativo Circulante	236.155	72	200.414	24.911	(304.916)	156.636
Outros Ativos Não Circulantes	3.881	381	61.533	247.641	(196.844)	116.592
Investimentos	69.410	-	-	619.029	(619.029)	69.410
Imobilizado e Intangível	1.972	185.380	143.325	51.162	-	381.839
Total do ativo	**311.418**	**185.833**	**405.272**	**942.743**	**(1.120.789)**	**724.477**

B) Passivos por Segmento

	Consolidado 31/12/2023					
	Infra-estrutura	Petróleo	Óleo e Gás	Investi-mentos	Elimi-nação	Conso-lidado
PASSIVO						
Passivo circulante	101.000	21	174.070	224.630	(181.706)	318.015
Passivo não circulante	26.632	185.806	13.943	183.817	(320.856)	89.342
Patrimônio Líquido	181.237	100	260.215	601.567	(675.193)	367.926
Total do passivo	**308.869**	**185.927**	**448.228**	**1.010.014**	**(1.177.755)**	**775.282**

C) Resultado por Segmento

	Consolidado 31/12/2023					
	Infra-estrutura	Petróleo	Óleo e Gás	Investi-mentos	Elimi-nação	Conso-lidado
Receita	267.721	-	161.922	176	-	429.819
Custo	(237.888)	(2)	(149.833)	-	-	(387.723)
Despesas gerais e administrativas	(28.886)	(92)	(42.863)	(33.285)	-	(105.126)
Amortização do intangível	-	-	(15.733)	(15.012)	-	(30.745)
Honorários dos Administradores	-	-	-	(3.041)	-	(3.041)
Outras receitas e (despesas) operacionais	12.307	-	1.951	(64.594)	56.968	6.632
Resultado financeiro	(9.925)	-	(20.529)	(8.877)	-	(39.331)
Imposto de renda e contribuição social	(780)	-	22.129	57.360	-	78.709
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	**2.549**	**(94)**	**(42.956)**	**(67.272)**	**56.968**	**(50.805)**

A) Ativos por Segmento

	Consolidado 31/12/2022					
	Infra-estrutura	Petróleo	Óleo e Gás	Investi-mentos	Elimi-nação	Conso-lidado
ATIVO						
Ativo Circulante	68.223	-	109.648	1.501	-	179.373
Outros Ativos Não Circulantes	40.534	-	37.279	43.265	(44.766)	76.312
Investimentos	45.000	-	-	217.056	(217.056)	45.000
Imobilizado e Intangível	20.856	-	157.732	67.565	-	246.153
Total do ativo	**174.613**	**-**	**304.660**	**329.387**	**(261.822)**	**546.838**

B) Passivos por Segmento

	Consolidado 31/12/2022					
	Infra-estrutura	Petróleo	Óleo e Gás	Investi-mentos	Elimi-nação	Conso-lidado
PASSIVO						
Passivo circulante	73.792	-	103.804	50.625	-	228.221
Passivo não circulante	30.163	-	54.561	181.658	(44.766)	221.617
Patrimônio Líquido	66.679	-	172.323	177.069	(239.098)	176.973
Total do passivo	**170.634**	**-**	**330.688**	**409.352**	**(283.864)**	**626.810**

C) Resultado por Segmento

	Consolidado 31/12/2022					
	Infra-estrutura	Petróleo	Óleo e Gás	Investi-mentos	Elimi-nação	Conso-lidado
Receita	106.001	-	278.301	167	-	384.469
Custo	(84.917)	-	(289.267)	-	-	(374.184)
Despesas gerais e administrativas	(19.628)	-	(27.707)	(44.790)	-	(92.125)
Amortização do intangível	-	-	(15.733)	(15.012)	-	(30.745)
Honorários dos Administradores	(904)	-	(12)	(5.324)	-	(6.240)
Outras receitas e (despesas) operacionais	5.015	-	4.508	(40.289)	22.046	(8.720)
Resultado financeiro	(789)	-	(13.244)	(10.803)	-	(24.836)
Imposto de renda e contribuição social	(800)	-	37.126	36.084	-	72.409
Lucro / prejuízo líquido do exercício	**3.979**	**-**	**(26.029)**	**(79.967)**	**22.046**	**(79.972)**

31. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Companhia não mantém operações com instrumentos financeiros derivativos. A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A Companhia não efetuou aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração. A Companhia não possui instrumentos financeiros que possam ser caracterizados por operações com derivativos, conforme Instrução CVM nº 235/95. **a. Fatores de risco financeiro:** Os principais riscos inerentes às operações da Companhia e a forma de controle e mitigação, quando aplicáveis, são assim descritos. **Risco de taxa de juros (risco de mercado):** Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando mitigar esse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas. A Administração entende que o risco de mudanças significativas no resultado e nos fluxos de caixa é baixo, e assim justifica a não demonstração da análise de extrapolação deste risco. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não apresentou exposição relevante ao risco de taxa de juros para que fosse apresentada uma análise de sensibilidade. **Riscos de liquidez:** Risco de a Companhia não possuir recursos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de tesouraria. **Risco de crédito:** O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia restringe sua exposição a riscos de créditos associados a bancos e a aplicações financeiras, efetuando seus investimentos em instituições financeiras de primeira linha e com remuneração em títulos de curto prazo.

32. SEGUROS

Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia possuía diversas coberturas de seguro cobrindo diversos riscos, dentre eles riscos de property (incêndio), riscos de engenharia, responsabilidade civil, transporte de mercadorias e danos materiais a veículos e equipamentos próprios. O seguro contra riscos de engenharia visa cobrir danos materiais à própria obra e o seguro de responsabilidade civil visa cobrir danos que o processo de execução das obras ocasione involuntariamente a terceiros. As premissas de riscos adotadas e suas respectivas coberturas, dadas a sua natureza e peculiaridade, não fazem parte do escopo de revisão das demonstrações contábeis individuais e consolidadas desta forma, não foram revisadas pelos auditores independentes.

33. OUTRAS INFORMAÇÕES

33.1 AGO do dia 30 de abril 23: Na AGO do dia 30 de abril de 2023 foram tomadas as seguintes deliberações: (i) foram aprovadas as contas dos administradores, o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras e o Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; (ii) foi aprovada a proposta da Administração de destinação do prejuízo apurado no exercício social encerrado em 31/12/22, no valor de R$79.972.000,00, à conta de prejuízos acumulados da Companhia. Tendo em vista que a Companhia apurou prejuízo no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, não haverá distribuição de dividendos, nos termos da Lei nº 6.404 de 1976; (iii) rejeitada, a instalação do Conselho Fiscal, visando economia de caixa da Companhia; e (iv) foi aprovada fixação da remuneração dos administradores da Companhia para o exercício social de 2023 no valor global máximo de até R$ 16.380.000,00. **33.2. Homologação de Aumento de Capital em 24 de julho de 2023:** Em 24 de Julho de 2023, o Conselho de Administração da Companhia homologou aumento de capital social da Companhia, dentro do limite do capital autorizado, no valor de R$ 55.920.210,17, mediante a emissão de 15.962.001 ações, sendo 5.320.667 ações ON, pelo preço de emissão de R$ 4,21, e 10.641.334 ações PN, pelo preço de emissão de R$ 3,15, em decorrência do exercício de 5.320.667 bônus de subscrição atribuídos como vantagem adicional ao aumento de capital privado homologado em 03 de setembro de 2022. Tendo em vista essa homologação, o capital social da Companhia passou de 294.515.651,73, dividido em 26.539.706 ações ON, e 50.640.763 ações PN, totalizando 77.180.469 ações, para R$ 350.435.861,90, dividido em 31.860.373 ações ON, e 61.282.097 ações PN, totalizando 93.142.470 ações. **33.3. Aumento do Capital:** Em 28 de março de 2023, em reunião do Conselho de Administração realizada nesta data, foi aprovado (A) o Aumento de Capital (conforme definido abaixo) da Companhia e (B) a emissão de Bônus de Subscrição (conforme definido abaixo) como vantagem adicional aos subscritores de ações no âmbito do Aumento de Capital, em ambos os casos de forma privada e dentro do limite do capital autorizado da Companhia. (a) Aumento de Capital. O Aumento de Capital foi aprovado pelo Conselho de Administração a ser realizado no montante de, no mínimo, R$ 40.000.00 e, no máximo R$ 215.000.001,34, mediante a emissão, para subscrição privada de, no mínimo, 4.751.706 ações ON e 9.139.708 ações PN ("Quantidade Mínima de Ações"), e no máximo 25.540.421 ações ON e 49.125.933 ações PN ("Quantidade Máxima de Ações"), respeitado o limite legal da proporção entre ações ordinárias e ações preferenciais, sendo todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, admitida a subscrição parcial e a consequente homologação parcial do aumento de capital desde que seja verificada a subscrição de novas Ações correspondentes, no mínimo, à Quantidade Mínima de Ações, ao preço de emissão de R$ 2,84 por ação ON e R$ 2,90 por ação PN, fixado nos termos do artigo 170, § 1º, inciso III, da Lei nº 6.404, de 15/12/1976, conforme alterada ("Lei das S.A." e "Aumento de Capital", respectivamente). **33.4. Valores Homologados na Transação Individual:** Em 14 de junho de 2023 - A AZEVEDO & TRAVASSOS S.A., em complemento ao fato relevante de 30 de maio de 2023, referente ao deferimento de transação individual, firmado com a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional Seccional de São Paulo (PGFN-SP), que teve por finalidade a redução e reparcelamento dos débitos da Companhia incluídos no Programa de Recuperação Fiscal - REFIS (Lei nº 9.964/2000) e nas transações excepcionais celebradas anteriormente, a Companhia apresentou os valores homologados nesse parcelamento. Nessas condições, com a aplicação dos benefícios concedidos pela PGFN-SP: (a) desconto máximo de 65%, sendo o desconto aplicado de forma proporcional sobre os acréscimos legais (multa, juros e encargos); e (b) a utilização de créditos de Prejuízo Fiscal e Base de Cálculo Negativa da CSLL para amortização de até 70% do saldo remanescente. Assim, após a concessão dos descontos concedidos e 492 a compensação dos créditos de Prejuízo Fiscal e Base de Cálculo Negativa da CSLL, os débitos previdenciários no valor de R$ 4.923 mil foram parcelados em 60 parcelas e os demais débitos no valor de R$ 3.769 mil, foram parcelados em 120 parcelas. **33.5. Incorporação de Subsidiárias:** Em 22 de junho de 2023, A AZEVEDO & TRAVASSOS S.A., informou aos seus acionistas e ao mercado em geral, que aprovou em reunião do Conselho de Administração realizada em 22 de junho de 2023 a incorporação da Azevedo e Travassos Petróleo ("ATP"), subsidiária integral para exploração de petróleo e gás no Brasil e no exterior, bem como a incorporação da Azevedo e Travassos Internacional ("AT Internacional"), subsidiária dedicada à expansão internacional da empresa e à gestão de recursos, contratos e oportunidades fora do país. **33.6. Prorrogação do PPLE:** Em 31 de agosto de 2023 o D. Corregedor Regional do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, acolhendo parecer opinativo do D. Juízo Auxiliar em Execução, decidiu favoravelmente ao pedido da Companhia de prorrogação, por mais 36 meses, do Plano Prévio de Liquidação das Execuções (PPLE) firmado em agosto de 2020. **33.7. Homologação de Aumento de Capital em 04 de outubro de 2023:** Em Reunião realizada em 04 de outubro de 2023, o Conselho de Administração homologou aumento de capital social da Companhia, dentro do limite do capital autorizado decorrente do primeiro período do exercício do bônus de subscrição compreendido entre 01 de setembro de 2023 e 02 de outubro de 2023, no valor de R$ 5.748,97, mediante a emissão de 1.641 novas ações, sendo 547 ações ON, pelo preço de emissão de R$ 4,21 e 1.094 ações PN, pelo preço de emissão de R$ 3,15. Esse aumento de capital social é decorrente do exercício do bônus de subscrição relacionado ao aumento de capital realizado pela Companhia em 2022. **33.8. Homologação Aumento de Capital em 17 de novembro de 2023**: Em 17 de novembro de 2023 - A AZEVEDO & TRAVASSOS S.A., em continuidade aos Fato Relevantes e Avisos aos Acionistas datados dos dias 28 de agosto, 26 de setembro, 20 e 28 de outubro de 2023, informou que, o Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 16 de novembro de 2023, homologou o aumento de capital social da Companhia dentro do limite do capital autorizado. Foram subscritas e integralizadas a totalidade das ações ordinárias e preferenciais disponíveis para subscrição no Aumento de Capital, todas nominativas e sem valor nominal, sendo (i) 25.540.421 novas ações ON e (ii) 49.125.933 ações PN, ao preço de emissão de R$ 2,84 por ação ON e R$ 2,90 por ação PN, totalizando o montante de R$ 215.000.001,34. Em decorrência do Aumento de Capital, o capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, passou de R$350.441.610,87, representado por 31.860.920 ações ON e 61.283.191 ações PN, todas nominativas e sem valor nominal, para R$ 565.441.612,21, representado por 57.401.341, ações ON e 110.409.124 ações PN, todas nominativas e sem valor nominal. Adicionalmente, nos termos aprovados na Reunião do Conselho de Administração realizada em 28 de agosto de 2023, serão emitidos 12.444.392 Bônus de Subscrição, dentro do limite do capital autorizado. Cada Bônus de Subscrição dará ao seu titular o direito de subscrever 1 ação ON e 2 ações PN da Companhia de forma indissociável.

34. EVENTOS SUBSEQUENTES

34.1. Aquisição de Contratos de Concessão de Exploração e Óleo e Gás Natural: Em 03 de abril de 2024, a Companhia, através da sua subsidiária integral Azevedo & Travassos Petróleo S/A, assinou contrato de aquisição da totalidade da participação detida pela Phoenix Óleo e Gás Natural Ltda nos seguintes blocos e campos ("Polo Periquito"): Bloco POT-T-565, Bloco POT-T-610; Campo de Periquito, Campo de Periquito Norte, Campo de Periquito Nordeste; Campo de Concriz; e Campo de Rio do Carmo. A aquisição do Polo Periquito faz parte do plano da Companhia de retomada da exploração de óleo e gás.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Gabriel Antônio Soares Freire Júnior
Presidente do Conselho de Administração

Membros do Conselho de Administração
Thiago Abdelmajed Chiquita
Guilherme Pimentel Mendes de Carvalho
Bernardo Negredo Mendonça de Araújo
Ricardo de Almeida Pimentel Mendes

DIRETORIA

Ivan de Carvalho Júnior
Diretor Presidente

Bernardo Negredo Mendonça de Araújo
Diretor de Relações com Investidores

Bernardino de Almeida Pimentel Mendes
Diretor Executivo

CONTADOR

Juliana de Carvalho Piepenbrink
CRC: SP - 278255/O-0

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Azevedo & Travassos S.A. - São Paulo - SP

Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da **Azevedo & Travassos S.A. ("Companhia")**, identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações, individuais e consolidadas, do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da **Azevedo & Travassos S.A.** em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria: Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Avaliação de impairment em controlada indireta: A controlada indireta Heftos Óleo e Gás Construções S.A. possui ativo imobilizado e intangível nos montantes de R$ 49.105 mil e R$ 94.220 mil, respectivamente. Estes saldos incluem imobilizações técnicas e administrativas e certificados de acervo técnico, conforme descrito nas Notas Explicativas nos 15 e 16 e foram submetidos a teste de *impairment* para determinar a sua recuperabilidade. O teste envolve estimativas e julgamentos significativos para a projeção de resultados futuros e tem parcela relevante de premissas desenvolvidas internamente, incluindo expectativa de crescimento das receitas, projeção de custos e taxa de desconto. Os valores envolvidos são relevantes para as demonstrações contábeis consolidadas da Companhia e os resultados projetados podem divergir significativamente das projeções que atualmente fundamentam a recuperabilidade destes ativos e, por isso, esse assunto foi considerado significativo em nossa auditoria.

Resposta da auditoria ao assunto

- Analisamos a competência e objetividade dos especialistas internos da Administração e externos contratados;
- Envolvemos especialistas internos em finanças corporativas para o processo de revisão do modelo aplicado, bem como para avaliação da taxa de desconto aplicada;
- Comparamos a performance financeira considerada no modelo com períodos anteriores (histórico);
- Confrontamos as projeções do plano de negócios da controlada indireta com o modelo preparado para o teste de recuperabilidade, bem como indagamos os responsáveis acerca da expectativa de sucesso nos orçamentos em curso.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para a determinação da recuperabilidade dos ativos não financeiros registrados no ativo imobilizado e intangível são razoáveis em todos os aspectos relevantes no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Passivos tributários: De acordo com a Nota Explicativa nº 22 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Companhia e suas controladas possuem passivos tributários, principalmente relacionados a parcelamentos. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia e suas controladas possuem registrado a título de obrigações tributárias – REFIS e outros impostos os valores de R$ 16.901 mil e R$ 162.611 mil na controladora e no consolidado, sendo R$ 14.002 mil e R$ 111.422 mil referentes a parcelamentos tributários, respectivamente. Consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria devido à relevância dos valores envolvidos.

Resposta da auditoria ao assunto:

- Envolvimento dos nossos especialistas das áreas tributária e trabalhista para recálculo e validação dos parcelamentos existentes e acordos realizados;
- Análise da vigência dos parcelamentos de acordo com o fluxo de pagamento, inadimplência e segregação entre curto e longo prazos;
- Avaliação da adequação das divulgações na nota explicativa.

No decorrer de nossa auditoria, identificamos certos ajustes que não foram parcialmente registrados nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Com base nas evidências obtidas, considerando a incerteza inerente a questões legais, determinamos que as provisões estão apropriadas, no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos: Demonstrações do valor adicionado: As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor: A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas: A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, registradas na CVM, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 23 de abril de 2024.

BDO

BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 SP 013846/O-1

Viviene Alves Bauer
Contadora CRC 1 SP 253472/O-2

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL O DIA SP.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código F701-8EA9-0E0B-FD75.

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001. A autenticidade pode ser conferida ao lado

ICP Brasil

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 17/05/2024

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de **Publicações Legais** no portal do **Jornal O Dia SP.** Acesse também através do link: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL O DIA SP.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código F701-8EA9-0E0B-FD75.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/F701-8EA9-0E0B-FD75 ou vá até o site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: F701-8EA9-0E0B-FD75

Hash do Documento

82612CB2CF45B4347FD4F661CF1F06DD4785D011FA959EA7B904D93358E5108E

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 17/05/2024 é(são) :

☑ JORNAL O DIA SP (Signatário - ODIASP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA) - 091.260.448-46 em 17/05/2024 00:01 UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital - O DIA DE SP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA - 39.732.792/0001-24

Granel Química LTDA.

CNPJ nº 44.983.435/0001-79

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias submetemos à apreciação de V.Sas., as Demonstrações Financeiras, referentes aos exercícios em 31 de dezembro de 2023 e 2022, permanecendo à disposição para quaisquer informações.

São Paulo, 16 de Maio de 2024

BALANÇOS PATRIMONIAIS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	31/12/2023	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2022	01/01/2022	01/01/2022
Ativo	**Controladora**	**Consolidado**	**Controladora**	**Consolidado**	**Controladora**	**Consolidado**
Circulante			(Reapresentado)		(Reapresentado)	
Caixa e equivalentes de caixa	**60.621**	**61.931**	43.198	44.450	99	568
Contas a receber de clientes	**20.062**	**20.062**	27.994	27.994	18.523	18.523
Estoque	**1.885**	**1.885**	1.844	1.844	2.000	2.000
Partes relacionadas	**-**	**-**	-	-	38.208	38.208
Impostos a recuperar	**6.617**	**6.736**	3.135	3.454	651	990
Despesas pagas antecipadamente	**3.797**	**3.839**	2.941	2.958	1.921	1.922
Outras contas a receber	**473**	**473**	357	357	387	405
Total do ativo circulante	**93.455**	**94.926**	79.469	81.057	61.789	62.616
Não circulante						
Investimento em aplicações financeiras	**9.953**	**9.953**	8.820	8.820	287	287
Depósitos judiciais	**322**	**322**	514	514	306	306
Depósitos de garantia	**97**	**97**	58	58	-	-
Despesas pagas antecipadamente	**25**	**25**	35	35	-	-
Investimentos	**14.745**	**-**	14.137	-	11.548	-
Ativos de direito de uso	**49.416**	**49.416**	42.301	42.301	37.284	37.284
Imobilizado	**860.590**	**867.415**	624.534	630.605	575.268	580.476
Intangível	**1.995**	**6.240**	1.802	6.047	1.273	5.518
Total do ativo não circulante	**937.143**	**933.468**	692.201	688.380	625.966	623.871
Total do ativo	**1.030.598**	**1.028.394**	771.670	769.437	687.755	686.487

	31/12/2023	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2022	01/01/2022	01/01/2022
Passivo	**Controladora**	**Consolidado**	**Controladora**	**Consolidado**	**Controladora**	**Consolidado**
Circulante			(Reapresentado)		(Reapresentado)	
Empréstimos	**35.401**	**35.401**	31.140	31.140	45.506	45.506
Fornecedores	**25.893**	**25.921**	11.368	11.373	8.153	8.179
Obrigações trabalhistas a pagar	**13.709**	**13.709**	12.728	12.728	11.193	11.219
Impostos e contribuições a recolher	**11.370**	**11.461**	11.073	11.157	8.231	8.232
Partes relacionadas	**21.096**	**21.096**	223	223	540	540
Arrendamento a pagar	**9.124**	**9.124**	7.934	7.934	6.769	6.769
Outras contas a pagar	**3.959**	**3.959**	938	938	3.211	3.211
Total do passivo circulante	**120.552**	**120.671**	75.404	75.493	83.603	83.656
Não circulante						
Empréstimos	**310.518**	**310.518**	132.382	132.382	112.926	112.926
Partes relacionadas	**186.294**	**186.294**	1.275	1.275	5.531	5.531
Provisão para demandas judiciais	**2.038**	**2.038**	2.161	2.161	7.114	7.114
Arrendamento a pagar	**55.689**	**55.689**	48.530	48.530	43.746	43.746
IRPJ e CSLL diferidos	**24.315**	**24.315**	20.401	20.401	9.364	9.364
Juros sobre o capital próprio	**64.048**	**64.048**	38.633	38.633	15.683	15.683
Outras contas a pagar	**2.323**	**-**	2.468	146	2.673	1.352
Total do passivo não circulante	**645.225**	**642.902**	245.850	243.528	197.037	195.716
Patrimônio líquido						
Capital social	**225.595**	**225.595**	225.595	225.595	225.595	225.595
Reserva de incentivos fiscais/ Mais Valia	**8.311**	**8.311**	8.018	8.018	7.630	7.630
Reserva de lucros	**30.915**	**30.915**	216.803	216.803	173.890	173.890
Total do patrimônio líquido	**264.821**	**264.821**	450.416	450.416	407.115	407.115
Total do passivo e patrimônio líquido	**1.030.598**	**1.028.394**	771.670	769.437	687.755	686.487

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	31/12/2023	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2022
	Controladora	**Consolidado**	**Controladora**	**Consolidado**
			(Reapresentado)	
Receita operacional líquida	**333.525**	**335.762**	301.836	305.419
Custo dos serviços prestados	**(144.425)**	**(145.137)**	(129.583)	(130.318)
Lucro bruto	**189.100**	**190.625**	172.253	175.101
Receitas (despesas) operacionais:				
Administrativas e comerciais	**(64.773)**	**(64.937)**	(52.933)	(53.085)
Outras receitas operacionais líquidas	**(6.122)**	**(6.122)**	2.862	2.905
Resultado de equivalência patrimonial	**1.165**	**-**	2.329	-
	(69.730)	**(71.059)**	(47.742)	(50.180)
Resultado antes das receitas e despesas financeiras	**119.370**	**119.566**	124.511	124.921
Resultado financeiro, líquido				
Receitas financeiras	**11.232**	**11.305**	5.256	5.257
Despesas financeiras	**(39.537)**	**(39.557)**	(24.054)	(24.057)
	(28.305)	**(28.252)**	(18.798)	(18.800)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	**91.065**	**91.314**	105.713	106.121
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro:				
Imposto de renda e contribuição social diferido	**(3.914)**	**(3.914)**	(11.037)	(11.037)
Imposto de renda e contribuição social correntes	**(16.662)**	**(16.911)**	(14.875)	(15.283)
	(20.576)	**(20.825)**	(25.912)	(26.320)
Lucro líquido do exercício	**70.489**	**70.489**	79.801	79.801
Lucro básico e diluído por lote de 1.000 quotas (em reais)	**312,46**	**312,46**	**353,74**	**353,74**

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de incentivos fiscais/ Mais Valia	Reserva de lucros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021 (Reapresentado)	**225.595**	**7.630**	**173.890**	**407.115**
Distribuição de Lucros	-	-	(9.500)	(9.500)
Lucro líquido do exercício (Reapresentado)	-	-	79.801	79.801
Subvenção governamental	-	452	(452)	-
Mais-Valia - Investimento	-	(64)	64	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	(27.000)	(27.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2022 (Reapresentado)	**225.595**	**8.018**	**216.803**	**450.416**
Distribuição de Lucros	**-**	**-**	**(226.184)**	**(226.184)**
Lucro líquido do exercício	**-**	**-**	**70.489**	**70.489**
Subvenção governamental	**-**	**352**	**(352)**	**-**
Mais-Valia - Investimento	**-**	**(59)**	**59**	**-**
Juros sobre o capital próprio	-	-	(29.900)	(29.900)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**225.595**	**8.311**	**30.915**	**264.821**

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	31/12/2023	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2022
	Controladora	**Consolidado**	**Controladora**	**Consolidado**
Fluxo de caixa das atividades operacionais			(Reapresentado)	
Lucro antes dos impostos	**91.065**	**91.314**	105.713	106.121
Ajustes para reconciliação do lucro líquido do exercício com o caixa proveniente das atividades operacionais				
Amortização de ativos de direito de uso	**3.426**	**3.426**	2.605	2.605
Depreciação e Amortização	**38.022**	**38.376**	33.845	34.135
Valor residual de ativo imobilizado baixado	**1.119**	**702**	89	89
Equivalência patrimonial	**(1.165)**	**-**	(2.329)	-
Previsão demandas judiciais	**(123)**	**(123)**	(4.953)	(4.953)
Juros sobre empréstimos	**27.767**	**27.767**	16.859	16.859
Juros sobre arrendamento	**6.949**	**6.949**	5.864	5.864
	167.060	**168.411**	157.693	160.720
Redução (aumento) nas contas do ativo				
Aplicações financeiras	**(1.133)**	**(1.133)**	(8.533)	(8.533)
Contas a receber dos clientes	**7.932**	**7.932**	(9.471)	(9.471)
Impostos a recuperar	**(3.482)**	**(3.282)**	(2.484)	(2.464)
Despesas pagas antecipadamente	**(846)**	**(871)**	(1.055)	(1.071)
Partes relacionadas	**-**	**-**	38.208	38.208
Depósitos judiciais	**192**	**192**	(208)	(208)
Depósitos de garantia	**(39)**	**(39)**	(58)	(58)
Outras contas a receber	**(116)**	**(116)**	30	48
Estoque	**(41)**	**(41)**	156	156
Aumento (redução) nas contas do passivo				
Fornecedores	**14.525**	**14.547**	3.215	3.194
Obrigações trabalhistas a pagar	**981**	**981**	1.535	1.509
Impostos e contribuições a recolher	**(20.850)**	**(21.093)**	(16.082)	(16.407)
Outras contas a pagar	**2.875**	**2.875**	(2.478)	(3.479)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**167.058**	**168.363**	160.468	162.144
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Aquisições de investimento	**-**	**-**	(400)	-
Aquisições de bens do imobilizado	**(274.640)**	**(275.887)**	(83.061)	(84.354)
Aquisições de bens do intangível	**(181)**	**(181)**	(518)	(518)
Caixa aplicado nas atividades de investimentos	**(274.821)**	**(276.068)**	(83.979)	(84.872)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Pagamento distribuição de lucros	**(226.184)**	**(226.184)**	(9.500)	(9.500)
Partes relacionadas	**205.892**	**205.892**	(4.573)	(4.573)
Captação de empréstimos	**200.000**	**200.000**	51.782	51.782
Pagamento de principal	**(22.940)**	**(22.940)**	(50.059)	(50.059)
Pagamento de arrendamento	**(9.153)**	**(9.153)**	(7.548)	(7.548)
Pagamento de juros	**(22.429)**	**(22.429)**	(13.492)	(13.492)
Caixa aplicado das atividades de financiamentos	**125.186**	**125.186**	(33.390)	(33.390)
Redução no caixa e equivalentes de caixa	**17.423**	**17.481**	43.099	43.882
Saldo de caixa e equivalentes no início do exercício	**43.198**	**44.450**	99	568
Saldo de caixa e equivalentes no final do exercício	**60.621**	**61.931**	43.198	44.450
Redução no caixa e equivalentes de caixa	**17.423**	**17.481**	43.099	43.882

NOTAS EXPLICATIVAS

A Granel Química Ltda. ("Empresa") tem como fins e objetivos, atividades de armazéns-gerais, propondo-se a receber em depósito produtos químicos líquidos e a granel e também granéis sólidos, atividades de operador portuário de carga e descarga marítima, fluvial, ferroviária e rodoviária desses produtos e participação em outras sociedades como cotista ou acionista.

A emissão das demonstrações financeiras da Granel Química Ltda., foi aprovada pelo Administrador em **16 de maio de 2024**. A Companhia optou pela publicação resumida das Demonstrações Financeiras que estão disponíveis na sede da empresa, em sua íntegra, acompanhadas do parecer dos auditores independentes da Ernst & Young Auditores Independentes S.S.

ADMINISTRADOR - Edson Souki Sousa

CONTADORA - Maria A. C. Lopes CRC-1SP129.863/O-9

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL O DIA SP.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 447C-297F-C5DE-3DEE.

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001. A autenticidade pode ser conferida ao lado

ICP Brasil

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 17/05/2024

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal O Dia SP. Acesse também através do link: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL O DIA SP.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 447C-297F-C5DE-3DEE.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/447C-297F-C5DE-3DEE ou vá até o site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 447C-297F-C5DE-3DEE

Hash do Documento

7DC2FF1F0BCBB801158B3975CEACD0A4E6E898799AABAD255FCCB6B2E5428227

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 17/05/2024 é(são) :

☑ JORNAL O DIA SP (Signatário - ODIASP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA) - 091.260.448-46 em 17/05/2024 00:01 UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital - O DIA DE SP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA - 39.732.792/0001-24

Jornal O DIA SP

Edição Digital Certificada*Sexta-feira, 17 de maio de 2024

AMATA S.A. E SUAS CONTROLADAS

CNPJ Nº 07.909.776/0001-78

Relatório da administração - 31 de dezembro de 2023

A AMATA, fundada em 2005, sempre serviu ao propósito de manter as florestas nativas em pé. Convencida de que ao aumentar o valor das florestas, colabora com sua preservação e contribui para o desenvolvimento de uma economia renovável e sustentável. Empresa B desde 2016, possui florestas certificadas pelo FSC® desde o início de suas operações. Atualmente a empresa mantém sua operação de plantio e colheita de Pinus no Paraná em seu ritmo normal, sendo impactada em 2023 pela queda de preços de mercado, a qual teve seu impacto de caixa compensado pela venda de maior volume, principalmente relacionado ao Eucalipto remanescente existente. A AMATA concluiu vários marcos em suas operações florestais, sempre com foco no meio ambiente, em pessoas, e com um forte senso de dono. Está aberta ao diálogo e comprometida em buscar novas formas de agregar valor à sociedade. A Diretoria agradece a todos os seus stakeholders pelo compromisso, apoio e confiança. Todavia um reconhecimento especial deve ser feito a nosso quadro funcional que pratica em todas as nossas operações os princípios de governança e respeito ao meio ambiente exigidos pela sociedade que desejamos ajudar a construir.

OPERAÇÕES AMATA

Manejo de florestas nativas - Rondônia: O objetivo do manejo de florestas nativas é a manutenção da capacidade produtiva da floresta. O processo é centrado no planejamento e nas técnicas de colheita de impacto reduzido, e envolve as atividades de mapeamento da área, elaboração de um Plano de Manejo, divisão em Unidades de Produção Anuais (UPAs), inventário florestal das UPAs (realizado anualmente antes da colheita), elaboração de Planos Operacionais Anuais (POAs), aprovação das licenças de colheita (AUTEX), abertura de estradas e pátios para movimentação e estoque de toras, colheita, arraste de toras e transporte para a unidade de processamento (serraria). O manejo de florestas nativas também envolve o conhecimento e o relacionamento com as comunidades do entorno, assim como a avaliação e o monitoramento dos aspectos ambientais da área. Essa operação foi realizada em área de concessão pública, de 46 mil hectares na UMF III (Unidade de Manejo Florestal) na Floresta Nacional do Jamari, concedida pelo Serviço Florestal Brasileiro (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento) de setembro de 2008 até dezembro de 2020. A companhia encerrou suas atividades como concessionária da UMF III e, ao longo de 2021, construiu uma plataforma de livre acesso compilando os aprendizados dos seus 12 anos de atuação na FLONA do Jamari (www.wikijamari.com.br). E no ano de 2023 encerrou as filiais contidas relacionadas a essa atividade.

Florestas nativas plantadas - Pará: No Estado do Pará, nos municípios de Paragominas e Ipixuna, estão concentradas as áreas de plantio de paricá, uma espécie nativa com interesse comercial na produção de compensados "clear coat". Durante o ano de 2021 foi encerrado o processo de venda em pé da totalidade das florestas disponíveis e a colheita foi finalizada em 3 núcleos: Soberana; Flamboyant e Taquarussu. Em 2023 as atividades ficaram restritas a colheita do contrato celebrado em 2021 e na venda da controlada em conjunto APN2 ocorrida em outubro de 2023.

Florestas de eucalipto plantadas - Mato Grosso do Sul: A floresta plantada compreendia uma área líquida de 13 mil hectares na região do Alto Sucuriú, nos municípios de Três Lagoas e Água Clara, no Estado do Mato Grosso do Sul. Em 2020 ocorreu a primeira colheita de eucalipto no volume de 1,2 milhão de m³. Após receber uma oferta para venda do ativo, a AMATA concluiu a transação em fevereiro de 2021 e atuou como gestora florestal para o novo comprador até final de agosto deste mesmo ano. Em 2023, com o fim das obrigações contratuais da venda, a administração iniciou o processo de encerramento dessa empresa do grupo, a APE1 Plantio de Floresta Exótica S.A.

Florestas de pinus e eucalipto plantadas - Paraná: Desde janeiro de 2013 a AMATA controla a Florespar Florestal S.A. ("Florespar"), empresa florestal situada no Estado do Paraná, que tem como atividade o plantio de pinus, e detém 26 mil hectares de área. No Estado do Paraná, o objetivo da operação é a produção e comercialização de pinus em áreas tradicionais de atividade florestal, por meio de manejo voltado ao múltiplo uso da floresta e a comercialização da madeira. Nos últimos anos a operação tem apresentado resultados operacionais positivos, fruto de melhorias no processo de colheita, silvicultura e contratos de venda. No ciclo 2022/2023, a AMATA superou seus objetivos por meio de recorrentes melhorias operacionais, se beneficiando também do momento de mercado favorável em 2022.

Balanços patrimoniais - 31 de dezembro de 2023 *(Em milhares de reais exceto quando indicado de outra forma)*

ATIVO	Notas	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	**20.213**	6.794	**37.093**	24.148
Contas a receber de clientes	5	**1.750**	8.241	**2.731**	8.267
Estoques	6	**24**	24	**255**	255
Adiantamento aos fornecedores		**5**	73	**155**	87
Impostos a recuperar	7	**287**	1.703	**1.638**	2.771
Outros ativos	8	**1.209**	378	**1.587**	704
		23.488	17.213	**43.459**	36.232
Não circulante					
Contas a receber de clientes	5	**-**	2.175	**-**	2.175
Outros ativos	8	**3.444**	-	**3.912**	497
Dividendos a receber	28	**-**	2.720	**-**	-
		3.444	4.895	**3.912**	2.672
Investimentos	9	**161.618**	178.856	**-**	5.550
Ativo biológico	10	**-**	-	**115.546**	140.361
Imobilizado	11	**403**	465	**59.562**	59.879
Direito de uso sobre contratos de arrendamento	12	**2.343**	4.718	**2.344**	4.718
Intangível		**330**	344	**389**	416
		164.694	184.383	**177.841**	210.924
Total do ativo		**191.626**	206.491	**225.212**	249.828

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Notas	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Circulante					
Fornecedores	13	**1.471**	535	**2.755**	3.704
Títulos a pagar	14	**1.956**	1.406	**1.956**	1.406
Arrendamento a pagar	12	**972**	1.393	**972**	1.393
Salários e encargos sociais e provisão de bônus	15	**5**	8	**1.061**	801
Empréstimos e financiamentos	16	**-**	-	**1.610**	1.383
Tributos a pagar	17	**45**	47	**955**	299
Dividendos a pagar		**-**	-	**-**	1.298
Adiantamento de clientes	18	**-**	-	**43**	113
Outros passivos		**-**	-	**-**	-
		4.449	3.389	**9.352**	10.397
Não circulante					
Títulos a pagar	14	**17.604**	17.072	**17.604**	17.072
Arrendamento a pagar	12	**1.687**	3.687	**1.687**	3.687
Empréstimos e financiamentos	16	**-**	-	**-**	1.886
Tributos a pagar	17	**-**	-	**468**	497
Impostos diferidos	19	**-**	-	**26.462**	32.274
Provisões para contingências	20	**75**	103	**671**	708
Adiantamento de clientes	18	**-**	-	**-**	-
Outros passivos		**-**	-	**-**	-
		19.366	20.862	**46.892**	56.124
Patrimônio líquido					
Atribuído aos acionistas da controladora					
Capital social	21	**272.707**	272.707	**272.707**	272.707
Reserva de capital	21	**32.059**	32.059	**32.059**	32.059
Debêntures perpétuas conversíveis em ações	3.15 e 21	**18.506**	18.506	**18.506**	18.506
Prejuízos acumulados		**(174.111)**	(159.682)	**(174.111)**	(159.682)
Ajustes de avaliação patrimonial	21	**18.650**	18.650	**18.650**	18.650
		167.811	182.240	**167.811**	182.240
Participação de acionistas não controladores		**-**	-	**1.157**	1.067
Total do patrimônio líquido		**167.811**	182.240	**168.968**	183.307
Total do passivo e patrimônio líquido		**191.626**	206.491	**225.212**	249.828

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 *(Em milhares de reais exceto quando indicado de outra forma)*

	Capital social Integralizado	Reserva de capital	Debêntures perpétuas conversíveis em ações	Prejuízos acumulados	Ajuste de avaliação patrimonial	Total	Participação de acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido
Em 31 de dezembro de 2021	**272.707**	**32.059**	**18.506**	**(167.911)**	**18.650**	**174.011**	**897**	**174.908**
Lucro Prejuízo do Exercício	-	-	-	8.229	-	8.229	170	8.399
Em 31 de dezembro de 2022	**272.707**	**32.059**	**18.506**	**(159.682)**	**18.650**	**182.240**	**1.067**	**183.307**
Lucro do Exercício	**-**	**-**	**-**	**(14.429)**	**-**	**(14.429)**	**90**	**(14.339)**
Em 31 de dezembro de 2023	**272.707**	**32.059**	**18.506**	**(174.111)**	**18.650**	**167.811**	**1.157**	**168.968**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas - 31 de dezembro de 2023 *(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

1. Contexto operacional: A Amata S.A. ("Companhia" ou "Amata") é uma sociedade por ações, estabelecida e domiciliada no Brasil, com sede na cidade de São Paulo - SP. A Companhia e suas controladas atuam em toda a cadeia da madeira, desde o plantio até sua comercialização. Seu papel não se restringe a plantar e colher as árvores da forma correta, mas abrange o respeito às normas ambientais, às certificações e à capacidade regenerativa da floresta**.** Sua proposta é criar uma nova forma de planejar e praticar a atividade florestal e madeireira, incentivando o uso múltiplo de seus produtos e priorizando o contínuo florestal, que considera todos os tipos de floresta. Por isso, atua com florestas plantadas, nativas e exóticas, e com o manejo florestal de baixo impacto.

2. Base de preparação: a) Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi aprovada pela Diretoria da Companhia em 22 de março de 2024. **b) Base de mensuração:** As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas com base no custo histórico e valor justo por meio do resultado, exceto pelos ativos biológicos que foram mensurados ao valor justo menos o custo da venda. **c) Moeda funcional e moeda de apresentação**: As demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia e suas controladas. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **d) Uso de estimativas e julgamentos**: Para a preparação destas demonstrações financeiras consolidadas, a administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas prospectivamente. As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão detalhadas abaixo. ***Mensuração do valor justo****:* Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia e suas controladas requerem a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia e suas controladas usam dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma. • Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. • Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). • Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis). A Companhia e suas controladas estabeleceram uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos. Isso inclui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3. São revisados regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar os valores justos, então são analisadas as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem aos requisitos do CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas. A Companhia e suas controladas reconhecem as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças. ***Valor justo dos ativos biológicos****:* O cálculo do valor justo dos ativos biológicos leva em consideração diversas premissas com alto grau de julgamento, tais como preço estimado de venda, quantidade cúbica de madeira e incremento médio anual por região, divulgados na Nota 10. Quaisquer mudanças nessas premissas podem implicar a alteração do resultado do fluxo de caixa descontado e, consequentemente, na valorização ou desvalorização desses ativos. A Companhia e suas controladas revisaram as premissas utilizadas no cálculo do valor justo dos ativos biológicos e concluíram como apropriada a mudança, a partir de 2016, da premissa denominada "área plantada", para que as florestas imaturas (até dois anos de idade da data do plantio) sejam mantidas a custo histórico, uma vez que a administração entende que durante esse período, o custo histórico dos ativos biológicos se aproxima de seu valor justo.

3. Principais políticas contábeis: As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras consolidadas estão descritas a seguir e foram aplicadas de modo consistente nos períodos apresentados. **3.1. Consolidação: a) Controladas**: Controladas são todas as entidades, incluindo as entidades de propósito específico ("SPE"), nas quais a Companhia tem poder de determinar as políticas financeiras, estratégicas e operacionais, geralmente acompanhada de uma participação de mais da metade dos direitos a voto (capital votante). A existência e o efeito de possíveis direito a voto atualmente exercíveis ou conversíveis são considerados quando se avalia se a Companhia controla outra entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia e é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle. **b) Empreendimentos controlados em conjunto**: Acordos em conjunto são todas as entidades sobre as quais a Amata tem controle compartilhado com uma ou mais partes. Os investimentos em acordos em conjunto são classificados como empreendimentos controlados em conjunto (*joint venture*) dependendo dos direitos e das obrigações contratuais de cada investidor. Os investimentos em *joint venture* são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo. A participação da Companhia nos lucros ou prejuízos de sua *joint venture* é reconhecida na demonstração do resultado. Em 19 de outubro de 2023, a Companhia vendeu a sua participação na APN2 Plantio de Floresta Nativa S.A. ("APN2"). O valor da operação foi de R$ 6.156.181, resultando em um ganho líquido para a Amata de R$ 1.945.936,37, registrado a crédito no grupo Outras Receitas (Despesas) Líquidas. **c) Empresas incluídas nos quadros isolados das demonstrações financeiras consolidadas**: As práticas contábeis foram consistentemente aplicadas em todas as empresas consolidadas. Na consolidação foram eliminados os investimentos nas Controladas e a parcela correspondente dos seus patrimônios líquidos, assim como os saldos dos ativos e passivos decorrentes de transações realizadas entre as empresas consolidadas. As políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia. As seguintes empresas foram consolidadas nos quadros das demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2023 e de 2022:

	Participação no capital - % 2023	Participação no capital - % 2022
APE1 - Plantio de Floresta Exótica Ltda. ("APE1")	**67,71**	67,71
Florespar Florestal S.A. ("Florespar")	**100,00**	100,00

d) Participação dos não controladores: A Companhia trata as transações com não controladores que não resultam em perda de controle como transações com detentores do capital da Companhia. Nas compras de participações de não controladores, a diferença entre o valor pago e a participação correspondente adquirida no valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido e atribuída aos acionistas da controladora. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações de não controladores também são registrados diretamente no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial". **e) Transações eliminadas na consolidação**: Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável. **3.2. Moeda estrangeira: a) Transações em moeda estrangeira**: Transações de operações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades do Grupo. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da reconversão são geralmente reconhecidas no resultado. **3.3. Instrumentos financeiros:** A Companhia e suas controladas classificam seus ativos financeiros no reconhecimento inicial, sob a categoria de "Custo amortizado". A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. Os principais ativos financeiros da Companhia e suas controladas compreendem as rubricas de caixa, bancos e contas a receber de clientes. Os ativos são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia e suas controladas tenham transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. A Companhia e suas controladas desreconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia e suas controladas transferem os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia e suas controladas nos ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado. A Companhia e suas controladas desreconhecem um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia e suas controladas tenham o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **i) Ativos financeiros não derivativos - mensuração:** ***Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado****:* Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos conforme incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício. ***Custo amortizado****:* Esses ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. **ii) Passivos financeiros não derivativos**: Passivos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzido de quaisquer custos de transações atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. **3.4. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor. **3.5. Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor da transação e subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado, com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a perda estimada para redução ao valor recuperável das contas a receber. Uma provisão para perda estimada para redução ao valor recuperável das contas a receber é constituída quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia e suas controladas não receberá todos os valores devidos de acordo com as condições originais das contas a receber. **3.6. Estoques:** Os estoques são demonstrados ao custo. O custo é determinado pelo método de avaliação de estoque "custo médio ponderado". O custo dos produtos acabados e dos produtos em formação compreende matéria prima, mão de obra direta, embalagem, outros custos diretos e os respectivos gastos indiretos de produção (com base na capacidade operacional normal). Os estoques são avaliados quanto ao seu valor recuperável nas datas de balanço. Em caso de perda por desvalorização (*impairment*), esta é imediatamente reconhecida no resultado. **3.7. Ativos biológicos:** Ativos biológicos compreendem: (i) plantações de árvores nativas e exóticas, preponderantemente o paricá, cuja madeira é utilizada principalmente como insumo pelas indústrias de móveis e produção de compensados; (ii) eucalipto, cuja madeira é utilizada principalmente para produção de celulose e aglomerados e (iii) Pinus, cuja madeira é utilizada principalmente como insumo pelas indústrias de móveis, produção de compensados e indústria de escala (papel e celulose). Com base no CPC 29 -Ativo Biológico e Produto Agrícola, a Companhia e suas controladas mensuram seus ativos biológicos pelo valor justo utilizando o método de fluxo de caixa descontado. O período dos fluxos de caixa foi projetado de acordo com o ciclo de produtividade das áreas objeto de avaliação. O volume de produção de "madeira em pé" a ser cortada foi estimado considerando a produtividade média por metros cúbicos de madeira de cada plantação por hectare na idade de corte. O índice de produtividade média varia em função do material genético, condições edafoclimáticas (clima e solo) e dos tratamentos silviculturais. Esse componente de volume projetado consiste no Incremento Médio Anual ("IMA") por região. A determinação de um valor justo para os ativos biológicos constitui-se em um exercício de julgamento e estimativa que requer entendimento do negócio da Companhia e suas controladas, da utilização desse ativo no processo produtivo, das oportunidades e restrições de uso da madeira e, ainda, do ciclo de formação e crescimento da floresta e de estimativas para a comercialização futura deste produto. O ganho ou perda na variação do valor justo dos ativos biológicos são reconhecidos no resultado do período em que ocorrem, em linha específica da demonstração do resultado, denominada "variação no valor justo dos ativos biológicos". O aumento ou diminuição no valor justo é determinado pela diferença entre os valores justos dos ativos biológicos no início e no final do período avaliado. O valor da exaustão dos ativos biológicos é mensurado pela quantidade de madeira cortada, avaliada por seu valor justo. A Companhia e suas controladas definiram por efetuarem a mensuração do valor justo de seus ativos biológicos para cada encerramento de período, sob o entendimento de que esse intervalo é suficiente para que não haja defasagem significativa do valor justo dos ativos biológicos registrados em suas demonstrações financeiras. **3.8. Imobilizado:** Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição menos o valor da depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela administração. A Companhia e suas controladas incluem no valor contábil de um item do imobilizado o custo de peças de reposição somente quando for provável que este custo lhe proporcione benefícios econômicos futuros. O valor contábil das peças substituídas é baixado e todos os outros reparos e manutenções são contabilizados como despesas do exercício, quando incorridos. Os terrenos não são depreciados. A depreciação dos demais bens é calculada com base no método linear para alocação de custos, menos o valor residual durante a vida útil, que é estimada como segue:

	Vida útil estimada
Imóveis e obras civis	10 a 25 anos
Benfeitorias em imóveis de terceiros	de acordo com contrato
Móveis e utensílios	10 anos
Instalações	10 anos
Equipamentos	4 a 10 anos
Veículos	7 a 10 anos

Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil for maior que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas em alienações são determinados pela comparação do valor de venda com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas), líquidas" na demonstração do resultado. **3.9. Ativos intangíveis:** As licenças de programas de computador e os gastos iniciais com concessão pública são reconhecidos pelo valor justo na data da aquisição, têm vida útil definida e são apresentados pelo seu valor de custo menos amortização. A amortização é calculada pelo método linear para alocar o custo das licenças de uso de *software* e concessão pública, como segue:

	Vida útil estimada
Direito de uso de arrendamento	5 a 15 anos
Servidão de passagem onerosa	16 anos
Licença de uso de *software*	5 anos

3.10. Redução ao valor recuperável (impairment): i) Ativos financeiros não derivativos: Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, são avaliados a cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui: • Inadimplência ou atrasos do devedor; • Reestruturação de um valor devido para a companhia e suas controladas em condições que a companhia e suas controladas não considerariam em condições normais; • Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência; • Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores; • O desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou • Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros. ***Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado****:* A Companhia e suas controladas consideram evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto no nível individual como no nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares. Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia e suas controladas utilizam tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando o Grupo considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução na perda de valor é revertida por meio do resultado. ***Investidas contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial****:* Uma perda por redução ao valor recuperável referente a uma investida avaliada pelo método de equivalência patrimonial é mensurada pela comparação do valor recuperável do investimento com seu valor contábil. Uma perda por redução ao valor de recuperável é reconhecida no resultado e é revertida se houver uma mudança favorável nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável. **ii) Ativos não financeiros**: Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia e suas controladas, que não o imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente. Para testes de redução no valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, majoritariamente independente das entradas de caixa de outros ativos, ou Unidades Geradoras de Caixa ("UGCs"). O ágio de uma combinação de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma *pro rata*. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto aos outros ativos, as perdas de valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **3.11. Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos e financiamentos são inicialmente reconhecidos pelo valor justo da transação (ou seja, pelo valor recebido do banco, incluindo os custos da transação) e subsequentemente demonstrados pelo custo amortizado. As despesas com juros são reconhecidas com base no método de taxa de juros efetiva ao longo do prazo do empréstimo e registrados como despesas financeiras no resultado do exercício. **3.12. Fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. **3.13. Provisões:** As provisões, incluindo provisões para contingências, são reconhecidas quando: (i) a Companhia e suas controladas têm uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor possa ser estimado com segurança. Não são reconhecidas provisões para perdas operacionais futuras. **3.14. Benefícios a empregados e diretores:** A Companhia e suas controladas reconhecem um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em uma política que leva em conta o atingimento de metas anuais. Com base na política de remuneração, são avaliados os percentuais de atingimento das metas e então, é calculado e contabilizado o valor do bônus que será pago. **3.15. Reconhecimento de receita:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia e suas controladas. A receita é apresentada líquida de impostos, devoluções, abatimentos e descontos. Geralmente, o montante de receitas brutas é equivalente ao valor das notas fiscais emitidas. **a) Venda de produtos**: A receita com venda de produtos (madeira) no mercado atacadista é reconhecida no momento da entrega do produto. A entrega não ocorre até que: (i) os produtos tenham sido enviados para local especificado; (ii) os riscos de obsolescência e perda tenham sido transferidos para o comprador; (iii) o comprador tenha aceitado os produtos de acordo com o contrato de venda; e (iv) as disposições de aceitação tenham sido acordadas ou a Companhia e suas controladas tenham evidências objetivas de que todos os critérios para aceitação foram atendidos. **b) Prestação de serviços**: A receita é apresentada líquida de impostos incidentes sobre as vendas, sendo que eventual diferimento requerido em função de diferença de base contábil e fiscal do imposto é reconhecido em contrapartida da rubrica "Impostos diferidos". A receita diferida refere-se a contrato de parceria para plantio e está sendo apropriada de acordo com o prazo estipulado em contrato entre as partes. **c) Receita financeira**: A receita financeira é reconhecida com base no método da taxa de juros efetiva. **3.16. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido:** O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre diferenças temporárias entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras, ou de prejuízos ou créditos fiscais não utilizados, e são calculados com base em alíquotas de imposto e leis fiscais em vigor. Adicionalmente, os impostos diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afete o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal). Os impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. Os impostos diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço patrimonial quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. A administração avalia a realização dos créditos diferidos com base em projeções de resultados que são afetadas por premissas que podem sofrer alterações significativas. As alíquotas definidas atualmente para determinação desses impostos são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. Os encargos do imposto de renda e da contribuição social correntes são calculados com base nas leis tributárias em vigor ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. **3.17. Novos pronunciamentos, interpretações e alterações:** A Companhia não adotou, de forma antecipada, nenhum pronunciamento, interpretação ou alteração emitida que ainda não esteja em vigor. As interpretações e alterações que passaram a vigorar no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 não geraram impactos significativos nas demonstrações financeiras da Companhia.

Demonstrações dos resultados - Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 *(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

	Notas	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Receita de serviços e mercadorias	22	**245**	245	**17.295**	15.270
Custo dos serviços prestados e produtos vendidos	23	**(1)**	-	**(13.968)**	(12.193)
Lucro bruto		**244**	245	**3.327**	3.077
Despesas gerais e administrativas	23	**(5.222)**	(3.664)	**(12.675)**	(11.415)
Perda estimada para redução ao valor recuperável	23	**-**	17	**-**	16
Resultado de equivalência patrimonial	9	**(11.640)**	12.306	**48**	72
Variação no valor justo dos ativos biológicos	10	**-**	-	**(25.601)**	10.255
Outras receitas (despesas), líquidas	23	**2.133**	1.065	**13.732**	13.206
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		**(14.485)**	9.969	**(21.169)**	15.211
Receitas financeiras	24	**3.348**	1.131	**4.342**	1.988
Despesas financeiras	24	**(3.293)**	(3.067)	**(3.601)**	(3.341)
Lucro (prejuízo) operacional antes dos Tributos sobre o lucro das operações em continuidade	19	**(14.430)**	8.033	**(20.428)**	13.858
Imposto de renda e contribuição social diferidos		**-**	196	**5.811**	(5.985)
Lucro (prejuízo) das operações em continuidade		**(14.430)**	8.229	**(14.617)**	7.873
Operações descontinuadas - APE1					
Lucro (prejuízo) do exercício das operações descontinuadas antes dos tributos sobre o lucro das operações descontinuadas	25	**-**	-	**278**	526
Imposto de renda e contribuição social das operações descontinuadas		**-**	-	**-**	-
Lucro (prejuízo) do exercício		**(14.430)**	8.229	**(14.339)**	8.399
Atribuível a acionistas					
Controladores		**(14.430)**	8.229	**(14.430)**	8.229
Não controladores		**-**	-	**91**	170
		(14.430)	8.229	**(14.339)**	8.399
Quantidade média de ações em circulação - em milhares		**-**	-	**73.441**	73.441
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação - R$		**-**	-	**(0,1952)**	0,11400

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações dos resultados abrangentes - Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 *(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Lucro (prejuízo) do exercício	**(14.430)**	8.229	**(14.339)**	8.399
Outros componentes do resultado abrangente	**-**	-	**-**	-
Total do resultado abrangente do período	**(14.430)**	8.229	**(14.339)**	8.399
Atribuível a acionistas				
Controladores	**(14.430)**	8.229	**(14.430)**	8.229
Não controladores	**-**	-	**91**	170
	(14.430)	8.229	**(14.339)**	8.399

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

4. Caixa e equivalentes de caixas

	Taxa média de remuneração das aplicações (% a.a.)	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Caixa e bancos (i)		**10**	**170**	**187**	621
CDB DI	97% do CDI	**-**	**-**	**4.653**	4.131
CDB DI	98% do CDI	**-**	**-**	**7.257**	-
CDB DI	99% do CDI	**647**	**3.186**	**647**	9.692
CDB DI	100% do CDI	**19.556**	**3.438**	**22.303**	9.704
CDB DI	101% do CDI	-	-	**2.046**	-
Total		**20.213**	**6.794**	**37.093**	24.148

As aplicações financeiras referem-se principalmente aos ativos de renda fixa, remunerados a taxas atreladas ao Certificado de Depósito Interbancário (CDI), que variam entre 97% a 101%. Estas aplicações são resgatáveis a qualquer momento pela Companhia e por suas subsidiárias, sem ônus. A Companhia mantém suas disponibilidades e aplicações financeiras em bancos de primeira linha.

5. Contas a receber de clientes: Abaixo composição das contas a receber por vencimento:

Contas a receber líquida

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Contas a receber de clientes	**1.750**	10.416	**2.817**	10.528
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	**-**	-	**(86)**	(86)
	1.750	10.416	**2.731**	10.442
Circulante	**1.750**	8.241	**2.731**	8.267
Não circulante	**-**	2.175	**-**	2.175
Total	**1.750**	10.416	**2.731**	10.442

Contas a receber por vencimento

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
A vencer	**1.750**	10.360	**2.342**	10.163
Vencidos até 30 dias	**-**	-	**321**	-
Vencidos acima de 30 dias	**-**	6	**35**	22
Vencidos acima de 90 dias	**-**	50	**33**	343
Total	**1.750**	10.416	**2.731**	10.528

Movimentação da perda estimada para redução ao valor recuperável

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Saldo no início do exercício	**-**	(17)	**(86)**	(808)
Perda efetiva	**-**	17	**-**	722
Adições	**-**	-	**-**	-
	-	-	**(86)**	(86)

6. Estoques

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Estoque de insumo (i)	**-**	-	**174**	231
Toras - Florespar	**-**	-	**57**	-
Clt e Glulam	**24**	24	**24**	24
Estoque de produtos - peças	**-**	-	**-**	-
Total	**24**	24	**255**	255

(i) Refere-se à matéria-prima para o plantio e manutenção essencialmente dos ativos biológicos "floresta em formação". Esses itens são representados em sua maioria por mudas, herbicidas e fertilizantes.

7. Impostos e contribuições a recuperar

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre aplicação financeira	**37**	23	**262**	171
Saldo credor IRPJ anos anteriores	**24**	1.101	**1.013**	1.872
Programa de Integração Social (PIS)	**-**	-	**11**	11
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	**2**	2	**51**	51
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)	**224**	224	**294**	313
Outros	**-**	353	**7**	353
Total	**287**	1.703	**1.638**	2.771
Circulante	**287**	1.703	**1.638**	2.771
Não circulante	**-**	-	**-**	-
Total	**287**	1.703	**1.638**	2.771

8. Outros ativos

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Seguros a apropriar e outros ativos	**4.653**	378	**5.499**	1.201
Total	**4.653**	378	**5.499**	1.201
Circulante	**1.209**	378	**1.587**	704
Não circulante	**3.444**	-	**3.912**	497
Total	**4.653**	378	**5.499**	1.201

9. Investimentos

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Florespar Florestal S/A	**159.192**	171.068	**-**	-
APE1 Plantio de Floresta Exótica S/A	**2.426**	2.238	**-**	-
APN2 Plantio de Floresta Nativa S/A	**-**	5.550	**-**	5.550
Total	**161.618**	178.856	**-**	5.550

Movimentação do investimento: As informações financeiras das controladas estão demonstradas a seguir:

	Florespar	APE1	APN2	ANC	Controladora Total	Consolidado APN2	Consolidado Total
Investimento em 31 de dezembro de 2021	159.193	1.881	5.477	-	166.551	5.477	5.477
Resultado da equivalência patrimonial	11.875	357	73	-	12.305	73	73
Aumento de capital	-	-	-	-	-	-	-
Investimento em 31 de dezembro de 2022	171.068	2.238	5.550	-	178.856	5.550	5.550
Resultado da equivalência patrimonial	**(11.876)**	**188**	**48**	**-**	**(11.640)**	**48**	**48**
Venda - APN2	**-**	**-**	**(5.598)**	**-**	**(5.598)**	**(5.598)**	**(5.598)**
Aumento (redução) de capital	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Investimento em 31 de dezembro de 2023	**159.192**	**2.426**	**-**	**-**	**161.618**	**-**	**-**

Demonstrações dos fluxos de caixa - Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 *(Em milhares de reais exceto quando indicado de outra forma)*

	Notas	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Fluxos de caixa de atividades operacionais					
Resultado antes dos impostos - operações continuadas		**(14.430)**	8.033	**(20.428)**	13.858
Resultado antes dos impostos - operações descontinuadas	25	**-**	-	**278**	526
Fluxos de caixa de atividades operacionais					
Resultado antes dos impostos		**(14.430)**	8.033	**(20.150)**	14.384
Ajustes de:					
Resultado de equivalência patrimonial	9	**11.640**	(12.306)	**(48)**	(72)
Redução do investimento pela venda de controlada		**5.598**	-	**5.598**	-
Variação no valor justo dos ativos biológicos	10	**-**	-	**25.601**	(10.255)
Depreciação	11	**72**	255	**1.106**	1.277
Amortização Intangível		**19**	(46)	**252**	46
Amortização do direito de uso de contratos de arrendamento	12	**828**	264	**828**	264
Apropriação de encargos financeiros de contratos de arrendamento	12	**500**	881	**500**	881
Baixa arrendamento mercantil imóvel Henri Dunant	12	**-**	(678)	**-**	(678)
Baixa arrendamento mercantil Fazenda Cedro		**1.257**	-	**1.257**	-
Exaustão	10	**-**	-	**6.353**	5.650
Perda estimada para redução ao valor recuperável	5	**-**	17	**-**	104
Ajuste de arrendamento em função da mudança de taxa		**114**	(2.483)	**114**	(2.483)
Perda nos estoques		**-**	-	**-**	38
(Ganho)/perda na alienação de ativo imobilizado		**5**	-	**-**	-
Provisão para contingências	20	**(28)**	(966)	**(37)**	(776)
Variação cambial não realizada		**-**	-	**170**	-
Juros sobre aquisição de controlada	14	**2.350**	**-**	**2.350**	**-**
Juros sobre empréstimos	16	-	-	**222**	1.570
Ajuste avaliação patrimonial de terrenos		**-**	576	**-**	576
Reversão de impairment		**-**	(305)	**-**	(3.760)
		7.925	(6.758)	**24.116**	6.766
Variações em:					
Contas a receber de clientes		**8.665**	10.281	**7.539**	10.260
Estoques		**-**	-	**-**	33
Adiantamento a fornecedores		**68**	93	**(68)**	140
Impostos a recuperar	7	**1.415**	(474)	**1.133**	(135)
Outros ativos	8	**(4.275)**	522	**(4.297)**	687
Ativo mantido para venda		-	-	**(1)**	**-**
Dividendos a Receber		**2.720**	(2.720)	**-**	-
Fornecedores	13	**936**	(707)	**(949)**	773
Títulos a pagar	14	**(1.268)**	1.596	**(1.268)**	1.596
Salários e encargos sociais e provisão de bônus	15	**(3)**	(931)	**260**	(1.487)
Tributos a pagar	17	**(2)**	(268)	**627**	(465)
Dividendos a pagar		**-**	-	**-**	(1.000)
Adiantamento de clientes		**-**	(987)	**(70)**	(5.713)
Outros passivos		**-**	(60)	**-**	(60)
Créditos/débitos com partes relacionadas		**-**	(1.289)	**-**	(6.106)
Caixa gerado pelas atividades operacionais		**16.181**	1.702	**27.022**	5.289
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	16	**-**	**-**	**(73)**	(250)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		**16.181**	1.702	**26.949**	5.039
Fluxos de caixa das atividades de investimento					
Baixa (aquisição) de imobilizado		**-**	321	**-**	(747)
Baixa de intangíveis		**-**	308	**-**	213
Aquisição de imobilizado		**(14)**	-	**(788)**	-
Aquisição de intangíveis		**(1)**	-	**(225)**	-
Baixa (aquisição) de Ativos Biológicos		**-**	-	**(7.139)**	(967)
Fluxo de caixa proveniente das (utilizado nas) atividades de investimento		**(15)**	629	**(8.152)**	(1.501)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Pagamento de contratos de arrendamentos	12	**(2.747)**	(581)	**(2.748)**	(581)
Pagamento de empréstimos	16	**-**	-	**(1.807)**	(3.177)
Distribuição de dividendos		**-**	-	**(1.297)**	-
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento		**(2.747)**	(581)	**(5.852)**	(3.758)
Aumento (redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa		**13.419**	(1.654)	**12.945**	(220)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		**6.794**	8.448	**24.148**	24.368
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		**20.213**	6.794	**37.093**	24.148
Operações que não afetam o caixa e equivalentes de caixa					
Redução de capital com resgate de ações preferenciais		**-**	**-**	**-**	**-**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

	Participação societária (%)	Ativo total	Passivo total	Patrimônio líquido	Resultado líquido do exercício
Controladas					
Florespar Florestal S/A	100%	191.283	32.092	159.192	(11.880)
APE1 Plantio de Floresta Exótica S/A	67,71%	3.920	338	3.583	278

	Florespar	APE1	APN2
Em 31 de dezembro de 2022			
Quantidade de ações total	91.145.639	1.237.353	19.097.078
Quantidade de ações Amata	91.145.639	837.812	9.548.539
Participação societária	100%	67,71%	50%
Capital social	104.039	1.518	19.097
Lucro (prejuízo) do exercício	11.878	526	144
Em 31 de dezembro de 2023			
Quantidade de ações total	**91.145.639**	**1.237.353**	**-**
Quantidade de ações Amata	**91.145.639**	**837.812**	**-**
Participação societária	**100%**	**67,71%**	**-**
Capital social	**104.039**	**1.518**	**-**
Lucro (prejuízo) do exercício	**11.880**	**278**	**-**

Investimento controlado em conjunto: Em dezembro de 2023 a Companhia vendeu a totalidade da sua participação na APN2 Plantio de Floresta Nativa S/A. ("APN2").

10. Ativo biológico: Os ativos biológicos estão representados pelas florestas de pinus e eucaliptos. As florestas encontram-se localizadas no Estado do Paraná.

Consolidado	Pinus	Eucalipto	Paricá	Total
Em 31 de dezembro de 2021				
Valor contábil líquido	132.143	2.646	-	134.789
Adições	7.088	-	-	7.088
Baixas	(6.121)	-	-	(6.121)
Variação no valor justo	10.071	184	-	10.255
Reduções por corte/venda (exaustão)	(5.650)	-	-	(5.650)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	137.531	2.830	-	140.361
Adições	**7.139**	**-**	**-**	**7.139**
Baixas	**-**	**-**	**-**	**-**
Variação no valor justo	**(26.357)**	**756**	**-**	**(25.601)**
Reduções por corte/venda (exaustão)	**(2.767)**	**(3.586)**	**-**	**(6.353)**
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**115.546**	**-**	**-**	**115.546**

As principais premissas utilizadas na elaboração do fluxo de caixa descontado são as seguintes:

	2023 Pinus	2023 Eucalipto PR	2023 Eucalipto MS	2022 Pinus	2022 Eucalipto PR	2022 Eucalipto MS
Área plantada (hectare)	**7.388**	**-**	**-**	7.388	156	-
Idade média	**9,58**	**-**	**-**	9,58	5	-

O preço líquido médio de venda considerado, para as espécies Pinus e Eucalipto, foram projetados com base no preço estimado no mercado local, em estudo de mercado e amostras de algumas pesquisas de transações, ajustado para refletir o preço da "madeira em pé com casca" por região. A taxa de desconto utilizada para descontar o fluxo de caixa foi de 11,77% ao ano (2022 - 10,6% ao ano), após os efeitos tributários. O custo padrão médio estimado contempla gastos com as atividades de roçada, controle químico de mato competição, combate a formigas e outras pragas, adubação, manutenção de estradas, insumos e serviços de mão de obra. Foram também considerados os efeitos tributários com base nas alíquotas vigentes, bem como os ativos que contribuem, tais como o ativo imobilizado e terras próprias. Os plantios de pinus possuem planos para colheita final entre 15 e 18 anos, sem novos desbastes planejados. A Companhia e suas controladas administram os riscos financeiros relacionados com a atividade agrícola de forma preventiva. Nos casos de riscos relacionados a sinistros decorrentes de incêndios é feito o monitoramento constante de equipes de vigilância, utilização de sistemas de imagem por satélite e com treinamentos constantes de brigadas de incêndio para combate de fogo em áreas florestais. **i) Riscos regulatórios e ambientais**: A Companhia e suas controladas estão sujeitas a leis e regulamentações no país em que opera. A Companhia estabeleceu políticas e procedimentos ambientais voltados ao cumprimento de leis ambientais locais e outras. **ii) Risco de oferta e demanda**: A Companhia e suas controladas estão expostas a riscos decorrentes da flutuação de preços e do volume de venda de madeira. Quando possível, a Companhia e suas controladas administram esse risco alinhando seu volume de corte com a oferta e demanda do mercado. A administração realiza análises regulares de tendências da indústria para volumes projetados de corte e preço. **iii) Riscos climáticos e outros**: As plantações da Companhia e suas controladas estão expostas aos riscos de danos causados por mudanças climáticas, doenças, incêndios florestais e outras forças da natureza. A Companhia e suas controladas possuem processos extensos em funcionamento voltados ao monitoramento e à redução desses riscos, incluindo inspeções regulares da saúde florestal e análises da indústria para doenças e pragas. Nos casos de riscos relacionados a sinistros decorrentes de incêndios é feito o monitoramento constante de equipes de vigilância, utilização de sistemas de imagem por satélite e com treinamentos. ***Análise de sensibilidade****:* O cálculo do valor justo dos ativos biológicos se enquadra no Nível 3 da hierarquia estabelecida no CPC 46 (equivalente ao IFRS 13) - Mensurações do Valor Justo, por conta da complexidade e estrutura do cálculo. As principais premissas, IMA, taxa de desconto e preço de venda, destacam-se como sendo as de maior sensibilidade em que aumentos ou reduções nessas premissas geram ganhos ou perdas relevantes na mensuração do valor justo.

11. Imobilizado

Controladora	Terrenos	Imóveis e obras civis	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Móveis e utensílios	Instalações e equipamentos	Veículos	Imobilizado em andamento	Total
Em 31 de dezembro de 2021								
Saldo inicial	271	327	341	72	119	167	15	1.312
Aquisições	-	-	-	-	-	-	-	-
Reversão ajuste avaliação patrimonial	(576)	-	-	-	-	-	-	(576)
Reversão impairment	305	-	-	-	-	-	-	305
Baixas	-	(23)	(154)	(55)	(32)	(57)	-	(321)
Depreciações	-	(49)	(120)	(17)	(33)	(36)	-	(255)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	-	255	67	-	54	74	15	465
Aquisições	**-**	**-**	**-**	**-**	**14**	**-**	**-**	**14**
Baixas	**-**	**-**	**-**	**-**	**(4)**	**-**	**-**	**(4)**
Depreciações	**-**	**(47)**	**-**	**-**	**-**	**(25)**	**-**	**(72)**
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**-**	**208**	**67**	**-**	**64**	**49**	**15**	**403**

continua...

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001. A autenticidade pode ser conferida ao lado

ICP Brasil

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 17/05/2024

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal O Dia SP. Acesse também através do link: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL O DIA SP.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 7758-B31D-FCFC-A067.

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL O DIA SP.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 7758-B31D-FCFC-A067.

...continuação

AMATA S.A. E SUAS CONTROLADAS - CNPJ Nº 07.909.776/0001-78

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas - 31 de dezembro de 2023 *(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

Consolidado	Terrenos	Imóveis e obras civis	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Móveis e utensílios	Instalações e equipamentos	Veículos	Imobilizado em andamento	Total
Em 31 de dezembro de 2021								
Saldo inicial	49.132	2.648	422	128	4.087	794	14	57.225
Aquisições	-	-	42	73	153	1.087	1	1.356
Reversão ajuste avaliação patrimonial	(576)	-	-	-	-	-	-	(576)
Reversão impairment	3.760	-	-	-	-	-	-	3.760
Baixas	-	(25)	(153)	(56)	(77)	(298)	-	(609)
Depreciações	-	(242)	(127)	(27)	(706)	(175)	-	(1.277)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	52.316	2.381	184	118	3.457	1.408	15	59.879
Aquisições	**254**	**-**	**-**	**-**	**785**	**5**	**-**	**1.044**
Transferências	**601**	**-**	**-**	**-**	**(601)**	**-**	**-**	**-**
Baixas	**-**	**-**	**-**	**-**	**(190)**	**(65)**	**-**	**(255)**
Depreciações	**-**	**(238)**	**(8)**	**(17)**	**(709)**	**(134)**	**-**	**(1.106)**
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**53.171**	**2.143**	**176**	**101**	**2.742**	**1.214**	**15**	**59.562**

12. Direito de uso sobre contratos de arrendamentos a pagar

Controladora

Efeito do IFRS 16 no Balanço Patrimonial da Controladora em

ATIVO	31/12/2023	31/12/2022	PASSIVO	31/12/2023	31/12/2022
Circulante	**-**	-	**Circulante**	**972**	1.393
	-	-	Passivos de arrendamentos	**972**	1.393
Não circulante	**2.343**	4.718	**Não circulante**	**1.687**	3.687
Direito de uso dos ativos	**2.620**	6.127	Passivos de arrendamentos	**1.687**	3.687
Amortização acumulada	**(277)**	(1.409)			
Total	**2.343**	4.718	**Total**	**2.659**	5.080

Consolidado

Efeito do IFRS 16 no Balanço Patrimonial da Controladora em

ATIVO	31/12/2023	31/12/2022	PASSIVO	31/12/2023	31/12/2022
Circulante	**-**	-	**Circulante**	**972**	1.393
	-	-	Passivos de arrendamentos	**972**	1.393
Não circulante	**2.343**	4.718	**Não circulante**	**1.687**	3.687
Direito de uso dos ativos	**2.620**	6.127	Passivos de arrendamentos	**1.687**	3.687
Amortização acumulada	**(277)**	(1.409)			
Total	**2.343**	4.718	**Total**	**2.659**	5.080

a) Política contábil e premissas para o reconhecimento: O direito de uso dos ativos e o passivo dos arrendamentos são reconhecidos pelo valor futuro das contraprestações assumidas no contrato, trazidos ao valor presente líquido. O direito de uso dos ativos é amortizado em bases lineares pelo prazo vigente do contrato no resultado do exercício na linha competente a sua natureza ("Custo dos produtos vendidos" / "Despesas Administrativas" /"Despesas Comerciais"), assim como as despesas de juros, correspondentes a amortização do ajuste ao valor presente líquido dos contratos, são alocadas no "Resultado financeiro". A depreciação do ativo de direito de uso é calculada pelo método linear de acordo com o prazo remanescente de cada contrato. A Companhia reconhece seu Ativo de direito de uso e Passivo de arrendamentos considerando as seguintes premissas: (i) Operações com contratos firmados por mais de 12 meses entram no escopo da norma. A Companhia avaliou os aspectos de renovação em sua metodologia e por não identificar aspectos de renovação optou por não considerar as renovações dos contratos, haja visto que os ativos envolvidos em sua operação não são indispensáveis para a condução de seus negócios, podendo ser substituídos ao término do contrato por novos ativos adquiridos ou por outras operações que não as mesmas pactuadas. (ii) Contratos que envolvam o uso de ativos subjacentes de baixo valor. (iii) Considera-se somente operações que envolvam ativos específicos definidos no contrato ou de uso exclusivo ao longo do período do contrato. (iv) Inclusão dos impostos recuperáveis na definição das contraprestações assumidas dos contratos em que seja aplicável. (v) A metodologia utilizada na apuração do valor presente líquido dos contratos corresponde ao fluxo de caixa das contraprestações assumidas descontadas pela taxa de desconto definida para a classe do ativo. (vi) A taxa de desconto para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi baseada nas taxas de juros livres de riscos observadas no mercado brasileiro e ajustadas à realidade da Companhia, para as operações de arrendamento de terras florestais e de imóveis administrativos foi 9,5%. As taxas foram obtidas por operações financiamentos para ativos destas classes por meio de sondagens junto aos bancos que atendem a Companhia, líquidas de inflação. (vii) A remensuração para refletir qualquer reavaliação ou modificações do arrendamento será feita no mês de aniversário de um ano de cada contrato (reset), na qual a Companhia avaliará a necessidade de reajustes nos pagamentos mensais e anuais e, caso aplicável, os reajustes serão realizados no ativo contra o passivo de arrendamentos. As operações de arrendamento da Companhia em vigência em 31 de dezembro de 2022 não possuem cláusulas de restrições que imponham a manutenção de índices financeiros, assim como não apresentam cláusulas de pagamentos variáveis que devam ser consideradas, ou cláusulas de garantia de valor residual e opções de compra ao final dos contratos. **b) Composição e movimentação sumária dos ativos de direito de uso e passivos de arrendamentos**: Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui 1 contratos de arrendamento na controladora (em 31 de dezembro de 2022, 3 na controladora) reconhecidos em seu balanço patrimonial.

Controladora

Direito de uso dos ativos	31/12/2022	Reajuste de Contrato	Amortização	Adições/ Baixas	31/12/2023
Terras	4.718	**73**	**(1.191)**	**(1.256)**	**2.344**
Total no ativo	4.718	**73**	**(1.191)**	**(1.256)**	**2.344**

Passivos dos arrendamentos	31/12/2022	Reajuste de Contrato	Juros	Pagamentos	Adições/ Baixas	Trans. CP/LP	31/12/2023
Passivo circulante	1.393	**(62)**	**-**	**(1.343)**	**(359)**	**1.343**	**972**
Passivo não circulante	3.687	**(112)**	**415**	**-**	**(960)**	**(1.343)**	**1.687**
Total no passivo	5.080	**(174)**	**415**	**(1.343)**	**(1.319)**	**-**	**2.659**

Consolidado

Direito de uso dos ativos	31/12/2022	Reajuste de Contrato	Amortização	Adições/ Baixas	31/12/2023
Terras	4.718	**73**	**(1.191)**	**(1.256)**	**2.344**
Total no ativo	4.718	**73**	**(1.191)**	**(1.256)**	**2.344**

Passivos dos arrendamentos	31/12/2022	Reajuste de Contrato	Juros	Pagamentos	Adições/ Baixas	Trans. CP/LP	31/12/2023
Passivo circulante	1.393	**(62)**	**-**	**(1.343)**	**(359)**	**1.343**	**972**
Passivo não circulante	3.687	**(112)**	**415**	**-**	**(960)**	**(1.343)**	**1.687**
Total no passivo	5.080	**(174)**	**415**	**(1.343)**	**(1.319)**	**-**	**2.659**

13. Fornecedores

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
A vencer	**284**	116	**1.336**	1.713
Vencidos a mais de 30 dias	**43**	10	**50**	16
Provisões	**1.144**	409	**1.369**	1.975
Total	**1.471**	535	**2.755**	3.704

São compostos por compromissos a pagar de curto prazo, substancialmente com vencimentos até 90 dias, relativos a gastos com as atividades operacionais, imobilizados e despesas comerciais.

14. Títulos a pagar

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Aquisição Controlada (i)	**19.560**	18.478	**19.560**	18.478
Outros	**-**	-	**-**	-
Total	**19.560**	18.478	**19.560**	18.478
Circulante	**1.956**	1.406	**1.956**	1.406
Não circulante	**17.604**	17.072	**17.604**	17.072
Total	**19.560**	18.478	**19.560**	18.478

(i) Refere-se às parcelas da aquisição da Controlada retidas conforme previsão contratual para servir de garantia a eventuais em contingências fundiárias, e que serão liberadas ao longo dos próximos anos. Os pagamentos se iniciaram em abril/2016.

15. Salários e encargos sociais e provisão de bônus: A Companhia e suas controladas realizam anualmente uma provisão de bônus por atingimento de metas. O valor contempla benefícios de Participação nos Lucros e Resultados (PLR), remunerações variáveis bem como os encargos sociais, representados na tabela a seguir:

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Férias e salários	**-**	3	**445**	364
Encargos s/ férias e salários	**-**	3	**337**	172
Provisão de bônus	**5**	2	**279**	265
Encargos s/ bônus	**-**	-	**-**	-
Total	**5**	8	**1.061**	801

Remuneração do pessoal-chave da administração: O valor agregado da remuneração paga aos administradores (Conselho de Administração, Diretoria e membros do Comitê Executivo) por serviços prestados nas respectivas áreas de competências está representado a seguir:

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Salários e encargos	**-**	-	**-**	-
Serviços de terceiros	**-**	750	**-**	1.437
Bônus e participação nos resultados	**-**	300	**-**	552
Total	**-**	1.050	**-**	1.989

16. Empréstimos e financiamentos: A Companhia e suas controladas contrataram financiamentos dos tipos: • Programa ABC junto ao BNDES em 2019 na controlada Florespar, operação no valor total de R$5.000, tendo sido desembolsado até a data-base o montante de R$5.000. Para garantir esta operação, foi negociada alienação fiduciária de imóveis (matrículas 16471 e 16473). • Quitação dos empréstimos em virtude da venda de determinados ativos. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o valor justo dos financiamentos se aproxima do valor contábil. A seguir, são demonstradas as principais características de cada linha de empréstimo e financiamento contratada e em aberto em 31 de dezembro de cada ano:

Data da contratação	Principal	Vencimento da última parcela	Taxa de juros	Moeda nacional Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Outubro/2019	1.500.000	Outubro/2024	7% a.a.	**-**	-	**505**	1.011
Dezembro/2020	2.500.000	Outubro/2024	7% a.a.	**-**	-	**785**	1.603
Dezembro/2021	1.000.000	Outubro/2024	7% a.a.	**-**	-	**320**	655
				-	-	**1.610**	3.269
Circulante				**-**	-	**1.610**	1.383
Não circulante				**-**	-	**-**	1.886
Total				**-**	-	**1.610**	3.269

Movimentação de empréstimos e financiamentos

	Controladora	Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2021	-	5.125
Captações	-	-
Juros apropriados	-	1.570
Liquidação de principal	-	(3.177)
Liquidação de juros	-	(250)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	-	3.268
Captações	**-**	**-**
Juros apropriados	**-**	**222**
Liquidação de principal	**-**	**(1.807)**
Liquidação de juros	**-**	**(73)**
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**-**	**1.610**

17. Tributos a recolher

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Parcelamento REFIS (i)	**-**	-	**568**	618
Outros	**45**	315	**855**	181
Total	**45**	315	**1.423**	799
Circulante	**45**	47	**955**	299
Não circulante	**-**	-	**468**	497
Total	**45**	47	**1.423**	796

(i) Em dezembro de 2014, a Companhia aderiu ao Programa de Recuperação Fiscal, instituído pela Lei nº 12.996/14, cujo objetivo é regularizar os passivos fiscais por meio de um sistema especial de pagamento e de parcelamento de obrigações fiscais e previdenciárias. A Companhia aguarda a consolidação dos débitos pela Receita Federal do Brasil. Os débitos incluídos no programa referem-se substancialmente ao Imposto Territorial Rural não recolhido pela controlada Florespar, na gestão do antigo controlador, relativos aos exercícios de 2005, 2008, 2009 e 2010.

18. Adiantamento de clientes: A Florespar recebeu valores como adiantamento de clientes referentes a plantios que serão realizados nos próximos anos. Esses valores serão remanejados para a conta de ativo biológico conforme realização dos plantios. A APE1 recebeu valores como adiantamento de clientes referente a venda maciço florestal da operação no Mato Grosso do Sul.

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Adiantamento de clientes	**-**	-	**43**	113
Total	**-**	-	**43**	113
Circulante	**-**	-	**43**	113
Não circulante	**-**	-	**-**	-
Total	**-**	-	**43**	113

19. Imposto de renda e contribuição social diferidos

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Prejuízos fiscais	**-**	-	**3.661**	7.630
IRPJ Alíquota de 25%	**-**	-	**2.692**	5.610
CSLL Alíquota de 9%	**-**	-	**969**	2.020
Diferenças temporárias	**-**	-	**290**	747
IRPJ Alíquota de 25%	**-**	-	**213**	549
CSLL Alíquota de 9%	**-**	-	**77**	198
Exaustão fair value de ativos biológicos	**-**	-	**7.032**	5.500
IRPJ Alíquota de 25%	**-**	-	**5.171**	4.044
CSLL Alíquota de 9%	**-**	-	**1.861**	1.456
Impairment terrenos	**-**	-	**-**	-
IRPJ Alíquota de 25%	**-**	-	**-**	-
CSLL Alíquota de 9%	**-**	-	**-**	-
Ajuste a valor justo de ativos biológicos	**-**	-	**(23.506)**	(32.210)
IRPJ Alíquota de 25%	**-**	-	**(17.284)**	(23.684)
CSLL Alíquota de 9%	**-**	-	**(6.222)**	(8.526)
Deemed cost terrenos	**-**	-	**(13.939)**	(13.941)
IRPJ Alíquota de 25%	**-**	-	**(10.249)**	(10.250)
CSLL Alíquota de 9%	**-**	-	**(3.690)**	(3.691)
Total Impostos diferidos - Líquidos	**-**	-	**(26.462)**	(32.274)
Total de IRPJ	**-**	-	**(19.457)**	(23.731)
Total de CSLL	**-**	-	**(7.005)**	(8.543)
Impostos diferidos transferidos para passivo mantido para venda	**-**	-	**-**	-
Impostos diferidos após a transferência para passivo mantido para venda	**-**	-	**(26.462)**	(32.274)

A reconciliação do valor contabilizado no resultado do exercício é a seguinte:

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Prejuízo antes do IRPJ e da CSLL	**(14.430)**	8.033	**(20.150)**	13.858
Imposto de renda e contribuição social à taxa nominal - 34%	**-**	(2.731)	**6**	(4.712)
Demonstrativo da origem da despesa de imposto de renda efetiva				
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	**-**	-	**-**	(8.410)
Diferenças temporárias dedutíveis	**-**	196	**5.811**	22.425
Imposto de renda e contribuição social diferidos do exercício	**-**	196	**5.811**	(5.985)
Taxa efetiva - %	**-**	(2,43%)	**28,84%**	43,18%

20. Provisão para contingências: A Amata e suas controladas são partes envolvidas em processos trabalhistas, cíveis e tributários que se encontram em instâncias diversas. As provisões para contingências, constituídas para fazer face às potenciais perdas decorrentes dos processos em curso são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da administração, fundamentada na opinião de seus assessores jurídicos internos e externos. A administração e os assessores jurídicos estimam que para alguns destes casos a probabilidade de perda é provável e, dessa maneira, foi constituída uma provisão adicional de R$ 35 e uma reversão de R$ 72 (R$ 998 - em 31 de dezembro de 2022) no consolidado e uma reversão de R$ 28 em 2023 na controladora. Conforme demonstrado na Nota 8, caso as contingências assumidas pela aquisição da Florespar venham a ser liquidadas, a Companhia possui o direito de ser reembolsada pelos antigos proprietários. A Amata também é ré em outros processos em andamento cujo prognóstico de perda é considerado como possível, e que não são passíveis de provisão contábil, nos montantes de R$ 6.431 (R$ 8.598 - em 31 de dezembro de 2022). Em 10.11.2022, a Florespar Florestal S.A. ("Florespar") foi notificada quanto ao Auto de Infração nº 147236, lavrado na mesma data pelo Batalhão de Polícia Ambiental - Força Verde pela suposta conduta de "danificar vegetação nativa em estágio médio de regeneração do bioma Mata Atlântica, contendo no seu interior espécies especialmente protegidas, em uma área correspondente a 19,70 hectares, sem a devida autorização do órgão ambiental competente", tendo sido aplicada a penalidade de multa no valor de R$ 210 (duzentos e dez mil reais), além de embargo da "continuidade do corte de vegetação nativa para substituição em vegetação exótica (Pinus) na área objeto do Auto de Infração". Após ter realizado a audiência de conciliação com o Instituto Água e Terra ("IAT") em 16.12.2022, a qual restou infrutífera, a Florespar apresentou tempestivamente a sua defesa administrativa em 5.1.2023, requerendo que a autoridade julgadora: (i) preliminarmente, declare nulo o Auto de Infração nº 147236 por vício formal devido ao não preenchimento dos requisitos formais para lavratura da autuação, notadamente por não conter a correta identificação do suposto tipo infracional, uma vez que a Florespar não realizou corte em vegetação nativa em estágio médio de regeneração, tampouco realizou o corte de espécie ameaçada de extinção; (ii) no mérito, cancele o Auto de Infração, afastando-se as penalidades de multa e de embargo aplicadas, em razão da inexistência de conduta apta a ensejar a responsabilidade administrativa da Florespar; (iii) subsidiariamente, na hipótese de manutenção da autuação, reduzir a multa aplicada ao mínimo legal, aplicando-se a atenuante prevista na legislação vigente por cooperação com o órgão ambiental; e (iv) por fim, caso mantida a autuação, a conversão da penalidade em serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente, em projeto a ser designado pelo órgão ambiental. Atualmente, a Florespar aguarda o julgamento da defesa administrativa em 1ª instância administrativa.

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Contingência trabalhista	**75**	103	**553**	590
Contingência cível	**-**	-	**118**	118
Total	**75**	103	**671**	708

Controladora

	Saldo em 31/12/2022	Adições	Reversões	Liquidação de processos	Saldo em 31/12/2023
Contingência trabalhista	103	**-**	**(28)**	**-**	**75**
Contingência cível	-	**-**	**-**	**-**	**-**
Total	103	**-**	**(28)**	**-**	**75**

Consolidado

	Saldo em 31/12/2022	Adições	Reversões	Liquidação de processos	Saldo em 31/12/2023
Contingência trabalhista	590	**35**	**(72)**	**-**	**553**
Contingência cível	118	**-**	**-**	**-**	**118**
Total	708	**35**	**(72)**	**-**	**671**

21. Patrimônio líquido: Capital Social: Em 2021, houve a redução de R$94.043 no capital, dessa forma, o capital social integralizado em 31 de dezembro de 2021 passou a ser de R$272.707 (2020 - R$366.750), estando representado por 68.273.137 ações ordinárias nominativas (2020 - 106.692.364 em ações ordinárias). **Reserva de capital**: A reserva de capital representa o valor excedente ao preço de emissão na emissão de ações conforme Ato Societário de 16 de dezembro de 2014. **Debêntures perpétuas conversíveis em ações**: Em dezembro de 2021, foi aprovado o resgate de 2.908.108 debêntures registradas pelo valor de R$9.073. O pagamento das debêntures aos debenturistas foi realizado da seguinte forma:

Debenturista	Pagamento em caixa (R$)	Pagamento em debêntures da Amata na Cidade S/A
RM Futura Multimerdado Fundo de Investimento Crédito Privado Investimento no Exterior	188.004,07	4.253.602,62
Amarante Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado Investimento no Exterior	2.961.070,82	-
Total	**3.149.074,89**	**4.253.602,62**

Após o resgate, a quantidade de debêntures perpétuas foi reduzida para 5.167.870, conforme quadro abaixo:

Debêntures perpétuas	3ª emissão	4ª emissão	Total
Amarante	451.952	1.615.196	2.067.148
RM Futura	2.023.925	1.076.797	3.100.722
Total	**2.475.877**	**2.691.993**	**5.167.870**

	2023 Participação %	2023 Ações	2022 Participação %	2022 Ações
Brasil Agronegócio Fundo de Investimentos em Participações (FIP)	**29,40**	**21.589.324**	29,40	**21.589.324**
Brasil Sustentabilidade Fundo de Investimentos em Participações (FIP)	**14,70**	**10.795.489**	14,70	**10.795.489**
Amata Investimentos e Participações S.A. ("AIP S.A.")	**4,41**	**3.235.481**	4,41	**3.235.481**
BNDES Participações S.A. ("BNDESPAR")	**8,82**	**6.476.666**	8,82	**6.476.666**
Aquila Waldinvest III GmbH & CO.KG ("Aquila")	**5,80**	**4.262.336**	5,80	**4.262.336**
Urbis Fundo de Investimentos em Participações ("Urbis")	**18,58**	**13.645.246**	18,58	**13.645.246**
Akka Fundo de Investimento em Participações ("FIPAKKA")	**11,26**	**8.268.595**	11,26	**8.268.595**
	92,97	**68.273.137**	92,97	**68.273.137**
RM Futura Multimercado Crédito Privado de Investimento no Exterior (RM Futura)	**4,22**	**3.100.722**	4,22	**3.100.722**
Amarante Fundo de Investimentos - Multimercado de Crédito Privado (FIM Amarante)	**2,81**	**2.067.148**	2,81	**2.067.148**
Total de ações e debêntures perpétuas para fins de cálculo de distribuição de dividendos	**100**	**73.441.007**	100	**73.441.007**

Ajustes de Avaliação Patrimonial: No momento da adoção dos pronunciamentos, orientações e demais interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), a Companhia realizou avaliação patrimonial de seus terrenos (*deemed cost*) para que os mesmos fossem reconhecidos a valor justo. O referido ajuste de avaliação patrimonial foi reconhecido na rubrica de Outros Resultados Abrangentes, no Patrimônio Líquido, no montante de R$18.650, líquido de imposto de renda e contribuições sociais diferidos.

22. Receita de serviços e mercadorias

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Venda de mercadorias	**-**	-	**19.900**	17.480
Impostos incidentes	**-**	-	**(2.848)**	(2.455)
	-	-	**17.052**	15.025
Prestação de serviços	**286**	286	**284**	286
Impostos incidentes	**(41)**	(41)	**(41)**	(41)
	245	245	**243**	245
Total	**245**	245	**17.295**	15.270

23. Custos e despesas por natureza

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Custos dos produtos vendidos e serviço prestado	**(1)**	-	**(13.968)**	(12.193)
Ganho/perda na alienação do ativo imobilizado	**(5)**	976	**(5)**	(441)
Salários	**(35)**	(603)	**(1.203)**	(1.726)
Depreciação e amortização	**(919)**	(473)	**(1.088)**	(1.587)
Serviços profissionais	**(2.917)**	(1.578)	**(5.386)**	(4.606)
Aluguel de imóveis	**(195)**	(149)	**(241)**	(164)
Viagens e estadias	**(156)**	(182)	**(163)**	(191)
Serviços advocatícios	**(206)**	(2.129)	**(1.590)**	(2.792)
Locação e manutenção de veículos, máquinas e equipamentos	**(7)**	(13)	**(171)**	(50)
Despesas com materias e consumo	**(40)**	-	**(306)**	-
Despesas com seguro	**(154)**	**-**	**(219)**	**-**

...continuação

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Despesas comerciais	**-**	(84)	**(533)**	(646)
Perda estimada para redução ao valor recuperável	**-**	17	-	(16)
Perda estoque	-	-	**(18)**	**-**
Impostos e taxas	**(145)**	-	**(487)**	-
Despesas com tecnologia e comunicação	**(197)**	(214)	**(418)**	(444)
Outras (despesas) receitas	**2.138**	(229)	**13.733**	10.148
Encargos previdenciários	**(36)**	(319)	**(404)**	(527)
Provisão para contingência	**27**	-	**38**	-
Bonificações aos colaboradores	**(209)**	(14)	**(726)**	(439)
Benefícios a colaboradores	**(33)**	(71)	**244**	(531)
Ajuste de arrendamento em função da mudança de taxa	-	2.483	**-**	2.483
Imparmeint - terrenos	**-**	-	**-**	3.336
	(3.090)	(2.582)	**(12.911)**	(10.386)
Apresentadas em				
Custo das vendas e serviços	**(1)**	-	**(13.968)**	(12.193)
Despesas gerais e administrativas	**(5.222)**	(3.664)	**(12.675)**	(11.415)
Perda estimada para redução ao valor recuperável	**-**	17	-	16
Outras receitas (despesas), líquidas	**2.133**	1.065	**13.732**	13.206
	(3.090)	(2.582)	**(12.911)**	(10.386)

24. Resultado financeiro líquido

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Receitas financeiras				
Rendimentos de aplicações financeiras	**1.574**	399	**2.527**	1.987
Descontos obtidos	**-**	-	**-**	1
Variação monetária e cambial ativa	**-**	-	**-**	-
Outras	**1.774**	732	**1.815**	-
Total receitas financeiras	**3.348**	1.131	**4.342**	1.988
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos	**-**	-	**(222)**	(249)
Juros sobre títulos a pagar - aquisição Florespar	**(2.349)**	(2.046)	**(2.349)**	(2.046)
Atualização monetária e cambial passiva	**-**	-	**-**	-
Outras	**(944)**	(1.021)	**(1.029)**	(1.046)
Total despesas financeiras	**(3.293)**	(3.067)	**(3.600)**	(3.341)
Resultado financeiro líquido	**55**	(1.936)	**742**	(1.353)

25. Operações descontinuadas: 25.1- APN2: Em virtude do redesenho de seu portifólio de negócios a Companhia decidiu vender sua participação na empresa APN2. Com base nessa premissa, em 19/10/2023 Companhia assinou contrato para a venda da totalidade da sua participação na empresa APN2, transferindo todas as suas ações para o comprador pelo valor de preço de R$ 6.156.181,00 (seis milhões, cento e cinquenta e seis mil e cento e oitenta e um reais), resultando em ganho de R$ 1.945.936,37. **25.2– APE1:**

	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Demonstração do resultado das operações descontinuadas		
Receitas de serviços e mercadorias	**-**	**-**
Custo dos serviços prestados e produtos vendidos	**-**	**-**
Lucro Bruto	**-**	**-**
Despesas gerais e administrativas	**(187)**	(484)
Variação no valor justo dos ativos biológicos	**-**	-
Outras receitas (despesas), líquidas	**-**	174
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos	**(187)**	310
Receitas financeiras	**471**	841
Despesas financeiras	**(6)**	(5)
Resultado financeiro líquido	**465**	836
Prejuízo operacional antes do imposto de renda e contribuição social	**278**	526
Imposto de renda e contribuição social diferidos	**-**	-
Imposto de renda e contribuição social	**-**	-
Lucro (prejuízo do exercício	**278**	526

26. Instrumentos financeiros e riscos: 26.1. Fatores de risco financeiro: a) Visão geral: A administração da Companhia e suas controladas está voltada para a geração de resultados consistentes e sustentável ao longo do tempo. As atividades da Companhia e suas controladas estão expostas a diversos fatores de riscos financeiros que podem introduzir um nível indesejado de volatilidade sobre a geração de caixa e resultados da companhia e suas controladas, como: risco de mercado (incluindo risco cambial e risco de fluxo de caixa ou valor justo associado com a taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global da Companhia e suas controladas concentram-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no seu desempenho financeiro. A gestão de risco é realizada seguindo as políticas aprovadas pelo Conselho de administração. A administração identifica, avalia e protege a Companhia e suas controladas contra eventuais riscos financeiros. O Conselho de Administração estabelece princípios para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito e investimento de excedentes de caixa. **b) Avaliação**: Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nos quadros isolados das demonstrações financeiras consolidadas. Durante o período não houve nenhuma reclassificação entre as categorias. **c) Valor justo versus valor contábil**: Os instrumentos financeiros constantes nos balanços patrimoniais, tais como caixa e bancos, empréstimos e financiamentos, apresentam-se pelos seus valores contratuais. Para determinação dos valores de mercado de ativos ou instrumentos financeiros negociados em mercados públicos e líquidos, foram utilizadas as cotações de mercado de fechamento nas datas dos balanços. **26.2. Risco de liquidez:** A administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que a Companhia e suas controladas tenham caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Também mantém espaço livre suficiente em suas linhas de crédito disponíveis, a fim de que não ocorra quebra de limites ou cláusulas de empréstimos (quando aplicável) em qualquer uma de suas linhas de crédito. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia e suas controladas. A administração investe o excesso de caixa em contas bancárias com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. A tabela a seguir, analisa os passivos financeiros que são liquidados em uma base líquida por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento.

	Controladora Menos de 1 ano	Controladora Entre um e dois anos	Controladora Entre dois e 5 anos	Controladora Acima de 5 anos	Consolidado Menos de 1 ano	Consolidado Entre um e dois anos	Consolidado Entre dois e 5 anos	Consolidado Acima de 5 anos
Em 31 de dezembro de 2023								
Empréstimos e financiamentos	**-**	**-**	**-**	**-**	**1.610**	**-**	**-**	**-**
Arrendamento financeiro	**972**	**972**	**715**	**-**	**964**	**1.056**	**2.919**	**141**
Títulos a pagar	**1.956**	**1.760**	**4.294**	**11.550**	**1.956**	**1.760**	**4.294**	**11.550**
Fornecedores	**1.471**	**-**	**-**	**-**	**2.755**	**-**	**-**	**-**

26.3. Risco de crédito: O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto. A área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pela administração. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente. Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o período, e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes superior ao valor já provisionado. **26.4. Risco de mercado:** A Companhia e suas controladas estão expostas a uma série de riscos de mercados, sendo os principais as variações de taxas de câmbio e taxas de juros que podem afetar seus resultados e condições financeiras. No processo de gestão de riscos de mercado é feita: a identificação, avaliação e implementação da estratégia, com a efetiva contratação dos instrumentos financeiros adequados. **i) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros:** O risco de taxa de juros decorre de caixa e equivalentes de caixa e dos empréstimos e financiamentos. As aplicações financeiras e os empréstimos às taxas variáveis expõem a Companhia e suas controladas ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa. Os empréstimos às taxas fixas expõem a Companhia e suas controladas ao risco de valor justo associado à taxa de juros. **26.5. Gestão de capital:** Os objetivos da Companhia e suas controladas ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Amata e suas controladas para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia e suas controladas, a administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. **Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2023 podem ser assim sumariados**

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Total dos empréstimos e títulos a pagar	**19.560**	18.478	**21.170**	21.748
Menos: caixa e equivalentes de caixa	**(20.213)**	(6.794)	**(37.093)**	(24.148)
Dívida líquida	**(653)**	11.684	**(15.923)**	(2.400)
Total do patrimônio líquido	**167.811**	182.240	**167.811**	182.240
Índice de alavancagem - %	**0,39**	**(6,41)**	**9,49**	**1,32**

26.6. Estimativa do valor justo: Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment)* no caso de contas a receber, estejam próximos de seus valores justos. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o valor justo dos ativos e passivos financeiros se aproxima do valor contábil. Os diferentes níveis de classificação do valor justo são definidos como segue:

Controladora

	Hierarquia do valor justo	Categoria	2023 Valor contábil	2023 Valor justo	2022 Valor contábil	2022 Valor justo
Ativos financeiros						
Caixa e equivalente de caixa	Nível 2	Valor justo por meiodo resultado	**20.213**	**20.213**	6.794	6.794
Contas a receber de clientes	Nível 2	Mensurado pelo custo amortizado	**1.750**	**1.750**	10.416	10.416
Total			**21.963**	**21.963**	17.210	17.210
Passivos financeiros						
Fornecedores	Nível 2	Mensurado pelo custo amortizado	**1.471**	**1.471**	535	535
Empréstimos e financiamentos	Nível 2	Mensurado pelo custo amortizado	**-**	**-**	-	-
Títulos a pagar	Nível 2	Mensurado pelo custo amortizado	**19.560**	**19.560**	18.478	18.478
Total			**21.031**	**21.031**	19.013	19.013

Consolidado

	Hierarquia do valor justo	Categoria	2023 Valor contábil	2023 Valor justo	2022 Valor contábil	2022 Valor justo
Ativos financeiros						
Caixa e equivalente de caixa	Nível 2	Valor justo por meiodo resultado	**37.093**	**37.093**	24.148	24.148
Contas a receber de clientes	Nível 2	Mensurado pelo custo amortizado	**2.731**	**2.731**	10.442	10.442
Total			**39.824**	**39.824**	34.590	34.590
Passivos financeiros						
Fornecedores	Nível 2	Mensurado pelo custo amortizado	**2.755**	**2.755**	3.705	3.705
Empréstimos e financiamentos	Nível 2	Mensurado pelo custo amortizado	**1.610**	**1.610**	3.269	3.269
Títulos a pagar	Nível 2	Mensurado pelo custo amortizado	**19.560**	**19.560**	18.479	18.479
Total			**23.925**	**23.925**	25.453	25.453

27. Seguros: A Amata possui seguros para cobrir sinistros de seus equipamentos de colheita no Estado do Paraná. Também possui seguro de vida dos funcionários, seguro de responsabilidade civil de Diretores & Administradores (D&O) e seguros para cobrir seus ativos florestais nos Estados do Paraná.

Tipo de Apólice	Apólice	Valor	Vencimento
Veículos: Tokio Marine	30784712	3.432	18/07/2024
Essor Seguros S.A	1009715011789	279	07/06/2024
Axa Seguro S/A	285220230001031000000000	128.072	11/11/2024
AIG Seguros Brasil	55142315	29	31/01/2024
AIG Seguros Brasil	55161936	6122	29/02/2024
Essor Seguros S.A	1009715011788	279	30/06/2024
Tokio Marine	30784177	7417	31/07/2024
Essor Seguros S.A	1003011006807	1028	31/08/2024
Essor Seguros S.A	1006211008027	1624	31/08/2024

28. Transações com partes relacionadas: As transações com partes relacionadas referem-se a dividendos a receber da APE1, conforme AGE de 15/12/2022, no valor de R$2.720. Os dividendos foram recebidos em 2023.

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Ativo não circulante				
Dividendos a receber da APE1	**-**	2.720	**-**	-
	-	2.720	**-**	-

29. Eventos subsequentes: Não foram observados eventos subsequentes.

Luis Antonio Lopez Quintans - Presidente

Antonio Carlos Costa - Contador CRC-1SP220084/O-7

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e acionistas

Amata S.A. - São Paulo - SP

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Amata S.A (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor: A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas: A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 22 de março de 2024.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-034519/O

Alexandre Rubio
Contador
CRC SP-223361/O

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL O DIA SP.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 7758-B31D-FCFC-A067.

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001. A autenticidade pode ser conferida ao lado

ICP Brasil

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 17/05/2024

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal O Dia SP. Acesse também através do link: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL O DIA SP.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 7758-B31D-FCFC-A067.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/7758-B31D-FCFC-A067 ou vá até o site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 7758-B31D-FCFC-A067

Hash do Documento

A3171E8274771C615F08343BAC447DDBDA60F4160D91B1661A03D11FC3CA9E13

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 17/05/2024 é(são) :

☑ JORNAL O DIA SP (Signatário - ODIASP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA) - 091.260.448-46 em 17/05/2024 00:00 UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital - O DIA DE SP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA - 39.732.792/0001-24